

O escândalo da RTP continua

- *O que se passou na Assembleia da República*
- *PCP toma posição*
- *Sindicatos recordam silenciamento*

Págs. 3, 4 e 5

- e o Zé Povinho faz anos!...



Págs. 30 e 31

Acordo Económico e Social: um sério ataque aos direitos de quem trabalha

• *Artigo de Domingos Abrantes*

Pág. 18



Álvaro Cunhal em Torres Vedras

Pág. 7

Processo de paz em Angola

• *Artigo de Domingos Lopes*

Pág. 25

O PCP e a questão da habitação

Pág. 23

O Ensino Superior em Portugal

Págs. 16 e 17

Um balanço cor-de-rosa

Pção aos senhores Ministros que não fiquem sentados nos seus gabinetes e venham ver as necessidades e anseios do País.»

Não, esta «chicotada» no ministerial burocratismo não saiu da boca de um qualquer desses fala-baratos da oposição que, na linguagem sibilina do senhor Primeiro-Ministro, «só sabem dizer mal do governo».

Quem a pronunciou foi ele próprio, o chefe que há cinco anos detém o ceptro de principal responsável da ministerial equipa e que as proferiu no último fim-de-semana em Vila Verde durante o seu périplo inauguratório e lapidário pela ridente região do Minho.

Do mesmíssimo senhor Primeiro-Ministro que ainda há pouco mais de um mês, como todos estamos lembrados, brandia o ergástulo contra os deputados calaceiros e gazeteiros do seu partido que, diga-se de passagem, só se dignam aparecer em força no hemiciclo de S. Bento para garantirem o aplauso maioritário e em massa às palavras do chefe — como se viu na última terça-feira na Assembleia da República — ou para com o seu voto servil, silenciarem, recusarem, inviabilizarem e derrotarem com a sua ditatorial maioria parlamentar as suas críticas, as propostas, as intervenções mais incómodas da oposição democrática ou para dizerem sim a todas as prepotências do governo. O interessante do caso é que Cavaco Silva — que de modo tão «deselegante» puxou as orelhas aos seus ministros e deputados — se põe ele próprio de fora como se nada lhe dissesse respeito. Pilatos, Frei Tomás e Tartufo fundiram-se numa só personalidade inspiradora do discurso e dos actos do Primeiro-Ministro.

Reconheça-se que é até em certa medida injusto o «puxão de orelhas» do chefe do Executivo para com «os senhores ministros que ficam sentados nos seus gabinetes «insensíveis» às necessidades e anseios do país».

É público e notório que na maratona eleitoralista a que actualmente se entrega, nos «banhos de multidão» onde espalha a rodos demagógicas benesses e promessas, o chefe do governo quase sempre se faz acompanhar de luzida comitiva de ministros, secretários e subsecretários de Estado que se fazem deslocar nos luxuosos carros do Estado, tudo isto diligentemente coberto pela televisão do Estado.

Na própria ronda do Minho, onde proferiu as palavras que transcrevemos no início do texto, fazia-se Cavaco Silva acompanhar dos ministros do Planeamento e do Emprego e dos secretários de Estado da Presidência do Conselho e da Juventude os quais, pelo menos nesses dias, levantaram os assentos das ministeriais cadeiras dos gabinetes e foram, com o Primeiro-Ministro, ver as necessidades e anseios do povo do Minho.

E não deixa de ser interessante registar que é para a continuação nos seus gabinetes de tais ministros e de tais deputados, que tão «deselegantemente» pôs no pelourinho, que o chefe do PSD e do governo pede de novo a maioria absoluta do voto dos cidadãos em 6 de Outubro...

Cavaco Silva, que ainda há dias fechou o ciclo dos entrevistados do «Primeira Página» da TV, foi anteontem até à Assembleia da República fazer o balanço dos quatro anos dos seus governos sem quebra de continuidade, num espartilhado período de «antes da ordem do dia».

Não disse nada de novo. Repetiu ideias feitas, repisou «performances» e «records» do seu governo jamais por outros alcançados:

«Pela primeira vez na história desta Assembleia um Primeiro-Ministro usa da palavra num período de antes da ordem do dia para uma declaração política»;

O número das iniciativas legislativas que ficaram pendentes (pudicamente não referiu algumas das mais escaldantes) «não será nunca comparável às iniciativas perdidas e retomadas ao longo das legislaturas anteriores»;

«Agora, pela primeira vez, o caminho foi o da normalidade»;

«Desenvolveram-se como nunca o diálogo e a concertação social», e outras tiradas do mesmo quilate.

E de novo veio o rol dos «sucessos» (o anterior «somos um país de sucessos» foi agora substituído por um «somos uma democracia de sucessos»):

A «estabilidade política», a «colaboração institucional do governo com o Parlamento», o «crescimento económico», o do emprego, o do investimento; o estancamento da dívida pública, o desenvolvimento da educação, o melhoramento das condições de vida dos cidadãos; a solidariedade e a justiça social, etc., etc., foram «sucessos» que abundaram no discurso e na resposta às interpelações proferidas pelo Primeiro-Ministro.

Mas Cavaco Silva escamoteou, silenciou, ladeou questões que marcaram profundamente pela negativa os quatro anos de legislatura do seu governo, da sua prática política.

As relações institucionais entre o Governo e o Parlamento e entre o Governo e a Presidência da República não abonam as apregoadas solidariedade e colaboração institucionais do Primeiro-Ministro ao longo dos seus quatro anos de legislatura.

Autêntica ditadura parlamentar do PSD abafou escândalos de corrupção envolvendo milhões de contos em áreas do governo que desmentem a velha treta da direita sobre «o Estado pessoa de bem». Os inquéritos Cadilhe, Ministério da Saúde, MAPA, os «perdões» de Oliveira e Costa, a estranha organização da contabilidade e dos critérios de despesas do secretário de Estado do Turismo no caso do Rali de Portugal, o volumoso desvio de verbas do Fundo Social Europeu foram praticamente abafados na Assembleia da República pela lei da rolha da maioria do PSD ou caem por efeito da antecipação das férias parlamentares imposta pela mesma maioria ditatorial do partido do Primeiro-Ministro para dar mãos livres à demagogia

eleitoralista dos próximos quatro meses sem a possibilidade de uma atempada fiscalização institucional.

O caso da RTP suscitado pela mais que fundamentada comunicação do Presidente da República ao Parlamento mostra no seu desenvolvimento que o governo decidiu reacender a guerrilha institucional entre órgãos de soberania. Cavaco Silva disse no domingo na reunião do Conselho Nacional do seu partido que a carta de Mário Soares constituía um ataque ao PSD mas não teve uma palavra de reprovação da inqualificável conduta do director da Informação da RTP objectivamente vexatória da dignidade e direitos institucionais do Presidente da República.

Em todas as áreas os «sucessos» cavaquistas são desmentidos pelos actos governamentais e pelos números. Fã-lo-emos nos dias que ainda medeiam até às eleições.

Mas três dos apregoados por Cavaco importa desde já contestar: os da concertação social, do emprego e das condições de vida dos trabalhadores e dos cidadãos; os do crescimento económico, do investimento estrangeiro e da confiança dos parceiros da CEE na saúde da economia portuguesa, e os dos progressos da liberdade nesta «democracia de sucessos».

Ontem, o governo fez aprovar de novo, com a sua maioria domesticada, a autorização legislativa para o reexame do pacote laboral. Cavaco falou terça-feira no prático desaparecimento do desemprego, da criação de 500 mil novos postos de trabalho.

A resposta dos trabalhadores de vários sectores profissionais ao apelo da CGTP para a semana de luta das 40 horas e contra o «pacote» é instrutiva: greves, paralisações, concentrações, desfiles e plenários fortemente participados; de operários, empregados, trabalhadores da função pública e de profissões liberais (ensino, saúde e outros) a que deve juntar-se a concentração e desfile dos guardas da PSP sob iniciativa da ASP e a luta dos Sargentos das três armas; dos agricultores e dos pescadores do Tejo que em impressionante conjunto se manifestam contra a política de Cavaco. Aumenta a mancha do desemprego (na Região do Ave, na da Covilhã, no Alentejo, onde a taxa de desemprego é já superior a 14 por cento), prossegue a redução compulsiva dos efectivos de trabalho nas mais importantes empresas nacionalizadas.

Os salários estão na iminência de novas quebras com o anúncio de uma próxima desvalorização — para já de 1,5 por cento — do escudo, como forma de reduzir o investimento a curto prazo provocado pelo liberalismo do governo nas aberturas ao capital estrangeiro.

E quanto à liberdade «como nunca houve», o caso da amnistia aos implicados nas FP 25, friamente recusada pelos deputados do PSD, ameaça degenerar em tragédia se a razão institucional e a pressão popular não se fizerem sentir. São, entre muitas outras, questões a inscrever no «activo» dos quatro anos de legislatura do Governo PSD/Cavaco.



Polícias querem sindicato

RESUMO

5 Quarta-feira

Em mensagem dirigida ao Parlamento, o Presidente da República faz eco das queixas sobre discriminações e dificuldades de acesso aos meios de comunicação social do sector público e aponta a «manipulação dos Telejornais» como uma prática frequente ■ Sargentos da Armada admitem a hipótese de pedir um mês de licença sem vencimento como forma de luta contra os bloqueamentos na evolução da carreira ■ O Presidente argelino declara o estado de sítio e adia eleições legislativas, enquanto a Frente Islâmica lança um apelo ao prosseguimento da greve geral ilimitada ■ O Parlamento da África do Sul revoga duas das três últimas leis do sistema do apartheid ■ Oposição no Koweit exige reformas ■ Oficial espanhol morto num atentado atribuído à ETA ■ Gorbachev afirma em Oslo que a Perestroika precisa de ajuda internacional.

6 Quinta-feira

Os principais partidos da oposição exigem demissão de gestores e directores da RTP ■ Parlamento aprova inquérito a Centro Cultural de Belém ■ A propósito da habitação, o PCP acusa Cavaco Silva de mentir na RTP ■ Câmara de Lisboa anuncia a recuperação de bairros degradados em três zonas da capital ■ Cimeira de ministros da Justiça dos países lusófonos recomenda fim à pena de morte ■ Plenário da UEO revela profundas divergências entre os europeus sobre o futuro da defesa do continente ■ Após a primeira noite de recolher obrigatório, a capital argelina regressa à vida normal.

7 Sexta-feira

A Associação Socio-Profissional da Polícia reclama a constituição de um sindicato e marca nova manifestação para a Praça do Comércio ■ Dois semanários acusam o secretário de Estado do Turismo, César Torres, de eventuais irregularidades na gestão dos dinheiros do Rali de Portugal ■ Rubricado o acordo para a instalação em Palmela de uma fábrica da Ford/VW ■ A Frente Islâmica de Salvação anuncia o termo da greve geral na Argélia ■ Mandela apela em Paris à manutenção das sanções contra a África do Sul ■ Termina em Copenhaga reunião da Aliança Atlântica, conclui-se que acentua a dimensão política da organização e a necessidade de esta se adaptar às transformações políticas na Europa do Leste.

8 Sábado

Cavaco Silva afirma que «nunca em Portugal houve tanta liberdade de imprensa como hoje» ■ Mulheres juristas concluem num Encontro da Federação Internacional das Mulheres que a penalização do trabalho infantil deve ser aplicada com mais rigor ■ Pedro Canavaro anuncia o início da pré-campa-

na eleitoral do PRD ■ Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado acusa ministro de não cumprir acordos e anuncia novas paralisações ■ Bagdad desmente plano de ataque a xiitas no Sul do Iraque ■ De visita à Polónia, João Paulo II apela ao governo para que rejeite o aborto ■ Colisão de comboios no Paquistão provoca dezenas de mortos.

9 Domingo

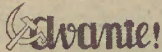
Carlos Carvalhas contesta perfil de Cavaco e o seu significado de «estabilidade» e manifesta preocupação pela degradação da democracia política ■ O MURPI, reunião em plenário nacional, reivindica o aumento da pensão mínima de reforma do regime geral para 30 contos mensais ■ Mário Soares afirma que a aceitação do convite do Primeiro-Ministro para inaugurar a nova ponte ferroviária do Douro depende «da disponibilidade da sua agenda» ■ Brasil apresenta plano para salvar selva da Amazônia, plano orçado em cerca de 200 milhões de contos ■ Pela primeira vez na história da medicina, uma criança recebe num hospital em França um transplante triplo de coração, pulmões e fígado.

10 Segunda-feira

Nas comemorações que assinalaram o Dia de Portugal, o Presidente da República incita os portugueses à «ousadia de uma grande ambição» ■ Encerra em Lisboa a LX Feira do Livro ■ O ministro Couto dos Santos afirma que o Estado não assume falência das rádios ■ Inicia-se em Madrid julgamento dos GAL ■ Acidente de aviação em Luanda causa nove mortos e um ferido ■ Artilharia israelita bombardeia localidades a Sul do Líbano ■ Ministros das Finanças da Comunidade Europeia fracassam no esforço de aprovação de um pacote fiscal entre todos os Estados membros.

11 Terça-feira

Cavaco Silva discursa na Assembleia da República no período de antes da ordem do dia para fazer um elogio à actividade dos deputados ■ O sindicalista Leonel Nunes assume a direcção do Secretariado da Direcção Regional da Madeira do PCP ■ O Tribunal Constitucional pronuncia-se pela inconstitucionalidade de 14 normas da Lei dos Baldios ■ O governador do Banco de Portugal, Tavares Moreira, diz à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano que o nosso país poderá recuperar 90 a 100 por cento das divisas em ouro deixadas na empresa norte-americana Drexel ■ O presidente polaco Lech Walesa anuncia que vai pedir ao parlamento poderes especiais para o governo superar a crise social e económica do país ■ O despedimento de assalariados que participaram numa greve geral na Argélia cria um novo foco de tensão entre as autoridades e a Frente Islâmica de Salvação quando se cumpre o sexto dia do estado de sítio.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 670193/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Fax: 3968793. Telex: 65791; Telef. (01) 67 01 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

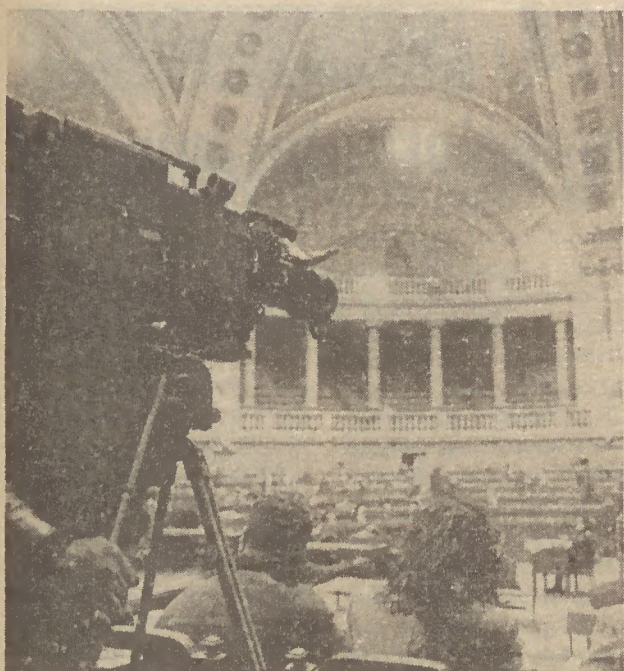
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 67 01 93/7

TABELA DE ASSINATURAS	
PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA	— 50 números: 7.090\$00
MACAU	— 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS)	— 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 16.450\$00
Nome	_____ Telef. _____
Morada	_____ Telef. _____
Código Postal	_____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.	



PCP toma posição

1. Pela identificação de problemas que faz, pela denúncia de situações a que procede e pela reflexão a que apela, a mensagem ontem enviada pelo Presidente da República à Assembleia da República sobre comunicação social constitui uma inicitiva a que a proximidade das eleições legislativas e a necessidade da sua realização em condições de democraticidade conferem oportunidade reforçada. Representa ainda uma importante contribuição para dar expressão e relevância institucional a questões e problemas que são decisivos para o presente e o futuro do regime democrático.

2. Adquirem particular significado na mensagem do Presidente da República, a declaração de sensibilidade daquele órgão de soberania face às queixas «denunciando a discriminação ou a dificuldade no acesso aos meios de comunicação social do sector público» e «em especial a governamentalização da RTP», a referência a algumas práticas da RTP manifestamente ofensivas do seu dever de isenção e de respeito pelo pluralismo; as preocupações manifestadas com o fenómeno de concentração em curso e a defesa do estudo de medidas que evitem «a excessiva concentração de propriedade dos meios de comunicação»; as alusões às dúvidas suscitadas na opinião pública sobre a transparência dos processos de privatização do JN e do DN; a importância atribuída à existência de serviços públicos de rádio e televisão e a defesa de uma «gestão isenta e participada» para a RTP.

3. O PCP salienta que as situações, procedimentos e problemas referidos na citada mensagem constituem objectivamente uma vigorosa acusação contra a política do Governo e do PSD nesta área da vida nacional e contra os responsáveis nomeados pelo Governo e da sua confiança política.

O nervosismo e irritação com que o PSD reagiu à mensagem do Presidente da República não podem deixar de ser considerados como um reconhecimento implícito das responsabilidades determinantes do seu Governo numa situação gravemente lesiva dos princípios democráticos.

4. O PCP salienta que os termos intoleravelmente arrogantes, grosseiros e insolentes com que os Directores do 1.º e 2.º canais da RTP, invocando a confiança que acabava de lhes ser renovada pelo Conselho de Administrativa da RTP, responderam à mensagem do Presidente da República testemunham uma orientação e uma mentalidade absolutamente incompatíveis com as funções que desempenham, pelo que a sua demissão, bem como a do Conselho de Administração que os protege, seria uma medida adequada como primeiro passo para pôr termo a uma situação de afrontamento aberto com as instituições democráticas.

5. O PCP, que de há muito vem alertando para a grave situação existente no sector da comunicação social e de há muito vem travando um persistente combate pela isenção e pluralismo dos meios de comunicação social do Estado, sublinha nesta ocasião que se impõe uma vasta conjugação de esforços de todos os sectores democráticos tendo em vista travar a espiral de controlo sectário dos principais órgãos de informação e assegurar a plena concretização do direito constitucional a informar e a ser informado.

6/6/91.

A Comissão Política
do Comité Central
do PCP

RTP: ESCANDALO

Mensagem do Presidente ao Parlamento

O que o PSD não gostou de ouvir

A referência explícita à «manipulação dos Telejornais» como uma prática frequente e as discriminações e dificuldades de acesso aos meios de comunicação social do sector público foram duas notas salientes na mensagem que o Presidente da República dirigiu ao Parlamento.

O documento, com 19 páginas, cuja elaboração corresponde aos cumprimentos de uma promessa eleitoral, não poupa os órgãos do sector público, com especial destaque para a RTP, pelo que o Presidente considera serem as práticas discriminatórias quer em relação aos partidos da oposição, quer em relação aos órgãos de soberania.

A situação da comunicação social em geral constituiu o motivo que levou Mário Soares no exercício das suas competências constitucionais a solicitar ao Parlamento uma «reflexão sobre a forma de melhor assegurar o pluralismo», es-

pecialmente agora que se aproximam as eleições legislativas.

O Presidente da República recorda a promessa que fez durante a campanha para as presidenciais de enviar aos deputados uma mensagem de cuja discussão resultem «medidas que acautelem e corrijam abusos e irregularidades que, sendo sempre inaceitáveis, se tornam particularmente graves em tempo eleitoral».

Na sua mensagem, Mário Soares escolhe a RTP como exemplo máximo da «discriminação ou dificuldade no acesso aos meios de comunicação social do sector público», exemplificando com a «manipulação dos telejornais», a «incoerência de critérios jornalísticos», a «utilização de técnicas de montagem que desvalorizam a capacidade de comunicação e a presença dos intervenientes», especialmente quando «não são certos membros do Governo».

A convicção do Presidente relativamente àquilo

que afirma é «confirmada por vários protestos públicos vindos de quadrantes diferentes», facto que o leva, no que respeita à RTP, a defender a revisão dos estatutos da empresa de forma a dotá-la de um modelo de gestão que «evite a interferência do Poder político na programação e informação».

Alargando o leque das suas preocupações, o Presidente da República refere igualmente o processo de privatizações na comunicação social, os direitos e as condições de trabalho dos jornalistas, a menorização do papel dos conselhos de redacção com as novas leis da Rádio e Televisão, as rádios locais e os direitos de resposta — «cuja observância se tem revelado deficiente».

Mário Soares reafirma a defesa da «livre iniciativa na comunicação social», mas sublinha que seria «indesejável que a desestabilização e o conseqüente re-

forço de uma salutar concorrência viessem a originar formas ocultas de dependência e controlo ilegítimos».

Referindo-se ao «Diário de Notícias» e ao «Jornal de Notícias», o Presidente aconselha o Parlamento a «reflectir sobre as condições finais e concretas das operações de privatização», nomeadamente sobre o respeito pela Constituição relativamente à «liberdade e independência dos órgãos de comunicação social perante os Poderes político e económico».

«O reforço dos direitos de participação dos jornalistas nos órgãos de informação onde trabalham», constitui um meio essencial para garantir a independência e o pluralismo, ainda segundo o Presidente da República, para quem, o que está em causa, no fundo, é «o direito dos cidadãos a uma informação livre, rigorosa, pluralista, diversificada e eticamente responsável».

A propósito de comunicação social

Acusações de governamentalização incomodam maioria laranja

A reacção destemperada do PSD à mensagem que o Presidente da República enviou ao Parlamento, desencadeando no plenário uma pequena tempestade que obrigou à interrupção dos trabalhos, revela bem o incómodo que o tema da governamentalização dos meios de comunicação social do sector público suscita entre as hostes laranja.

Bastou que o Presidente da República, no exercício de um direito constitucional que lhe assiste e no cumprimento de um dever, apelasse a uma reflexão sobre a forma de garantir o pluralismo na comunicação social, para que logo os deputados da maioria perdessem a compostura, questionando de forma intempestiva a legitimidade e a oportunidade da iniciativa presidencial e do seu conteúdo.

Diferente, naturalmente, foi a posição do PS, PCP e CDS, de quem se ouviram palavras de congratulação

pela mensagem de Mário Soares e de concordância pelo acerto do momento escolhido.

Embora concordando com alguns pontos de análise crítica que Soares faz da comunicação social do sector público, o PRD, por seu lado, — evidenciando a ambigüidade que de há uns tempos a estas partes vem caracterizando as suas posições — disse, porém, que a situação já existe há cinco anos, pelo que manifestou reservas quanto à altura escolhida, posição que mereceu obviamente o aplauso do PSD.

Em vez da reflexão desejada, os ânimos acabaram assim por agitar-se, com os deputados da oposição a protestarem contra o facto de a bancada do PSD, através do seu deputado Pacheco Pereira, pretender reagir à mensagem do Mário Soares da tribuna, enquanto a oposição o fizera sob a figura da interpegação à mesa

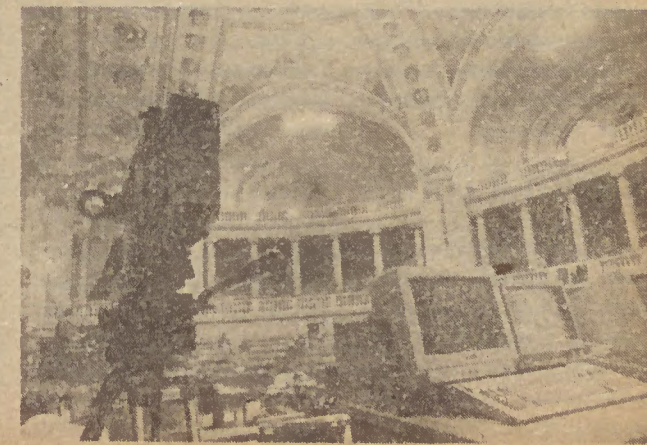
e a partir das próprias bancadas.

O protesto dos partidos da oposição acabou por levar à interrupção da sessão pelo presidente da Assembleia, retomando os trabalhos uma hora mais tarde, após reunião dos líderes parlamentares em que ficou deliberado dar três minutos a cada partido para uma primeira reacção à mensagem, por momentos secundarizada pelo incidente.

Pacheco Pereira justifi-

cou a discordância da maioria com base na análise que o Presidente da República fez sobre o panorama da comunicação social, alegando que nos últimos seis anos se registou «uma progressiva diminuição do Estado na comunicação social, com a privatização dos meios que a ele pertenciam».

Pela voz de Jorge Lacão, o PS, considerou «irresponsável» a atitude do PSD e



RTP: ESCÂNDALO

A propósito de comunicação social

Acusações de governamentalização incomodam maioria laranja

qualificou de «legítima e oportuna» a intervenção presidencial.

Carlos Brito, em nome do PCP, falou em «grande respeito e concordância com a mensagem», salientando a propósito da reacção do PSD ao seu conteúdo que este parece ter sido «apanhado com a boca na botija».

Os efeitos da mensagem de Mário Soares, onde este faz eco das queixas sobre discriminação e dificuldades de acesso aos meios de comunicação social do sector público e onde aponta a «manipulação dos Telejornais» como uma prática frequente, não se esgotaram entretanto nesta sessão plenária, fazendo-se sentir nos trabalhos parlamentares dos dois dias seguintes.

Faz hoje uma semana, concretamente, as bancadas do PCP e do PS manifestaram-se contra a reacção que o director do Canal 1

da RTP entendeu tornar pública na véspera sobre o assunto.

A questão veio a lume por iniciativa do líder da bancada comunista, Carlos Brito, que afirmou ter sido com «espanto e perplexidade» que assistira à reacção daquele responsável do primeiro Canal pela mensagem do Presidente dirigida ao parlamento, considerando que a resposta de Eduardo Moniz causou «indignação em alguns sectores da opinião pública».

Depois de considerar que a Assembleia da República «não pode manter-se alheia a este facto», Carlos Brito propôs para o «esclarecimento e eventual adopção de medidas» que a conferência de líderes procedesse ao visionamento conjunto da peça do Telejornal sobre o assunto e a Comissão Parlamentar do Direitos, Liberdades e Garantias promovesse audições ime-

diatas com o conselho de gerência da RTP e o director do primeiro Canal.

Alberto Martins, do PS, tomando posição sobre a mesma questão, qualificou de «ilegítima» a resposta de Eduardo Moniz «encavalitada na mensagem do Presidente da República» e considerou-a uma ingerência numa questão entre órgãos de soberania, dado que a mensagem era dirigida ao Parlamento.

Falando em «abuso de poder» por parte do responsável do primeiro Canal, o deputado do PS manifestou-se de acordo com as propostas do PCP e questionou o Presidente da Assembleia sobre medidas a adoptar no sentido de salvaguardar este órgão de soberania.

«Não faço coisas de natureza pública», respondeu Victor Crespo, adiantando querer «levar a questão por bons caminhos», enquanto

Montalvão Machado, líder da bancada do PSD, dizia não ter visto a peça da Telejornal em causa, acrescentando, «nem quero ver».

Miguel Urbano Rodrigues, na sessão plenária do dia seguinte, retomou esta matéria, centrando parte da sua intervenção num comentário fortemente crítico à reacção do director do Canal 1.

«O Presidente da República foi maltratado por um influente mas pequeno funcionário que quase roçou a injúria na admoestação indirecta», considerou o deputado do PCP, classificando de «escândalo público» a sua permanência em funções, bem como de todos os responsáveis pela informação e gestão da RTP.

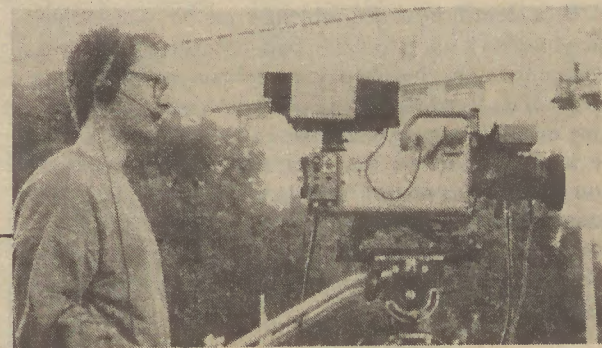
Detendo-se a analisar o que apelidou de estilo «soberano» de informação desenvolvido pela RTP», que associou a «práticas que reduzem o pluralismo a

figuras de retórica», Miguel Urbano referiu que «o culto da infalibilidade, a deformação consciente de acontecimentos e palavras, o servilismo perante o Poder e a arrogância no diálogo com a oposição são incompatíveis com a função social de um serviço público de televisão».

Expressando a sua convicção de que a governamentalização existente não se confina à RTP, antes se estende à RDP, o deputado comunista citou a propósito a resposta do Conselho de Administração daquela emissora a um requerimento do PCP, na qual informava que de um total de 42 personalidades convida-

das em 1990 a participar no Programa «Encontro às 9», da Antena 1, vinte e seis (26) desses convidados eram do PSD, ou seja, 61 por cento do total, fazendo parte dessa lista apenas um comunista.

Miguel Urbano Rodrigues recordou ainda a este respeito que o PCP é o partido mais duramente atingido pelas práticas discriminatórias que caracterizam a política de informação da RTP, como comprovam textos estatísticos periodicamente divulgados, sendo sistemática a prática de não divulgação de iniciativas comunistas, de exclusões na programação e de graves deturpações das suas tomadas de posição.



Factos recentes

O GOVERNO PARTIDÁRIO

«A importância do próximo acto eleitoral está a fazer movimentar todas as forças partidárias. Este fim-de-semana é, disso, um bom exemplo. O Primeiro-Ministro Cavaco Silva andou por terras algarvias.»

(Dina Aguiar, Jornal de Domingo, 26.05.91)

«É assim que as forças partidárias começam a ir para a estrada em viagens que, certamente, se tornarão mais frequentes, daqui até princípios de Outubro. Começamos pelo PSD que, este Sábado, foi até ao Distrito de Braga.»

(Judite de Sousa, Jornal de Sábado, 8.06.91)

Se fossem necessárias provas mais concludentes do aproveitamento como puros actos de propaganda eleitoral do partido do Governo das inaugurações, reinaugurações e outras cerimónias públicas em passeatas de fim-de-semana por todo o país, estes dois singelos exemplos bastariam para o comprovar.

Aquelas duas citações seriam suficientes para elucidar a desfaçatez com que a Informação da RTP nem sequer disfarça a «confusão», que premeditadamente faz entre a cobertura das actividades do Governo e das actividades do PSD; embora por vezes lhe convenha separar os tempos do PSD e do seu Governo quando se trata de cozinhar internamente dados estatísticos para ludibriar a opinião pública, como recentemente aconteceu.

INAUGURAÇÕES

O episódio passou-se no Porto na passada segunda-feira (3.06.91) e foi encebado no Telejornal do próprio dia, à noite: tratava-se de preparar a opinião pública para mais uma «inau-

guração» do Governo-Laranja, com a próxima presença das forças vivas da Nação encabeçadas por Cavaco. Desta vez, o pretexto é a ponte ferroviária sobre o rio Douro e o Telejornal foi fazer a reportagem dos ensaios e testes finais de segurança, aproveitando para ouvir o director do Gabinete do Nó Ferroviário do Porto, eng.º José Espinho, afirmar que «só se liberta esse estrangulamento (o da Ponte D. Maria Pia) com a entrada em funcionamento da ponte, razão por que estamos, de facto, a fazer um grande esforço para que a ponte entre em funcionamento o mais breve possível. (...) Há pequenas coisas (os chamados polimentos) que podem ser feitos depois»...

O espectador que ouvira telefonia nessa manhã terá estranhado o optimismo e o rigor com que o «pivot» do Telejornal (Vasco Trigo) anunciara para 24 do corrente essa inauguração, tanto mais que o principal responsável da obra, o eng.º Edgar Cardoso, manifestara aos microfones da rádio a sua estranheza pela inoportunidade da inau-

guração do tabuleiro da ponte, já que a totalidade da obra — o nó ferroviário do Porto — tão cedo não estaria concluída.

Tudo viria a ser esclarecido mais tarde: soube-se, pelos jornais, que declarações no mesmo sentido do eng.º Edgar Cardoso ao Telejornal haviam sido censuradas pela chefia de redacção da RTP/Porto!

MINISTROS

«Jornal de Sábado» de 8 de Junho. Em comparação com o tempo gasto com Cavaco Silva em Braga (2m 3s), o programa dispensou às actividades de três partidos da oposição (PS, PCP e PRD) uns módicos 4m 13s. Com a particularidade de, em contraste com os «banhos de multidão» em que Cavaco é filmado, os editores do «Jornal de Sábado», para além da reportagem sobre a reunião da nova Comissão Política do PRD, terem deliberadamente escolhido momentos quase «familiares» das digressões dos dirigentes do PCP e do PS, respectivamente a Torres Vedras e ao distrito de Évora.

Além dos onze temas da actualidade internacional, o «Jornal de Sábado» ainda se debruçou sobre mais quatro assuntos da actualidade nacional: a recuperação e restauro de obras de arte para a próxima «Europália»; a inauguração da Feira Nacional da Agricultura; a assinatura dos primeiros documentos do acordo entre o Governo e a Ford/Volkswagen; e a «próxima» assinatura (porventura, no final do corrente ano!) de um novo Acordo Portugal-

-EUA sobre a utilização da Base Aérea das Lajes.

Mesmo perante a «infelicidade» de Santana Lopes não poder ser associado à reportagem sobre a «Europália», por estar ausente na China, o «Jornal de Sábado» sempre conseguiu assim «despachar» mais três governantes-laranja — o ministro da Agricultura, o ministro do Comércio e Turismo e o presidente do Governo Regional dos Açores.

Quanto a estes, houve até ligação directa a Ponta Delgada e uma entrevista com Mota Amaral com a duração de 15m 19s...

Como é que os Serviços de Estatística da RTP contabilizarão este «tempo de antena» de Mota Amaral? Como presidente do Governo Regional dos Açores? Como presidente do PSD na Região Autónoma? Somando essas duas «qualidades»?

UNITA

Aliás, a RTP não olha a despesas quando se trata de utilizar o satélite para o que lhe convém. Já em 5 de Maio o «Jornal de Domingo» não hesitara e Mário Crespo, sem pestanejar, entrevistou Jonas Savimbi «em directo via satélite» para Genebra, durante cerca de doze minutos. Coisa barata!

Ao longo de anos, em particular ao longo dos últimos meses, a Informação da RTP nunca procurou escamotear o seu carinho pelo líder da UNITA. Nos dias que se seguiram à assinatura do Acordo de Paz para Angola, Savimbi foi,

mesmo quem mais tempo de antena teve na RTP, com entrevistas em estúdio e coberturas diárias da sua digressão pelo Norte do País.

E, embora a UNITA tenha expressamente reconhecido o Governo de Luanda e o Presidente José Eduardo dos Santos como autoridades legítimas da República Popular de Angola (nessa qualidade negociando), os serviços noticiosos da RTP sempre se referiram a «negociações entre o MPLA e a UNITA!»! Mais papistas que o Papa, nem cuidaram de seguir a terminologia oficial da mediação portuguesa...

Em anterior «Jornal de Sábado» (25.05.91), no final de uma entrevista gravada em Luanda com o Presidente da RPA (conduzida, aliás, por Carlos Albuquerque com correcta frontalidade jornalística), o correspondente da RTP interrogava José Eduardo dos Santos porque era ele «um homem que não sorri», ao que o Presidente respondeu que, se ele aceitasse o convite para jogar basquetebol, andebol ou futebol consigo, logo o viria rir e fazer mais coisas do que isso.

Então, José Eduardo Moniz, na passagem ao estúdio em Lisboa, faria o seguinte comentário: «Nestes jogos da política, geralmente, só no fim se sabe quem está em condições de rir ou de sorrir...».

Fino e subtil.

REINCIDÊNCIA...

Sempre hesitando (ao sabor das suas conveniências) entre o formato de Jornal e o formato de Magazine, o

«Jornal de Sábado» e o «Jornal de Domingo» costumam dar relevo considerável a facto(s) político(s) da semana finda.

Pois bem: na semana de 3 a 9 de Junho aconteceu o envio, pelo Presidente da República ao Parlamento, da Mensagem sobre Comunicação Social. Claro que, por força das circunstâncias, os serviços noticiosos dos dois Canais não puderam deixar de dar, da forma grosseira e afrontosa que se viu, o relevo ao acontecimento no próprio dia (5.06.91). Também no dia seguinte, a RTP se dignou referir-se ao assunto dando-nos conta, entre outras, das reacções das várias forças partidárias. Ainda na sexta-feira, 7.06.91, o Telejornal viu-se obrigado a transmitir uma curta reportagem da discussão na Assembleia da República sobre Comunicação Social agendada pelo CDS, onde aquele tema voltou a ser discutido. Mas, já no 24 Horas da mesma noite, essa reportagem foi remontada e apresentada sem as intervenções dos deputados em «directo», recorrendo ao velho processo de manipulação do texto «off» para lhes diminuir o impacto. Finalmente, nos serviços noticiosos de fim-de-semana («Jornal de Sábado» e «Jornal de Domingo»), o assunto foi, pura e simplesmente, ignorado.

A viragem táctica, a «relativização» do facto político pelo PSD e pelo Governo já começara. De S. Bento e da Buenos Aires já chegara à 5 de Outubro o «sinal» para abafar o tiro e o ricochete.

Sindicatos querem outra informação

Estruturas sindicais de diversos níveis deram a conhecer nos últimos dias a sua posição sobre a mensagem do Presidente da República a propósito de comunicação social bem como sobre o debate que posteriormente se estabeleceu.

A União dos Sindicatos de Lisboa afirma em comunicado ter estado «atenta, pela importância do tema e pela serena, justa e deslumbrante reflexão presidencial» mas também «estupefacta pelas desabridas, afrontosas e despropositadas respostas» que a mensagem mereceu.

A União dos Sindicatos de Aveiro regista «como muito positiva a referência à necessidade de apoio às rádios locais» enquanto a União dos Sindicatos do Algarve manifesta também o seu apoio à mensagem presidencial «porque, acima de tudo, foi uma posição justa».

Da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP) recebemos um comunicado onde esta organização sindical reitera críticas anteriormente formuladas à RTP e exige que «a informação televisiva dê o merecido lugar aos problemas e às lutas dos trabalhadores» o que a não se verificar «imporá a demissão dos responsáveis da informação» da RTP.

Também a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública deu a conhecer a sua posição sobre o assunto denunciando o facto de «a opinião contraditória com a política governamental, nos mais diversos secto-

res, ser razão suficiente para que nos seja vedado o acesso às câmaras da RTP».

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte afirma em comunicado que «a RTP tem pautado a sua «informação» por autênticas lavagens à consciência dos portugueses» com destaque para a acção do Governo e PSD «não lhe sobrando antena para a divulgação mais ampla e equitativa de outras formas de pensamento político, cultural e social». Este sindicato refere-se também à RDP por não dar tratamento à informação proveniente desta área laboral.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas dá também o seu apoio à mensagem presidencial lembrando a sua razão quando criticou a extinção do Conselho de Imprensa e do Conselho de Comunicação Social «por considerarmos que aqueles órgãos poderiam ser o garante de uma informação mais rigorosa e pluralista».

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa lembra que datam de há muito as reclamações dirigidas por esta estrutura à RTP, acusando esta empresa pública de ter «a intenção de afastar os trabalhadores das suas associações de classe e de fornecer à opinião pública a imagem elaborada e totalmente falsa de uma sociedade onde os trabalhadores desistiram das suas reivindicações e perderam o seu espírito de luta».



RTP ESCANDALO

A RTP silenciou

A lista é impressionante. Os comunicados das estruturas sindicais a propósito da discriminação na RTP dão conta da dimensão do silêncio. Alguns extractos.

Nós, as nossas iniciativas, aqueles que representamos, somos discriminados e sobre nós recai a mais refinada e habilidosa manipulação que alguma vez se praticou na RTP.

Apenas para falar de 1991, a RTP não cobriu a Quinzena de Esclarecimento de Acção e Luta de Fevereiro.

Não cobriu, em 7 de Março, uma deslocação a empresas do Distrito, com o coordenador da CGTP.

Manipulou a informação sobre a deslocação de Cavaco Silva à Tertir, em Alverca, em 17/4, quando aquele recusou receber sindicalistas do Concelho.

A manifestação de 16/3 e particularmente as comemorações do 1.º de Maio, não são exemplos de maioria informativa.

Em 13 de Maio, a RTP ignorou um ponto da situação social e laboral divulgado pela USL.

Mas, cúmulo dos cúmulos, a RTP recusou cobrir o 3.º Encontro de Sindicalistas Lisboa-Madrid, em Abril, com temática preparatória do Mercado Único Europeu.»

Comunicado da USLISBOA

«As preocupações e conteúdo da mensagem do senhor Presidente da República vêm ao encontro das diversas tomadas de posição desta União junto de alguns órgãos de comunicação social, em particular a RTP, onde por diversas vezes apresentámos queixas, junto do Conselho de Gerência e do então Conselho de Comunicação Social, pelo silenciamento sistemático que fazia das iniciativas laborais do distrito.»

Comunicado da USAVEIRO

«A USALGARVE está em condições de denunciar que alguns órgãos de Comunicação Social — e em especial a Delegação da RTP na capital algarvia — omitem sistematicamente tudo quanto diga respeito aos graves problemas sociolaborais da região.

«No entanto, a RTP/Algarve veicula todos os eventos ligados ao empresariado algarvio e ao Governo, tentando dar uma imagem de desenvolvimento que não corresponde à realidade.»

Comunicado da USALGARVE

«Prova disso é o total silenciamento por este órgão de informação da movimentação laboral em curso na Administração Pública e que só no mês de Junho envolve mais de 170 mil trabalhadores em inúmeras acções de greve, concentrações, plenários, etc.

«Silenciamento que nada justifica, pois a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública tem, atempada e sistematicamente, alertado os responsáveis pela informação da RTP, sobre as acções e iniciativas previstas, seus motivos e resultados, convocado várias conferências de imprensa a que a RTP não comparece e editado «notas» e informações escritas que a RTP ignora.»

Comunicado da Federação da Função Pública

«Os trabalhadores da EDP fizeram no dia 17 de Abril uma greve de 24 horas, com elevada adesão, contra o desmantelamento da empresa, pela garantia dos postos de trabalho ameaçados e dos direitos que conquistaram. A RTP não só calou nesse dia a greve convocada pelas estruturas sindicais da CGTP e da UGT, como não informou os telespectadores acerca da posição dos trabalhadores quanto à situação na EDP (questão que, sem dúvida, interessa aos milhões de utentes do serviço público de electricidade).

«Está a decorrer na Automática Eléctrica Portuguesa, do Grupo Centrel, um processo de despedimento colectivo que pode colocar no desemprego 465 trabalhadores. Tal medida — que seria o maior despedimento colectivo desde o 25 de Abril de 1974 — tem merecido dos trabalhadores uma forte oposição, com acções dentro da empresa e nas ruas. A RTP tem silenciado a luta e as propostas dos trabalhadores e falta, inclusivamente, a compromissos que assume (como sucedeu com a cobertura da vigília de 4 de Junho, junto ao Ministério dos Transportes e Comunicações).

«Na RTP também não foi dada qualquer informação sobre iniciativas de relevo da FSTIEP, do 2.º Congresso ao Encontro Nacional de Trabalhadores da EDP, passando pelo Encontro de Mulheres Trabalhadoras das Indústrias Eléctricas (no sector de fabricação de material eléctrico e electrónico as mulheres representam cerca de 70 por cento da mão-de-obra).»

Comunicado da FSTIEP

«A Direcção deste Sindicato entende que a mensagem do Senhor Presidente da República corresponde à apreciação que vimos fazendo ao acompanhamento e divulgação da situação sociolaboral do nosso sector que os órgãos de comunicação social têm prestado, nos últimos anos, às nossas iniciativas e tomadas de posição, entre os quais, destacamos o 3.º Congresso da nossa Federação, realizado em 16 e 17 de Março deste ano, apesar das nossas insistências, em especial, junto da RTP, estes decidiram ignorar tal realização, que mobilizou delegados de todo o País e ilhas, tendo contado ainda com a presença de delegações estrangeiras.»

Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Fabricação e Transformação do Papel, Gráfica e Imprensa do Sul e Ilhas

«Por exemplo, este Sindicato não pode sequer contar pelos dedos qualquer tratamento que tenha sido dado pela RTP à sua informação distribuída, designadamente às suas mais diversas «notas informativas» que referiam os problemas sociais e laborais dos seus trabalhadores associados, tais como as suas lutas na EDP, nos SMGE-Porto, na Grundig/Blaupunkt, na Prek, etc., sem falar de outros temas como o posicionamento do Sindicato acerca da parte laboral e das mini-hídricas na região do Cávado.»

Comunicado do STIEN

«Lutas dos trabalhadores dos Armazéns do Chiado e da área sinistrada da Baixa de Lisboa.

Lutas dos trabalhadores dos Supermercados.
Lutas dos trabalhadores da Braz & Braz.
Lutas dos trabalhadores da Papelaria Fernandes.
Lutas dos trabalhadores da «Quermesse de Paris».
Lutas dos trabalhadores da «Publicis».
Lutas dos trabalhadores da Robert Bosch.
Lutas dos trabalhadores da EPAC.
Lutas dos trabalhadores da EPAL.
Lutas dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa.
Lutas dos trabalhadores da UCAL.

«Tomadas de posição relativamente a projectos de leis laborais; aos aumentos dos membros dos cargos políticos; relativamente a grandes acontecimentos internacionais; enquadradas na luta pela redução dos horários de trabalho; face a autorizações camarárias de abertura de estabelecimentos nos fins-de-semana.

«Divulgação dos resultados dos principais acordos de Contratação Colectiva.

«Actos comemorativos da «Manifestação dos Caixeiros».

«Conferências de imprensa assinalando o desenrolar das primeiras lutas laborais.

Conferências-painéis sobre a precariedade de emprego e a sua influência negativa na vida da família.
Encontros de Reformados, de Jovens e de Mulheres.
Conferência «As leis e os direitos da Mulher».
Comemorações do «Dia Internacional da Mulher».
Anúncio e resultados dos actos eleitorais do CESL.
Ausência de respostas às reclamações apresentadas pelo CESL à RTP.

Encontro dos Trabalhadores Têxteis do Comércio Retalhista.

Encontro dos Trabalhadores da Zona da Baixa.
Colóquios e mesas-redondas com a participação de nomes destacados do mundo cultura. Actividades do «Café Concerto». Festa do Artesanato. Realização de dezenas de cursos de Formação Profissional. Distribuição de diplomas. Instalação de um Centro de Formação Profissional.»

Comunicado do CESL

Candidatos CDU em Viana do Castelo e Coimbra

A lista da CDU para as eleições legislativas de Outubro próximo está já completa depois da divulgação pública feita no final da passada semana dos onze nomes que a compõem.

José Manuel Nogueira Gil, Inspector Principal do Ministério da Educação, licenciado em Filologia Românica tendo sido assistente da Faculdade de Letras e professor na Universidade de Rdustock entre 1976 e 78 na RDA, é o cabeça de lista apresentado pela Coligação Democrática Unitária.

Nogueira Gil é eleito na Assembleia Municipal de Caminha, cuja lista encabeçou.

Nos primeiros lugares desta lista seguem-se António Gonçalves da Silva, Inspector do Ensino Básico, membro da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, da direcção do CCAM e

da Comissão Instaladora do Sindicato de Inspectores do Ministério da Educação; Domingos Gonçalves Bezerra, da Intervenção Democrática, engenheiro civil, presidente do Conselho Fiscal da Banda de Música de Ponte de Lima, concelho onde exerce as funções de presidente da Comissão de Avaliações à Propriedade Urbana; Branca Maria da Cruz Carvalho, membro da Comissão Executiva do PCP e responsável da DORVIC, e Augusto da Costa Ranha, do Partido Ecologista «os Verdes», membro da Direcção Distrital do Sindicato dos Professores do Norte.

Também em Coimbra está quase terminada a elaboração das listas de candidatos da CDU. Para além dos nomes de Vítor Costa, Avelãs Nunes e Carlos Fraião, já divulgados pelo «Avante!», a semana passada a CDU local deu a conhecer outros que

irão fazer parte da lista completa. Neste círculo eleitoral a UDP dispôs de um candidato efectivo, decorrendo negociações entre representantes do PCP e daquela formação política para a concretização do acordo estabelecido nesse sentido.

Beatriz Rosa, engenheira civil na Direcção Regional de Educação do Centro, assistente convidada do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra e vereadora entre 1988 e 89 na Câmara Municipal de Coimbra, é um dos nomes divulgados pela CDU de Coimbra como indo fazer parte da lista da coligação no distrito.

Por ordem alfabética seguem-se os nomes de Carlos Baptista, operário de construção naval nos estaleiros do Mondego, Carlos Cidade, membro do Conselho Nacional da CGTP e coordenador da União dos Sindicatos de

CDU
para
um Portugal
Melhor

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Coimbra, João Abrantes, engenheiro-técnico agrário na Brigada Agronómica do Mondego e membro da As-

sembleia Municipal de Montemor-o-Velho, e João Ramos Pereira professor do ensino secundário e membro do

Conselho Directivo da Escola Secundária de Soure, localidade onde é membro da Assembleia Municipal.

Juventude na lista de Setúbal

A composição final da lista da CDU no distrito de Setúbal foi dada a conhecer no sábado passado depois de uma reunião plenária da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP. Como o «Avante!» havia já divulgado, o economista Octávio Teixeira, deputado e membro da Comissão Política do PCP, é o cabeça de lista da CDU por este círculo eleitoral. Após a apresentação dos nomes propostos pelos «Verdes», Intervenção Democrática (ID) e UDP, a lista fica agora completa,

sendo constituída por 12 membros do PCP, três da JCP, três dos «Verdes», um da ID e dois da UDP.

Em conferência de imprensa dada após a referida reunião da DORS, com a presença de Octávio Teixeira, Manuel Sobral, da Comissão Executiva, Carlos Humberto Carvalho, da DORS, do Comité Central e igualmente mandatário distrital da lista, e Apolónia Teixeira, deputada e membro da DORS, foi referido que esta lista reúne «candidatos com profundo conhecimento dos problemas

do Distrito e com competência e capacidade para lhes dar resposta no plano político, económico, social e cultural».

A média de idades dos componentes desta lista de candidatos é de 37 anos, tendo seis deles entre 20 a 30 anos e os restantes entre 30 a 50.

Antes da indicação dos candidatos do PCP que concluiu a fase de elaboração destas listas foi feita uma auscultação a todas as comissões concelhias e organismos

de direcção dos vários sectores do PCP no distrito.

Dos nomes indicados e aceites fazem parte destacados dirigentes sindicais, membros de comissões de trabalhadores, de autarquias locais, colectividades de cultura e recreio, do movimento de mulheres, jovens e da Paz, especialistas das áreas do trabalho, economia, ensino, saúde, cultura, justiça, ecologia, sociologia e segurança social.

Para além de Octávio Teixeira, os primeiros nomes

que surgem nos lugares seguintes desta lista são os do vice-presidente da Assembleia da República, José Manuel Maia, membro do Comité Central do PCP e presidente da Assembleia Municipal de Almada; de André Valente Martins, sociólogo e membro da Comissão Executiva Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes»; de Maria Odete Santos, deputada, advogada e vereadora da Câmara Municipal de Setúbal; de Rogério Brito, deputado, presidente do Grupo Político da Esquerda

Democrática Europeia no Conselho da Europa sendo membro da Assembleia Parlamentar da UEO; José Moraes, membro do executivo da Direcção Nacional da JCP e representante desta organização no Conselho Nacional da Juventude; Apolónia Teixeira, deputada, e membro eleito na Assembleia Municipal do Barreiro; Eufrazio Filipe, presidente da Câmara Municipal do Seixal, Rui Paixão, coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal e membro da Comissão Executiva da CGTP.

ALVARO CUNHAL
desenhos da prisão
II Série

Desenhos da Prisão foram publicados pela primeira vez pelas Edições «Avante!» em 1975 no quadro das iniciativas de recolha de fundos para o Partido Comunista Português. Foram executados de 1951 a 1959 nas cadelas da Penitenciária de Lisboa, onde Alvaro Cunhal passou sete anos de rigoroso isolamento, e do Forte de Peniche, de onde se evadiu em 3 de Janeiro de 1960. Tendo-se esgotado a edição e havendo sugestões para uma reedição considerou-se ser de maior interesse editar uma colecção de desenhos ainda não publicados.

edições
Avante!

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Organização das Forças Armadas PSD não resiste à governamentalização

Matéria de maior relevância constitucional, a Lei de Bases da Organização das Forças Armadas foi apreciada na semana finda num debate onde constituíram nota dominante as críticas quer ao momento escolhido pelo Governo para promover o debate, em final de Legislatura, quer às soluções preconizadas no diploma.

Introduzidas no debate pelo deputado comunista João Amaral, mereceram especial atenção as propostas do Governo que alteram «quase radicalmente a estrutura superior de co-

mando» das Forças Armadas, de entre as quais se destaca a que reforça os poderes do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), o que na prática significa a concentração num único homem de meios, competências e poderes que estão hoje distribuídos pelos quatro Chefes de Estado Maior.

Motivo de preocupação é também, na perspectiva da bancada comunista, a introdução de novos factores de governamentalização na direcção das Forças Armadas, em prejuízo das com-

petências dos órgãos de soberania e particularmente do Presidente da República.

Alvo de controvérsia foram ainda as alterações relativas à natureza das missões das Forças Armadas, criando-lhes, como salientou João Amaral, uma «nova missão de satisfazer compromissos internacionais, não enquadrados na defesa militar da República contra agressões e ameaças externas».

Críticas duras, provenientes sobretudo dos parlamentares comunistas, foram ainda dirigidas ao

propósito subjacente à iniciativa do Governo de procurar criar um «Estado de excepção, sem cobertura institucional», através do qual, alertou João Amaral, se visa «envolver as Forças Armadas em situações de foro interno, isto é, em missões de segurança interna».

Ausente do debate, o ministro da Defesa, Fernando Nogueira, fez-se representar pelo seu secretário de Estado, o que valeu referências críticas do PCP e do PS, que entenderam que a importância da matéria em discussão justificaria a presença do titular da pasta.

Álvaro Cunhal recebido em festa no concelho de Torres Vedras

Acompanhado por Jorge Humberto, responsável da organização concelhia do PCP, e por Manuel Fernandes, vereador comunista da Câmara Municipal, o camarada Álvaro Cunhal visitou no domingo passado o concelho de Torres Vedras.

De manhã, realizou-se no parque de Sta. Cruz um encontro e um piquenique com jovens, na maioria estudantes do 12.º ano e jovens trabalhadores. Troca de impressões sobre o acesso ao ensino superior e a sua privatização, o *numerus clausus*, o sistema de avaliações, a selecção elitista e a progressiva destruição da gestão democrática das escolas pelo Governo do PSD. Também abordada a forma como estão a ser realizados os cursos de formação profissional que em geral constituem um logro relativamente às perspectivas de emprego. A precariedade do emprego dos jovens e as consequências do «pacote laboral» foi outro dos problemas abordados, assim como aspectos mais relevantes da situação política actual. Os jovens participantes expressaram a sua vontade de se empenharem para uma larga e viva participação da juventude do concelho na campanha eleitoral da CDU.

Ao princípio da tarde, Álvaro Cunhal foi recebido pelo Presidente da Câmara Municipal e membros da vereação. O importante papel do poder local democrático no regime e no Estado, as dificuldades que lhe são criadas pelo Governo com a sua política centralizadora, a gestão democrática nos órgãos autárquicos com a assunção de responsabilidades pelos eleitos dos vários partidos e sua cooperação, foram alguns dos temas abordados numa conversa que se caracterizou pela franqueza, abertura e compreensão.

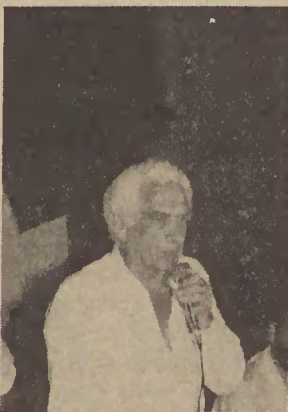
Seguiu-se a visita ao importante Centro Histórico da cidade, acompanhado por muitas dezenas de pessoas moradoras do bairro. À entrada do Castelo, o escritor torreense Andrade Santos, que conduziu a visita, e AC falaram à população sobre a defesa do património.

Antes de continuar a viagem pelo concelho, Álvaro Cunhal visitou, a convite das direcções respectivas, as sedes do Atlético Clube Torreense (Castelo) e do Sporting de Torres. Foi-lhe dada uma informação sobre as actividades desportivas, culturais e recreativas ao que respondeu salientando a extraordinária importância do associativismo popular na vida nacional e na realidade democrática.

Em Zibreira, localidade da freguesia de Carvoeira,

visitada a seguir, Álvaro Cunhal foi recebido em festa por praticamente toda a população. Estoiraram morteiros. No largo, uma longa mesa coberta de acipices e de bebidas. Toda a população que se encontrava no largo foi convidada a aproximar-se e a participar na merenda. Foi cortado e comido um bolo decorado com a sigla e o símbolo do PCP. Álvaro Cunhal encerrou as intervenções, expressando o seu entusiasmo pela extraordinária recepção, confiando que nas próximas eleições de 6 de Outubro uma vez mais a população da Zibreira votará em massa na CDU.

A caravana, já então engrossada por vários carros, seguiu para Serra de S. Julião. No grande salão recém-construído, grande salão da colectividade local repleto de gente, teve lugar um encontro com dirigentes das colectividades da freguesia que debateram largamente os problemas do associativismo popular. Entrevieram dirigentes de várias colectividades referindo as suas dificuldades,



Depois da visita ao Centro Histórico de Torres Vedras, Álvaro Cunhal participou num jantar-convívio onde estiveram três centenas e meia de pessoas

mas também o grande e confiante empenhamento dos dirigentes, dos associados e das populações. Manuel Fernandes, vereador comunista responsável do pelouro dos desportos na Câmara Municipal de Torres Vedras, fez uma intervenção falando do apoio que o seu pelouro tem dado e continuará a dar ao associativismo popular. Álvaro Cunhal abriu e encerrou o debate falando da importância e insubstituível papel desempenhado pelas colectividades no desporto, na fruição e criação cultural, no recreio e mesmo na solução de problemas sociais como, por exemplo, nas colectividades visitadas durante o dia, a instalação de balneários acessíveis à população em locais onde

as habitações não têm instalações sanitárias. Álvaro Cunhal referiu a apresentação há dias na Assembleia da República de um projecto do PCP de uma «Lei Quadro de Apoio ao associativismo popular» e desenvolveu as grandes linhas da política do PCP.

A visita terminou com um jantar-convívio no Pavilhão da Feira de Sto. Isidro, que decorreu num extraordinário ambiente de entusiasmo. As intervenções versaram particularmente as próximas eleições, todos expressando a vontade da activa participação na campanha para que a CDU alcançasse um grande resultado, essencial para que uma alternativa democrática ao Governo de direita seja alcançada.



Um dia a contactar com as populações

Dia excelente, com sol radioso a banhar o Concelho, algumas dezenas de amigos e militantes do PCP aguardavam a chegada de Álvaro Cunhal a Torres Vedras, que aconteceu pelas 11 horas.

O programa estabelecido previamente foi cumprido na totalidade. A parte da manhã foi ocupada numa agradável conversa com 25 jovens, que decorreu no Karting em Santa Cruz.

Dos principais temas tratados, dois mereceram especial destaque, ou seja: a CDU e as próximas eleições para a Assembleia da República e a inserção dos jovens na campanha eleitoral e ainda as saídas profissionais, quer para os jovens estudantes universitários, quer ainda para os que frequentam cursos de formação profissional.

Também a Comunicação Social foi referida neste encontro com os jovens e Álvaro Cunhal aproveitou a ocasião para comentar o facto do Presidente da República ter enviado à Assembleia da República uma mensagem, tendo na ocasião referido que «a discriminação e a governamentalização dos meios de Comunicação Social do sector público justificam plenamente tal mensagem», aliás bem patente no nervosismo e irritação com que o Governo PSD/Cavaco Silva reagiu o que não pode deixar de ser considerado como um reconhecimento implícito das responsabilidades que o Governo e o PSD têm em tal matéria, acrescentando ainda que esta era uma situação gravemente lesiva dos princípios democráticos.

A parte da tarde e a noite foram preenchidas em contactos directos com a população, com privilégio para o Movimento Associativo e Popular e o Património Histórico e Cultural, além da recepção que os autarcas do concelho concederam no Município, aproveitando a ocasião para uma troca de pontos de vista acerca da política governativa para as autarquias, havendo convergência de pontos de vista relativamente à descentralização de encargos para as autarquias sem a correspondente contrapartida financeira de que são exemplos: os 12 mil quilómetros de estradas e as edificações escolares.

Realçado foi também o papel das forças de esquerda no processo democrático português e o contributo firme e coerente do PCP. No final foi entregue pelo presidente da edilidade torreense um estojinho contendo uma placa em bronze com o símbolo e a localização do concelho de Torres Vedras.

Seguiu-se uma visita ao Centro Histórico e a duas colectividades sitas nessa zona, onde se encontravam a aguardá-lo as respectivas direcções.

Dezenas de populares saíram à rua para cumprimentar ou ver de perto o secretário-geral do PCP, numa manifestação de solariedade e confiança, que aliás foi a tônica de toda a visita, como se poderá comprovar pela recepção que a população da Zibreira (Carvoeira) dispensou, ofertando um lanche, quotizando-se e mobilizando-se para o efeito.

Os problemas do Movimento Associativo, foram expostos num encontro proporcionado na serra de S. Julião, com todas as direcções das colectividades da Freguesia da Carvoeira, com a sala repleta de público entusiasta e atento a tudo o que foi dito.

Já o sol tinha desaparecido no horizonte, foi chegada a hora do fecho desta iniciativa, com jantar no pavilhão da Feira de Santo Isidro, confeccionado por militantes e amigos do Partido daquela área do concelho e que reuniu cerca de 320 pessoas, que quiseram desta forma ouvir a intervenção final de Álvaro Cunhal sobre as posições deste Partido acerca do actual momento político e social que o País atravessa.

Deputados comunistas prestam contas em Évora

Honrámos o mandato da população

O PCP honrou o mandato que a população nos confiou — afirmam os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Évora e a direcção regional do Partido.

No final da 5ª legislatura da Assembleia da República, os comunistas prestaram contas, em conferência de imprensa no passado dia 7, da actividade desenvolvida desde 1987 pelos deputados que o PCP elegeu no distrito de Évora.

«É uma prática saudável, que fortalece a democracia e que gostaríamos de ver repetida por todas as forças políticas e deputados» - afirmam os comunistas de Évora, lembrando que, «se é certo que nos termos da Constituição os deputados representam todo o País e não os círculos por que são eleitos, também é verdade que eles assumem responsabilidades directas perante as populações e, em particular, os eleitores dos respectivos círculos. São a voz da Nação, mas também são a voz dos círculos eleitorais. Devem ter em conta os interesses nacionais, mas não podem esquecer os problemas, carências e soluções para o distrito que os elege. Quando se apresentam às eleições apelam ao voto com base em compromissos que estabelecem com as populações».

Por outro lado, «o eleito tem o direito de saber o que é que os deputados que foram eleitos fizeram do pacto de trabalho que estabeleceram durante a campanha eleitoral. Mais do que o direito, tem o dever de exigir contas. Só assim a democracia não se tornará num regime formal, sem conteúdo e sem participação».

De 1987 a 1991, diz-se no documento distribuído aos jornalistas, a AR «foi dominada por uma maioria absoluta do PSD, surda à bondade das propostas e iniciativas da oposição, que a tudo o que tivesse origem no Governo ou na sua própria bancada dizia não»; o PSD «procurou transformar a Assembleia num mero apêndice do regime democrático, numa câmara de eco das iniciativas do Governo»; deste modo, «a governamentalização do Estado, o abuso e a hegemonização do poder do PSD tornou-se uma prática no quotidiano da Assembleia da República», e os 148 deputados social-democratas «pouco mais foram do que uma enorme mancha cinzenta no hemisfério de S. Bento».

É neste contexto que assumem particular realce as iniciativas da oposição, sobretudo as que conseguiram aprovação.

O Grupo Parlamentar do PCP foi o que mais iniciativas apresentou, tanto no domínio legislativo, como fiscalizador. No que se refere especificamente ao distrito de Évora - afirmou-se na conferência de imprensa - «os deputados comunistas souberam levar a voz do distrito à AR», o que se traduz em números por 13 intervenções em plenário, 10 projectos de lei, 50 requerimentos, 92 propostas em sede de Orçamento de Estado.

Os deputados do PCP visitaram todos os concelhos do distrito de Évora. O Grupo realizou aqui as suas jornadas parlamentares de Setembro e, mais recentemente, tiveram lugar as jornadas legislativas. «Contactámos durante estes 4 anos mais de uma centena de entidades representativas de todos os sectores. À AR levámos os problemas que nos foram colocados. Muitas das iniciativas traduziram-se em leis da República ou contri-

buíram para desbloquear e resolver problemas» - afirmam os comunistas eborenses. Num folheto são referidas as iniciativas de maior significado, embora na conferência de imprensa tenha já sido destacado que, em resultado das iniciativas legislativas do PCP nesta legislatura:

- Montemor-o-Novo foi elevada a cidade,

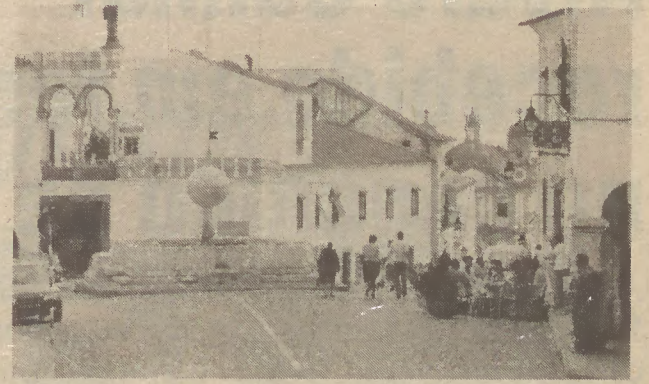
- foram criadas as freguesias de Campinho, Sábugeiro, Cortiçadas de Lavre, Silveiras e Foros de Vale Figueira,

- os tapetes de Arraiolos têm um projecto para a sua defesa e valorização aprovado por unanimidade na Comissão de Educação, Ciência e Cultura,

- foi aprovada a devolução aos agricultores e às cooperativas do total do IVA pago no ano da compra do gasóleo.

Das iniciativas que forçaram o Governo a desbloquear a resolução de problemas, os deputados e a DO-REV do PCP destacam:

- o reconhecimento da dívida de mais de 200 mil contos do IGAPHE à Câmara



ra Municipal de Évora,

- a devolução pelo INH à cooperativa Habiévora de 5 mil contos de juros pagos indevidamente,

- a aceleração da construção de várias escolas (como a secundária de Vendas Novas e a C+S de Mourão) ou o anúncio do arranque da construção de uma escola secundária em Montemor-o-Novo,

- a atribuição pelo Governo à CM de Évora de uma comparticipação de 30 mil contos para a recuperação de 16 quarteirões no Bairro da Mouraria,

- a concessão de apoios ao então Centro Cultural de Évora e ao arranque do CEDREV,

- a instauração de contra-ordenação à Celbi devido à destruição do Castelo Velho do Degebe, em Reguengos de Monsaraz, em consequência das obras de aterro efectuadas para a plantação de eucaliptos,

- o apoio à imprensa regional, com a continuação da obrigatoriedade de publicação das escrituras de constituição de firmas nos jornais locais (que o Governo queria abolir).

«Mas praticamente todos os sectores de actividade viram os seus problemas levantados na AR pelo PCP» - sublinhou-se na conferência de imprensa, referindo que «muitas das iniciativas poderiam ter ido ainda mais além, se tivessem a companhia dos outros deputados eleitos pelo distrito».

Mas o certo é que, ao longo de 4 anos, o PSD, que possuía também 2 deputados, não teve qualquer iniciativa em defesa dos interesses do distrito e das suas populações, e também o Partido Socialista, apesar de não ter nenhum deputado eleito por Évora, nunca levantou a voz naquela direcção.

Só que estes partidos, além de não fazerem, impediram nalguns casos que outros fizessem. Isso sucedeu em relação à proposta do PCP de criação de 6 novas freguesias na cidade de Évora (não foi aprovado devido à oposição do PSD) e às propostas dos deputados comunistas para reforço de verbas no Orçamento de Estado (com a sistemática oposição do PSD e a abstenção do PS).



CDU na Estrada Nacional 10

Uma brigada da organização do PCP em Alhandra realizou há algum tempo uma acção de propaganda privilegiando a Estrada Nacional nº.10, onde para além da colocação de algumas dezenas de pendões da CDU-Coligação Democrática Unitária foi pintado o mural que a fotografia documenta. Esta acção constitui um estímulo para os comunistas de outras freguesias vizinhas onde também diversas acções de propaganda foram já efectuadas.

CAMARADAS FALECIDOS

JOSÉ PANLETA

Faleceu recentemente José Feliciano Panleta. Membro do Partido, militava na Organização de Freguesia do Campo Grande.

JOAQUIM ALBANO

Faleceu, aos 62 anos, Joaquim Patrão Albano, natural de Santa Eulália. Pertenceu à célula da Petrogal e ultimamente estava reformado, fazendo parte da organização de Sacavém, onde era responsável pelo local de convívio.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

A pouco mais de vinte dias

Festa da Alegria promete

Em Braga, os comunistas trabalham com afinco nas numerosas tarefas que implica a realização da Festa da Alegria, marcada para 5, 6 e 7 de Julho, este ano, na sua décima segunda edição.

Neste momento discutem-se e preparam-se os projectos de implantação, definem-se ideias de decoração e organização de espaços, procuram-se soluções inovadoras e trabalha-se na elaboração de um programa que faça jus às tradições granjeadas e que fizeram desta iniciativa uma referência obrigatória no roteiro anual das festas minhotas.

Este ano, a proximidade das eleições legislativas fará certamente com que a Festa seja encarada na perspectiva de uma grande acção de massas, inserida na campanha pré-eleitoral. Neste sentido, reveste-se de particular importância o momento do comício de domingo, 7 de Julho, em que intervirá o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas.

Previstos estão igualmente vários debates, exposições, designadamente sobre os 70 anos da vida e da actividade do PCP do distrito

e outra sobre as eleições legislativas. A cultura popular estará presente nas suas variadas formas que vão do artesanato à gastronomia, folclore, jogos tradicionais, etc.

Haverá espaço para a literatura portuguesa, para a poesia, cinema, banda desenhada e para divertimentos

mecânicos, que pela primeira vez ocuparão uma área significativa na Festa.

Mas quem for à Festa mais pela boa música que lá se ouve, não vai ficar desiludido. Embora ainda esteja a decorrer vários contactos, está desde já confirmada a presença de Sérgio Godinho,

dos Delfins, dos Vai de Roda, do grupo Raízes, Brassagi, da música africana dos Issabary e o canto da América Latina com Julian del Valle.

Representadas vão estar praticamente todas as regiões do País em pavilhões próprios.

Desporto em Lisboa

A «Intervenção do PCP e o Desenvolvimento Desportivo na Cidade de Lisboa» foi o tema para um encontro realizado na passada quinta-feira num hotel da capital, promovido pela Direcção da Organização da Cidade de Lisboa (DORL) do PCP com a participação de cerca de uma centena de dirigentes associativos, técnicos de educação física, monitores desportivos, treinadores e atletas.

O Eng.º Rego Mendes, vereador com o pelouro do desporto na Câmara Municipal (CML) desta cidade, esteve presente num debate onde foram apresentadas comunicações individuais e

colectivas sobre temas como a concepção, doutrina e teoria do desporto na cidade ou relativos a estudos de campo efectuados nesta área temática.

Modelos, planos e programas de desenvolvimento desportivo municipal orientados para a sua transformação qualitativa e quantitativa foram discutidos e apresentados ao longo dos trabalhos deste encontro.

No final, a comissão organizadora fez a sistematização possível das ideias apresentadas tendo em conta as necessidades prioritárias do município, a definição de algumas orientações futuras e a avaliação do trabalho

desenvolvido pelo pelouro do desporto na CML nos primeiros 18 meses de mandato.

Para além de Rego Mendes, a mesa que dirigiu os trabalhos era constituída pelo deputado do PCP António Filipe, Carlos Rabçal, responsável do grupo de estudos do PCP para a política desportiva e membro da Comissão Executiva, Leonor Barão e César Rousado, da Organização da Cidade de Lisboa do PC, João Bento, professor de educação física, Vasco Santos presidente da Federação Portuguesa de Xadrez, Professor Melo Carvalho e o jornalista Galvão Correia.

Luís Sá no Porto Nova maioria PSD constituiria risco para a democracia

Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP e cabeça de lista da CDU pelo círculo do Porto, participou a semana passada numa série de iniciativas promovidas na região

Ao encontro da CDU realizado na cidade invicta seguiram-se vários contactos com trabalhadores de empresas têxteis do concelho de Santo Tirso, com a população da Póvoa do Varzim e Gaia. Na tarde de sábado, participou numa visita ao Parque biológico de Avintes e no domingo esteve presente em S. Pedro da Cova. Os extractos que publicamos de seguida são da intervenção que proferiu no encontro da CDU promovido no Porto.

«A aprovação, na terça-feira, da lei que cria uma instituição na Área Metropolitana do Porto é um passo tímido em comparação com o que seria necessário em face da crise existente e dos problemas acumulados. Mas a solução é melhor, mesmo assim, do que as que tinham sido propostas pelo PS e PSD.

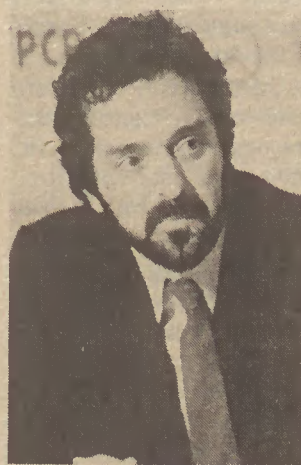
Para enfrentar os problemas do Grande Porto é necessária uma instituição com mais poderes, em particular na área do ordenamento do território e da coordenação das intervenções dos serviços da administração central e das empresas públicas. Por isso, a CDU vai participar activamente na Assembleia

Metropolitana do Porto e apresentará as propostas construtivas para enfrentar a situação actual. Mas retomaremos este assunto no programa eleitoral do PCP, propondo uma instituição metropolitana mais democrática, cujas despesas não sejam pagas pelos municípios, como vai acontecer agora, e com competências mais largas do que foi estabelecido.

Quanto à Lei Quadro das Regiões Administrativas, a sua aprovação é uma dupla derrota do PSD. Em primeiro lugar, porque depois de ter boicotado o processo durante anos e anos, o PSD foi forçado a recuar e a não impedir que fosse dado um passo no caminho da instituição das regiões administrativas. Este facto mostra que o movimento a favor da regionalização é tão forte que leva os seus adversários, em vésperas de eleições, a tentarem ocultar as suas reais posições. Em segundo lugar, porque a lei aprovada, não sendo a ideal, não inclui aspectos negativos e antidemocráticos que constavam da proposta de lei do Governo e garante maior pluralismo do que o projecto de lei do PS.

Mas esta lei não significa uma garantia de que vai haver regiões administrativas, pois faltam diplomas essenciais. Logo que abrir a Assembleia da República, o PCP apresentará os projectos de lei necessários para que seja concretizada a instituição das regiões administrativas, em particular a lei das áreas de partida das regiões administrativas e a lei de regulamentação das finanças regionais. Temos dito que, em 1992, deve ficar resolvida a questão da regionalização. Desafiamos os outros partidos a tomarem uma posição concreta sobre a matéria.

Mas torna-se claro que estas questões, sendo parte da questão da democraticidade do Estado e da administração pública, só podem encontrar resposta com uma maioria democrática e com a direita em minoria. A razão que leva o PSD a bloquear a regionalização, a hostilizar o poder local e a governamentalizar o poder é do mesmo tipo da que o leva a partidizar a administração pública, discriminar quem não é do «partido-laranja» e instrumentalizar a comunicação social do Estado, em particular a RTP,



como acaba de ser denunciada pelo Presidente da República. Uma nova maioria do PSD representaria um risco para a democracia política tal como a concebe a constituição e o agravamento da limitação das liberdades. O respeito pelo papel do Presidente da República, a valorização da Assembleia da República, a regionalização, o reforço das competências e meios financeiros do poder local e o respeito e reforço dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos são aspectos essenciais da contribuição que o PCP e a CDU estão em condições de dar para uma alternativa democrática.

3.º Congresso Regional da Madeira Para uma maior intervenção na sociedade

3º Congresso Regional da Madeira do PCP
Para uma maior intervenção na sociedade

O Congresso da Organização da Região Autónoma da Madeira reuniu no passado domingo, no Funchal, e elegeu Leonel Nunes para coordenador regional do PCP, o que ocorreu pela primeira vez. Nos trabalhos participou o secretário-adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que proferiu o discurso de encerramento, no qual criticou a actuação do Governo em diversas áreas da vida nacional. Segundo afirmou, «este Governo tem meios económicos e políticos, nomeadamente a comunicação social, que podem pesar nas próximas eleições». Contudo, adiantou, «um partido, mesmo o mais votado, pode não governar se as forças democráticas se unirem». Referindo-se aos

trabalhos do III Congresso, Carvalhas afirmou ter ouvido muito sobre o trabalho ligado a todos os problemas e verificou que os comunistas são «conhecedores das reais condições do povo da Madeira».

O Congresso elegeu uma nova direcção regional composta por 21 membros e criou uma nova Comissão Executiva Regional que substituiu a anterior executiva. Os delegados discutiram e aprovaram dois documentos, um dedicado ao trabalho de Organização e Quadros e um texto com as orientações políticas que engloba uma análise da situação económica, social e política da região e define medidas a

tomar no imediato e a médio prazo pela organização.

No trabalho de organização foram diferenciados aspectos como o funcionamento da estrutura, a ligação às bases, o apoio à Direcção Regional e feita uma análise ao trabalho dos últimos dois anos.

Por outro lado, foram tomadas medidas de direcção, algumas das quais foram introduzidas durante o trabalho de preparação do Congresso, designadamente a criação de novos organismos e alteração do funcionamento de outros, o reforço e a renovação de quadros.

Colocada de forma *sui generis*, «Organizar para quê?», esta questão suscitou

larga discussão, ficando claro que o seu objectivo máximo é o de intervir politicamente para alterar a situação criada na Região Autónoma, reforçar o conteúdo da ligação às bases através de uma maior participação destas no trabalho do Partido.

Os comunistas madeirenses concluíram que neste momento nenhum partido tem condições para sozinho ser alternativa ao Governo Regional, razão pela qual apelaram à necessária convergência dos três partidos, PCP, PS e UDP para derrotarem o PSD.

Os delegados, cerca de noventa, debateram e aprovaram uma moção onde reiteraram a proposta da Direcção Regional do PCP à UDP no sentido de tornar possível um acordo entre os dois partidos com vista às próximas legislativas.

PCP E PS ENCONTRARAM-SE NOS AÇORES

No passado dia 4 deste mês, o presidente do PS nos Açores, Martins Goulart e o coordenador da DORAA do PCP, Decq Mota, encontraram-se numa reunião de trabalho realizada na cidade de Horta, nos Açores. Os dirigentes partidários trocaram pontos de vista sobre a actual situação regional e procederam a uma análise dos últimos acontecimentos ocorridos na Assembleia Legislativa, com a perda da maioria PSD, e as suas repercussões.

No final do encontro Decq Mota declarou aos jornalistas «haver identidade de pontos de vista quanto à necessidade das forças da oposição parlamentar e as várias vertentes do descontentamento, convergirem na sua acção no sentido de sublinharem e demonstrarem o conteúdo político da mudança qualitativa existente com a perda da maioria absoluta pelo grupo parlamentar do PSD.

BOICOTADA FEIRA DE VELHARIAS

A Comissão Concelhia de Viana do Castelo do PCP protestou em comunicado contra a decisão do executivo camarário de recusar qualquer apoio à realização da já tradicional Feira das Velharias, promovida desde o início, e durante três anos consecutivos, pelo PCP.

Os comunistas de Viana do Castelo interrogam-se sobre os motivos que conduziram àquela decisão, exigindo uma resposta fundamentada, uma vez que os apoios solicitados são os mesmos das edições anteriores e foram sempre concedidos. «Ou será que o presidente da Câmara visou retaliar o PCP por este ter tomado posição pública, responsabilizando a maioria absoluta do PSD pelo não funcionamento do executivo vianense? Ou por se ter manifestado contra os brutais aumentos das taxas e licenças de obras, de água e a criação da taxa de lixo e de saneamento? Ou por os eleitos da CDU não terem votado favoravelmente o Orçamento e o Plano de 1990 e de 1991?»

MINISTRO PROMETE PISCINAS SEM ÁGUA!

Na sua deslocação ao distrito da Guarda, no final do mês passado, o ministro da Educação prometeu piscinas em localidades onde não há água para beber, inaugurou uma residência para estudantes que não chega para satisfazer dez por cento das necessidades, mas só anuiu a receber uma delegação de professores, depois destes terem insistido repetidamente e terem sido ameaçados pela polícia, a mando do governante. Entretanto, num distrito onde a rede de escolas cobre apenas 30 por cento das necessidades, foi com legítimo espanto e indignação que população viu mais uma vez relegada ao esquecimento a tão prometida, em vésperas de eleições, C+S de Manteigas.

PARECER DA CCRN DÁ RAZÃO A PCP

As Comissões Concelhias de Matosinhos e da Maia viram recentemente as suas posições contempladas no parecer emitido pela Comissão Coordenadora da Região Norte

(CCRN) em relação ao processo de instalação da Lipor II na Quinta do Chantre, em Leça do Balio. Em causa está a localização da central de tratamento de lixo e aterro sanitário, várias vezes contestada pelo PCP por estar prevista para uma zona de habitação e sem qualquer estudo ambiental prévio. O PCP nunca se manifestou contra o projecto, mas sim «contra o processo», cuja pressa e segredo com que era conduzido levou os eleitos da CDU a apresentarem na Assembleia Municipal de Matosinhos uma proposta para o submeter à discussão pública, que viria a ser rejeitada pela maioria PS. Os comunistas que foram assim os únicos a votar contra e a tudo fazer para que não fossem cometidos erros, não podem deixar de lamentar, que na devida altura, os seus justos argumentos não tenham sido ouvidos. Agora tudo voltou à estaca zero e o problema dos lixos continuará por resolver, devido à teimosia dos presidentes das câmaras que integram a Lipor.

JOVENS LUDIBRIADOS PELO CENSOS

Imediatamente após o início do trabalho nos Censos 91 tornou-se claro que os jovens haviam sido ludibriados, pois na prática recebem entre 20 mil e 40 mil escudos por mês por cerca de 600 horas de trabalho, ou seja 30 a 70 escudos por hora. O secretariado da JCP considera inaceitável que os jovens recebam entre 30 a 70 escudos por hora, valor várias vezes menor do que o do salário mínimo nacional e particularmente grave neste caso, em que a entidade empregadora é o Estado. «Esta situação não é mais que uma clara exploração de jovens, na maioria à procura do primeiro emprego ou estudantes com dificuldades financeiras». A JCP denuncia ainda o facto de o Governo e do «INE se terem recusado a satisfazer as justas reivindicações dos jovens, os terem ameaçado, bem como aos executivos da juntas de freguesias». Os jovens comunistas exigem assim que o Governo e o INE revejam os modelos de pagamentos aos agentes recenseadores, de forma a que estes recebam em conformidade com a média real do tempo de serviço.

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTEIROS

Uma das mais importantes obras do neo-realismo
Agora em 4ª edição, com introdução de Isabel Pres de Lima
Um livro indispensável na sua biblioteca

Soeiro Pereira Gomes

edições
Avante!

TRABALHADORES

Em vésperas de eleições O contagotas do NSR rende ao Governo alguns milhões

Função Pública recorre, além das greves, a grande acção em Setembro — afirma a Federação que nada desconvocou

Um dia depois de anunciada uma «grande acção» de luta em Setembro, o Governo fazia publicar no «Diário da República» um Decreto-Lei que descongela, a partir de 1 de Janeiro deste ano, os dois escalões seguintes àquele em que à data se encontrava o funcionário público abrangido pelo NSR, ou seja, o novo sistema retributivo para a Função Pública.

Quinta-feira passada, o coordenador da Federação Nacional dos Sindicatos do sector anunciava, além das lutas marcadas para este mês, uma «grande acção» em Setembro, no período imediatamente anterior às eleições.

Segundo aquele diploma do Governo, quando a antiguidade na categoria for igual ou superior a sete anos, o funcionário sobe um escalão; subirá dois

quando essa antiguidade for igual ou exceder os 18 anos.

Ouvida pela agência Lusa, a Federação (FNSFP), que emitiu sobre o assunto um comunicado, especifica a dado passo:

«Se tivermos em conta que o diploma abrange mais de 120 000 trabalhadores, que irão receber retroactivos de sete, oito ou mesmo nove meses em vésperas de eleições, facilmente se compreende o objectivo eleitoralista que levou o Governo a demorar seis meses a elaborar um decreto com apenas seis artigos», ou seja, um artigo por mês.

O pior é que, além de representar alguns milhões de contos, a demora não compensa de forma alguma o trabalhador que deveria receber em Janeiro, pois, segundo a FNSFP, o diploma publicado em 7 do corrente

continua a «contar apenas o tempo na categoria, desprezando o tempo na carreira e a antiguidade na Função Pública».

Além disso, o decreto «não corrige algumas aberrações criadas pelo NSR, nomeadamente nas carreiras administrativa e técnico-profissional».

Aproveitando entretanto a «veia» eleitoralista, o STAL (sindicato dos trabalhadores das autarquias) «convidava» o Primeiro-Ministro a «inaugurar as negociações».

É clara a alusão à falta de diálogo que tem caracterizado — e se prolonga há anos — por parte do Governo esta questão social de toda a FP.

Dá que as formas de luta tendam a agravar-se e a abranger cada vez mais serviços e sectores.

Governo asfixia a CP

Os dirigentes da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, filiada na CGTP, acusa o Governo de efectuar «cortes brutais nas indemnizações compensatórias» que como serviço público deve à CP. Num comunicado de 5 do corrente, a comissão executiva daquela Federação adianta os seguintes pormenores:

«O Governo acaba de fixar em 18 900 mil contos a verba a atribuir este ano à CP a título de indemnizações compensatórias e de outros subsídios para cobrir os custos sociais do transporte ferroviário»

«Como em 1990 o montante atribuído à CP com a mesma finalidade tinha sido de 18 800 mil contos, verifica-se que o aumento nominal foi apenas de 0,5 por cento, e tendo em conta a inflação constatamos que há uma diminuição da contribuição do Estado em cerca de 12 por cento.

«Para manter o mesmo nível de indemnizações compensatórias de 1990, o Estado deveria pagar este ano à CP cerca de 21 milhões de contos, ou seja, mais dois milhões de contos.

«Mas se nos reportarmos a 1989, quando o total das indemnizações compensatórias pagas à CP foi de

20 400 mil contos e tendo em conta que a inflação nos últimos dois anos foi superior a 25 por cento, este ano, em vez de 18 900 mil contos, o Estado deveria pagar à CP qualquer coisa como 25,5 milhões de contos, ou seja, mais 6,6 milhões de contos do que se propõe pagar.

«Verifica-se assim que o Governo, enquanto apregoa a modernização da rede ferroviária, retira à CP as verbas necessárias para tal. Acresce que as indemnizações compensatórias já eram calculadas em 1989 segundo critérios muito inferiores aos parâmetros de-

finidos pela CEE. Quer isto dizer que o Governo foge às suas responsabilidades ao reduzir a sua quota-parte no pagamento da componente social dos transportes ferroviários. E o conselho de gerência da CP só não protesta porque o seu presidente funciona mais como comissário político do que como um verdadeiro administrador da empresa. E os prejudicados são os utentes do caminho-de-ferro cada vez mais mal servidos; e são os ferroviários que têm visto as suas condições de vida a degradarem-se de ano para ano», conclui a CE da FNSTFP.

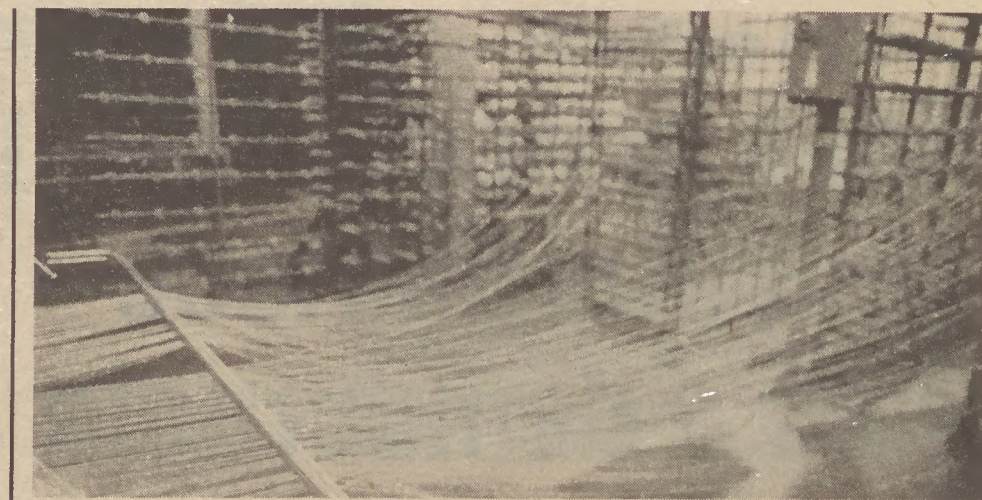
Escolas encerram no Porto

A greve de dois dias dos trabalhadores não docentes do ensino básico e secundário atingiu a adesão de 80 por cento no cômputo das escolas desses sectores (Pedro Vaz de Caminha, Paranhos, Miragaia, Cerco, Alexandre Herculano, António Nobre, Garcia da Horta e Escola de Música) no Porto.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, essas escolas estavam encerradas.

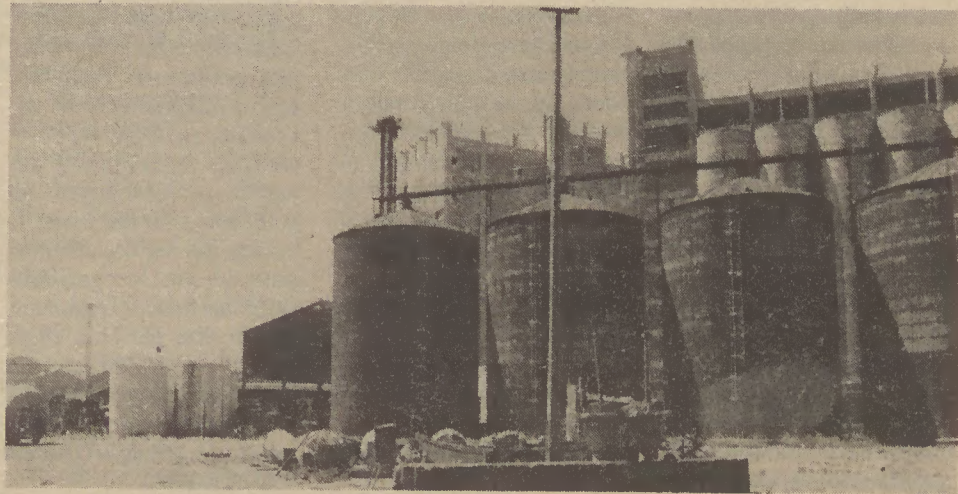
A mesma fonte indicava à Lusa que estavam também fechadas em 4 do corrente as Escolas de São Mamede de Infesta (Matosinhos), Valbom, S. Pedro da Cova e Medas (Gondomar), Valongo e Alfena (Valongo), Gueifães e Águas Santas (Maia), bem como as Preparatórias de Paços de Ferreira e Freimunde.

Não funcionou também nos dois dias de greve a maioria das escolas pre-



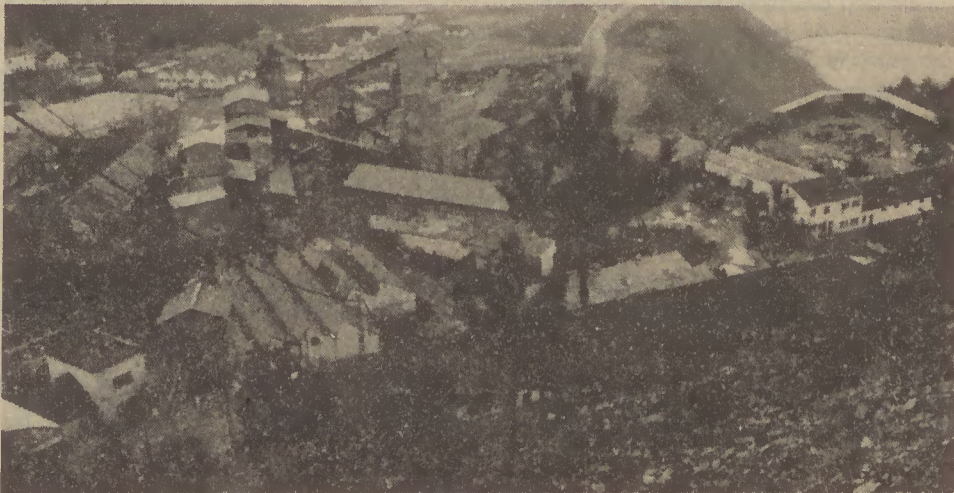
Luta no têxtil

Setecentos trabalhadores têxteis sem salários desde Fevereiro desfilaram em 3 do corrente desde a Hortex até à Midouro, em Lordelo. O pessoal desfilou durante 5 quilómetros e cortou o trânsito sem incidentes. A acção contou com a presença solidária dos trabalhadores da Arnaldo & Abreu. Com características semelhantes, a agência Lusa anunciava no mesmo dia a realização de uma forma de luta idêntica, em S. Martinho do Campo (Santo Tirso), junto à estrada nacional 105 (Porto-Guimarães)



Escola no Barreiro

Um protocolo assinado em 5 de corrente entre a Câmara Municipal do Barreiro e a CGTP-IN permitirá a cooperação entre as duas entidades na criação de uma escola profissional na localidade. As instalações necessárias ao funcionamento da unidade escolar serão fornecidas pela Autarquia. O seu presidente e o coordenador da Central assinaram o documento que, além da intervenção junto da área competente do Ministério da Educação, assinala o compromisso das partes quanto à elaboração dos programas curriculares, o recrutamento de formadores, a admissão de formandos, organização de estágios e visitas de estudo e, nomeadamente, de saídas profissionais mediante contactos com agentes económicos



Greve nas minas

O reforço da luta contra o pacote laboral foi um dos motivos da greve de 24 horas que os 673 mineiros da Panasqueira efectuaram na semana passada. Um desconto que o sindicato considera indevido, a falta de balneários condignos e a suspensão de um transporte fornecido pela empresa contam-se também entre as razões da greve iniciada em 8 do corrente

Plataforma

Como já está a decorrer há meses o projecto de desmembramento da Rodoviária Nacional (empresa pública), a respectiva comissão central de trabalhadores convocou sexta-feira passada para um hotel de Lisboa um encontro de todas as organizações da empresa. Na nota de Imprensa da CT são referidas a FESTRU, o SITRA, a FETESE, SIQTER e SNN. Na mesma nota, indica-se como objectivos do encontro, além do já citado desmembramento, «o processo de negociação da revisão do Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho». Segundo a comissão central da RN, tratava-se também naquele encontro de procurar «uma plataforma de acção comum que salvguarde os direitos e regalias dos trabalhadores, nesta fase de cisão da RN em 13 empresas».

paratórias e secundárias nos distritos de Viana do Castelo, Bragança e no concelho da Póvoa do Varzim.

O nível da adesão nacional é muito positivo para as reivindicações dos trabalhadores não docentes das escolas que querem a revalorização das carreiras.

A greve de 3 e 4 do corrente foi convocada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública.



O SPGL tem tido um papel de destaque nas lutas dos professores (na foto, o plenário nacional realizado pela Fenprof no Campo Pequeno dia 17 de Maio)

Eleições no SPGL Uma vitória dos professores e do sindicato

Com um escasso número de mesas por apurar, os votos já escrutinados garantiam a vitória da lista A, constituída com base na actual Direcção, nas eleições para os corpos gerentes e o Conselho Fiscal do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Às eleições de dia 6 concorreu ainda a lista B, encabeçada por ex-dirigentes do SPGL que estão em oposição à Direcção desde Fevereiro de 1989. No momento do fecho desta edição a lista A tinha 4166 votos (55,5 por cento), e a lista B contava 2795 (37,2 por cento).

A lista A recandidatou o presidente da Direcção do SPGL, Paulo Sucena, militante do PCP, e integrava professores de um leque de sensibilidades sindicais mais amplo que na Direcção agora cessante. A lista B, cujos elementos já tinham sido derrotados nas eleições de há dois anos, voltou a candidatar aos cargos de presidente, vice-presidente e tesoureiro os militantes do PS Augusto Pascoal, Óscar Soares e Henrique Vieira.

O SPGL é o maior sindicato da Federação Nacional de Professores, cujo secretário-geral, António Teodoro, foi agora reeleito para presidente da Mesa da Assembleia Geral do sindicato da Grande Lisboa.

Em depoimento ao «Avante!», Paulo Sucena lembra que a lista que encabeçou «apresentou-se como herdeira da actual Direcção, consciente, todavia, de que era necessário alargar a participação dos professores na vida sindical, aprofundar e melhorar o funcionamento dos mecanismos da democracia sindical, enriquecer a reflexão sobre frentes fundamentais, como a gestão democrática, a formação de professores, a reforma educativa, a estabilidade e segurança de emprego ou o ensino técnico-profissional e artístico, tendo por base o reforço da equipa de trabalho anterior com elementos que se distinguiram na actividade sindical e nas diversas frentes.

«Estes princípios materializaram-se nos nomes que deram corpo à lista A. Além das mudanças de responsabilidades entre os dirigentes que transitam da anterior Direcção, a equipa foi reforçada e diversificada com sindicalistas que, provindo de áreas críticas, se harmonizam, pelo seu perfil de honestidade, dedicação e competência, com a matriz de que partiu a lista A. Esta bateu-se ainda por ver garantida na sua composição uma actividade quotidiana, descentralizada pelas direcções regionais, visando a unidade dos professores, o reforço do sindicato, a expansão da rede de delegados sindicais e o desenvolvimento do património do SPGL.»

O presidente reeleito entende ser necessário manter o sindicato como «um espaço aberto e de debate democrático, um espaço onde seja possível a síntese fraterna da pluralidade de opiniões e perspectivas livremente expressas, ou seja, com um actividade e um postura sindical que não permitam tornar o maior sindicato de professores de Portugal num lugar partidário, porque, se isso acontecesse, acontecia simultaneamente o definhamento do SPGL.»

«Estamos convictos de que esta equipa - composta por professores do PCP, da UDP, do PS, da área do PSD e por um grande número de independentes, coesa e democrática, formada na base da competência e do empenhamento sindicais e profissionais, e não a partir de critérios partidários - será capaz de tornar cada vez mais o SPGL num sindicato de massas e reivindicativo e, simultaneamente, num sindicato apetrechado para responder às grandes questões da política educativa que se vão colocar aos professores e ao País neste findar de milénio» - conclui Paulo Sucena no seu depoimento.

«Não os trocamos pelo silêncio!»

A retirada dos pelouros aos vereadores da CDU em Cascais é entendida como retaliação pela oposição e denúncia pública de situações gravosas

A decisão do PSD de retirar os pelouros que estavam a cargo de Carlos Sota e Vítor Silva (Trânsito e Transportes Públicos, Cemitérios, Toponímia, Ocupação da Via Pública, Equipamento, e Transportes da Câmara) foi anunciada no dia 31 de Maio pelo vereador Manuel Ceia, substituto do presidente. Mas tal decisão, denunciou a CDU numa conferência de imprensa que deu na semana passada, foi precedida de ameaças feitas em sucessivas reuniões da CM e na última reunião da Assembleia Municipal, a 27 de Maio.

O que despoletou a retirada dos pelouros aos dois vereadores da coligação foi o processo de licenciamento de «centros empresariais e tecnológicos» para a Quinta d'Aguilha e a Quinta das Patinhas, aprovado a 9 de Maio com os votos contra da CDU - como explicou o vereador Carlos Sota, acompanhado na conferência de imprensa por outros autarcas da CDU e dirigentes da ORL do PCP.

De acordo com as medidas para o território não abrangido por qualquer plano, aprovadas na Câmara em Agosto do ano passado, os projectos de urbanização a aprovar carecem do parecer favorável do Gabinete do Plano Director Municipal. «Estranhámos que o PSD tenha forçado a aprovação dos projectos da Bygg Fast e da Shimizu a duas semanas da adjudicação do PDM» - disse Carlos Sota, considerando tal procedimento como «uma espezteira saloia», pois técnicos competentes e honestos «certamente» não os deixariam passar.

Os vereadores da CDU tentaram revogar a aprovação (que consideraram ilegal), no dia 29 de Maio, mas a sua proposta foi rejeitada com os votos do PSD, do PS e do CDS; deram conhecimento do processo à equipa técnica da inspecção em curso na CMC, e a 3 de Junho solicitaram a interven-

ção do Procurador-Geral da República; vão também pedir que a Inspeção-Geral do Território e o PGR anunciem as conclusões dos processos da CM de Cascais que têm em mãos; ainda durante este mês darão outra conferência de imprensa «para falar destes processos e de outros, sobre os quais estamos ainda a apurar factos»; encaram ainda a hipótese de recorrer para a Alta Autoridade Contra a Corrupção.

As propostas da CDU para travar os projectos da Quinta

nológicos naqueles terrenos, já o loteador tinha contactado a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa, o presidente da Câmara e o vereador Manuel Madeira, conseguindo informações e compromissos. O terreno localiza-se numa zona rural, não estruturada urbanisticamente e envolvida por loteamentos clandestinos, pelo que não devia ser ocupada sem um plano de recuperação da área envolvente. Não foram ouvidos os Serviços de Planeamento Urbanístico da CMC, nem foram respeitadas as nor-

Fast fosse informada da necessidade de apresentar um plano de urbanização para o local, e que a CCR fosse oficiada, lamentando o facto de ter aceite elementos do processo entregues por particulares e não através da Câmara, conforme convencionava a lei.

Para a Quinta das Patinhas, a Shimizu tem o que a CDU considera «um projecto de loteamento disfarçado de centro tecnológico e empresarial», com moradias, estalagem, equipamento desportivo e edifício de habitação. De um total de 180 mil metros quadrados, 63 mil são da reserva ecológica nacional e 17 mil são de solo agrícola de 1ª. É uma zona, junto da Ribeira das Vinhas, de grande sensibilidade ambiental e paisagística, com 50 mil metros quadrados de maciços arbóreos. O projecto não está abrangido por qualquer plano ou perímetro de urbanização e tem o parecer desfavorável dos Serviços de Planeamento municipais.

Na CM de Cascais a CDU opôs-se também energicamente a outras medidas que teriam graves consequências para o município e a população, como o projecto do Abano, o plano de macrozonamento da área de paisagem protegida Sintra/Cascais (cujo projecto preliminar contempla de imediato os grandes empreendimentos do Abano, Raso, Euronova, Autodril) e o atravessamento da Quinta do Barrão por uma variante de ligação da auto-estrada à marginal (há 3 anos que se aguarda que a Secretaria de Estado da Cultura responda a um pedido da CDU para que a quinta seja declarada como património de interesse público). «Os vereadores da CDU não empenham a sua dignidade e os seus princípios e não trairão a população do concelho, quer tenha votado na CDU ou não» - afirmou Carlos Sota. - «Não trocamos pelouros por uma rolha na boca.»

Compare-se...

Ao retirar os pelouros atribuídos à CDU, o vereador que substituiu Georges Dargent em Cascais, Manuel Ceia, alegou incompetência e incapacidades.

A isto a coligação responde com dados do relatório de actividades de 1990 da CMC: no quadro que mostra a execução do plano, por serviços, os pelouros a cargo de Vítor Silva e Carlos Sota apresentam índices de 90, 95 e 100 por cento, o que os coloca nos lugares mais destacados daquele ano.

Comparando, por exemplo, a gestão dos pelouros do Trânsito ou do Equipamento e oficinas em 1990 (a cargo da CDU) e nos anos anteriores (quando os pelouros eram geridos pelo PSD), nota-se uma clara diferença para melhor.

Também está à vista - sublinhou Carlos Sota na conferência de imprensa da semana passada no CT Vitória - a diferença entre o trabalho feito no pelouro dos Cemitérios pelo vereador do CDS que o dirigiu durante 4 anos, e aquilo que o eleito da CDU levou a cabo em 16 meses.

d'Aguilha e das Quinta da Patinha contam histórias de arrear até os cabelos mais fracos, quer pelos processos utilizados, quer pelas características das áreas em causa.

O primeiro é um projecto da Bygg Fast, para 130 mil metros quadrados, dois terços dos quais pertencem à reserva agrícola nacional. Antes de a CM de Cascais analisar o processo e decidir, a 9 de Maio, aprovar a localização de dois centros empresariais e tec-

mas aprovadas pela própria Câmara (onde se diz que «nas áreas rurais não infra-estruturadas não são autorizadas novas ocupações até à elaboração de planos de urbanização»), que é exigente na sua aplicação aos empreendedores concelhios e não devia ter procedimento diferente para com outros.

Estas e outras razões levaram a que a CDU propusesse que a decisão de 9 de Maio fosse revogada, que a Bygg



É incómodo, para o PSD, o trabalho da CDU na Câmara de Cascais, sobretudo quando os vereadores da coligação denunciam negócios que darão milhões de lucros a menos de meia dúzia de investidores, à custa da destruição de uma grande área de património paisagístico e ecológico



Não é novidade a entrega de dinheiro pela AECOD a autarquias (neste caso 1600 contos para algumas do Distrito de Viseu), tal como o não é o interesse das autoridades locais pelas obras de urgência social que esse dinheiro permite concretizar

1600 contos da AECOD para Viseu

A Associação de Eleitos Comunistas e Outros Democratas (AECOD), satisfazendo solicitações que lhe foram dirigidas, decidiu atribuir subsídios no valor de 1600 contos, às Juntas de Freguesia de Avões — Concelho de Lamego; Armar — Concelho de Armar; Granja — Concelho de Penedono; Mondim da Beira — Concelho de Tarouca, tudo no Distrito de Viseu.

A AECOD é uma Associação constituída por elei-

tos da CDU nas Autarquias Locais que abdicam de toda ou parte das suas remunerações compensatórias como eleitos autárquicos para que esses fundos possam ajudar autarquias e outras entidades (colectividades, associações, etc.) a concretizar alguns dos seus projectos.

A atribuição este ano de 1600 contos (400 contos a cada freguesia) vem na linha de uma tradição e faz elevar para vários milhares de contos as ajudas concedidas nos últimos 5 anos,

pela AECOD, a autarquias do Distrito de Viseu.

Com as ajudas concedidas pela AECOD tem sido possível a muitas juntas de freguesia do Distrito resolver os mais variados problemas das populações como sejam construção de Parques Infantis, de Foros Públicos, de Postos Médicos; de arranjo de Capelas e Igrejas, de Parques Desportivos, Construção de uma Piscina, Calçadas e Caminho, Lavadouros, etc.

Sargentos descontentes

Os sargentos das Forças Armadas realizaram um «pôr-do-sol» de protesto pelo não desbloqueamento dos escalões, contra o bloqueamento das suas carreiras e a ausência de diálogo com a sua estrutura representativa, a (ANS) Associação Nacional de Sargentos.

A entrada em vigor do Novo Sistema Retributivo revelou desde logo um

vasto conjunto de injustiças. Militares com menos tempo de posto a ganhar mais do que outros com mais tempo, outros de posto inferior a ganhar mais do que outros de posto superior, etc.

A chamada do decreto-lei a ratificação pela Assembleia da República, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, motivou a

ida da Direcção da ANS à Comissão Parlamentar de Defesa, junto da qual expôs um vasto conjunto de aspirações sobre direitos e carreira, bem como sobre a existência de injustiças e mal-estar em relação ao Novo Sistema Retributivo.

O PSD, maioritário, não esteve disponível para empreender o caminho que levasse à introdução de alterações repositivas da justiça.

No meio militar muitas centenas de exposições começam a ser enviadas aos Chefes dos Estados-Maiores dos Ramos e a ANS apresenta queixa no Provedor de Justiça. O mal-estar instalou-se e a instabilidade existe.

Numa instituição hierarquizada, como é a das Forças Armadas, é inconcebível que seja aplicado um sistema destes, sem ter em conta este aspecto basilar.

Muito mais inconcebível é a manutenção de uma situação geradora de instabilidade.

Ao longo do tempo os sargentos têm vindo a denunciar a falta de diálogo existente e a situação agora vivida comprova-o.

Afinal, a «cassete» da estabilidade, vezes sem conta repetida pelo Governo PSD, tem no lado B outra música, a da instabilidade que provoca a sua acção governativa. Os sargentos estão descontentes.

ARAVIS alerta:

Vêm aí problemas para a agricultura

A ARAVIS — Associação Regional dos Agricultores de Viseu — em reunião da Comissão Instaladora, fez uma análise da situação no Distrito, da sua actividade e de acções futuras.

Da situação agrícola considerou-se que «é preocupante a do escoamento do vinho, prevendo-se um bom ano, o que deixa apreensivos os agricultores quanto ao seu preço de venda e também o seu escoamento».

Sobre a produção leiteira e de carne «torna-se cada vez mais claro que os agricultores estão em difícil situação para enfrentar a 2.ª etapa de adesão à comunidade», nomeadamente

quanto aos limites de produção (quotas leiteiras) «que na distribuição das quotas poderá levar à ruína de cerca de 90% dos produtores»; quanto à carne, o problema reside nos baixos preços e a importação de carne sem que se ponha em funcionamento os MCT (Mecanismos Complementares de Troca) para que seja vendida a produção nacional a preços compensadores.

Postas em prática todas as medidas restritivas da Comunidade «haverá uma redução do efectivo pecuário em grande escala no prazo de 5 a 6 anos», afirma a ARAVIS.

Na produção florestal «há uma grande ofensiva

das celulosas que preocupa os produtores individuais, os baixos preços — menos 10% no estar de madeira à porta das celulosas — e o difícil escoamento». O prémio para espécies de crescimento lento é também considerado irrisório, reclamando-se o aumento do prémio.

Para além destas dificuldades juntam-se as que se relacionam com os factores de produção, «que no fim de tantas promessas e benesses continuam a ser os mais caros da comunidade os combustíveis, rações, electricidade, mecanização, crédito agrícola e seguro de colheitas», sublinha, finalmente, a ARAVIS.



A crise na agricultura percorre o País inteiro com desesperos que já se expressam no Terreiro do Paço, como aconteceu recentemente em protesto contra a liberalização da importação do vinho

Os baldios na Comunidade

Em recente reunião realizada em Viseu, os Conselhos Directivos de Baldios, em número de 20, debateram e aprovaram por unanimidade um documento que se designou por «Plano de Aproveitamento das Potencialidades e dos Recursos dos Baldios do Distrito de Viseu», tendo como finalidade principal ser um guia para acções que tenham como base de exploração os baldios do Distrito de Viseu, sendo feita referência ao facto de muitos baldios estarem a ser indevidamente administrados por Juntas de Freguesia, em clara obstrução às Leis que regem estes bens.

Para novas formas de aproveitamento dos baldios houve experiências «que é importante avaliar e alargar de modo a continuar a dar aos baldios uma utilidade que, sem prejuízo do seu carácter comunitário, proporcione desenvolvimento

económico, social e cultural das aldeias serranas», afirma o Secretariado dos Baldios de Viseu, que prosseguiu com a proposta de 10 formas de aproveitamento: Florestação, Pastorícia, Cínegética, Piscicultura, Apicultura, Exploração e Aproveitamento de Águas, Massas Minerais, Aproveitamentos Agrícolas, Aproveitamento Turístico e Desenvolvimento e Ambiente.

Após reclamar o respeito e manutenção pela legislação que define o funcionamento dos Baldios, o Secretariado apresenta, a finali-

zar, «a mais importante proposta, um desafio aos deputados portugueses no Parlamento Europeu para que apresentem e defendam naquele parlamento uma proposta de realização de um rigoroso levantamento de todos os baldios, logradouros comuns ou bens comunitários no âmbito da CEE e, simultaneamente, a aprovação e implementação de medidas em defesa, protecção e desenvolvimento desses bens em toda a Comunidade, criando-se um fundo específico para esse fim».

Saiu «O Sargento»

Saiu o 2.º número do jornal bimestral «O Sargento», publicação da Associação Nacional de Sargentos. Em formato tablóide, esta edição chama à primeira das suas oito páginas a questão do serviço militar obrigatório, considerando «irrealista» o tempo de quatro meses, enquanto o editorial aborda a questão do Estatuto da classe.

A par de um noticiário diversificado, «O Sargento» aborda neste seu 2.º número outras matérias como a reestruturação das Forças Armadas (que, segundo o próprio título, deve ser acompanhada por um amplo debate), o serviço militar feminino e a falta de pessoal nas Forças Armadas. A última página é dedicada à Encíclica Papal de João Paulo II, «Centesimus Annus».



EDITORIAL

Os sargentos militares no sistema português no período anterior ao 25 de Abril de 74, a partir do qual se constituiu o novo sistema de recrutamento dos sargentos, apresentaram as seguintes características:



Reestruturação das Forças Armadas após o 25 de Abril de 74. O novo sistema de recrutamento dos sargentos, apresentado em 1976, trouxe uma série de alterações, nomeadamente:

para os filhos dos homens que nunca foram meninos

ESTEIROS

Uma das mais importantes obras do novo realismo

Agora em 4.ª edição, com introdução de Isabel Pires de Lima

Um livro indispensável na sua biblioteca

Soeiro Pereira Gomes

edições Avante!

Relações da Europa com o Médio Oriente

Posições intervencionistas comprometem a paz

O projecto de recomendação sobre a organização da paz na região do Mediterrâneo apresenta insuficiências e omissões que o desvalorizam e que podem ser entendidas como um recuo grave em questões fundamentais para o exercício do Direito Internacional, da soberania dos Estados e dos Direitos Humanos - afirmou o deputado comunista Rogério de Brito, na Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO).

Analisando a recomendação ao Conselho de Ministros relativo ao processo de paz no Médio Oriente, Rogério de Brito chamou atenção para o facto de a mesma não fazer qualquer referência à «necessidade de fazer respeitar os direitos do povo palestino»; de não referir o respeito pela «integridade

territorial e a soberania dos Estados, designadamente quanto às ingerências políticas e militares estrangeiras, sejam elas da região ou fora dela»; de ser omissa quanto ao «imperativo de estabelecer uma nova ordem internacional e uma nova política nas relações da Europa com a região».

O deputado do PCP criticou ainda o facto de a recomendação não sugerir qualquer posição quanto ao «problema do estabelecimento em curso na região de arsenais de armas e equipamentos militares por potências estrangeiras». A propósito, assinalou a contradição existente entre «o anúncio da iniciativa do Presidente Bush para lutar contra a proliferação dos armamentos no Próximo Oriente» e a instalação, pelos Estados Unidos,

de «arsenais e equipamentos militares sobre território israelita».

Contraditório, também, como fez notar, é o fornecimento de aviões F-15 e de outros equipamentos e tecnologias de produção militar a Israel, quando este Estado «prossegue a sua política de implantação nos territórios ocupados, à revelia das resoluções do Conselho de Segurança, e recusa a realização de uma conferência para a paz e segurança sob a égide das Nações Unidas».

Motivos bastantes, na opinião de Rogério de Brito, para duvidar que a situação no Próximo-Médio Oriente esteja a evoluir para a paz e a estabilidade «consolidadas em bases de confiança e de cooperação e para o entendimento internacional, quanto à necessidade de assumir

sem excepções uma política de contenção e redução dos armamentos e do seu comércio».

Para o deputado comunista, é preocupante que as naturais interdependências entre Estados «possam ser justificadas, não para a cooperação, não para a relação democrática entre os povos, mas para legitimar ingerências políticas e militares», como preocupante é a «facilidade com que se fala na criação de forças de intervenção para agir fora dos Estados membros». Esse parece ser o caminho para «legitimar posições intervencionistas», que objectivamente ameaçam comprometer as «possibilidades de uma paz aceite e não imposta, condição indispensável para a estabilidade na região e para a segurança da própria Europa».

Acordo Multifibras deve ser prorrogado

A prorrogação do Acordo Multifibras até ao final das negociações do Uruguay Round, altura em que serão implementados os seus resultados, foi proposta a semana passada no PE pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro, em nome do Grupo Coligação de Esquerda.

Na sua proposta de resolução, o deputado comunista lembra que o Acordo Multifibras termina no próximo dia 31 de Julho, sem que as negociações do Uruguay Round estejam terminadas, nem se-

quer agendada a data para a sua entrada em vigor no sector da indústria têxtil. Um sector, recorda-se, afectado por uma grave crise, em particular nos países menos desenvolvidos da Comunidade, como é o caso de Portugal, que arriscam ver a sua situação agravada.

Na mesma proposta defende-se que as negociações do GATT «não possam introduzir aspectos que agravem a situação da indústria têxtil para os Estados-membros, seja em regras de concorrên-

cia, harmonização de tarifas, acesso de países terceiros, legislação, entre outros».

Sublinha-se ainda, por outro lado, a importância da inclusão de uma cláusula social mínima, sustentada pela Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, onde explicitamente se refere como idade mínima de admissão ao trabalho os 15 anos, de forma a impedir a proliferação e a criar condições para pôr termo à exploração do trabalho infantil,

verdadeiro flagelo neste sector.

Sérgio Ribeiro defende igualmente um período de transição mínimo de 15 anos «para integração dos têxteis no GATT e aplicação de programas específicos de modernização e reestruturação» do sector, bem como a concretização de programas específicos para Portugal, já anteriormente aprovados pelo Parlamento Europeu, dada a «particular importância económica, social e regional» desta indústria para o País.

UEM em debate no PE

A União Económica e Monetária, no âmbito da Conferência Intergovernamental, é um dos temas em destaque na sessão plenária do Parlamento Europeu a decorrer esta semana em Estrasburgo. À hora do fecho desta edição - e a não ter sido alterada a ordem de trabalhos inicial - os parlamentares deviam estar a apreciar a proposta de resolução apresentada em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial. Sobre o assunto estava igualmente prevista uma intervenção do deputado comunista Joaquim Miranda.

Cabe recordar que, de acordo com a referida proposta, são vários os apoios à definição de União Monetária apresentada pelo Par-

lamento Europeu, o que «implica a circulação de uma moeda única, o ecu, a condução de uma única política monetária externa e interna, bem como a instituição de um sistema europeu de bancos centrais incluindo um Banco central europeu independente».

Já no que respeita à União Económica, a mesma proposta recorda que ela é definida com base numa política comum de gestão económica; na coesão económica e social, como elemento fundamental da UEM; uma dívida comunitária tendo como limite o montante total dos investimentos comunitários, entre outros aspectos. O texto em causa exprime ainda o seu apoio às «conclusões do Conselho Europeu de 27 e 28

de Outubro de 1990 relativas a um período transitório curto, a começar em 1 de Janeiro de 1994, durante o qual ocorrerá a criação do Banco central europeu», cuja plena operacionalidade deve marcar «o início da terceira fase da UEM». O período transitório, refere o texto, «terminará em 31 de Dezembro de 1995». Isto não obsta que a proposta preveja que «para certos Estados membros, a seu pedido e tendo em conta a sua situação específica, sejam alargados os prazos para a adopção de certas disposições da União Monetária».

Um debate que promete ser animado, a par de outros referentes a temas como o turismo, o desemprego e as questões sociais, para os quais estão previstas inter-

venções dos eurodeputados do PCP, Sérgio Ribeiro e Barros Moura.

Discriminação de trabalhadores

Segundo notícias vindas a público, operários portugueses recrutados em Portugal através de um intermediário («Chelding-Sociedade Internacional de Montagens Industriais») para a empresa italiana «Grassetto», para a construção de uma *Disneylândia* nos arredores de Paris, estão a ser sujeitos a uma situação discriminatória. Ganham 140 contos por mês, em vez dos 750 contos pagos aos trabalhadores franceses e italianos pelo mesmo serviço; prestam mais horas do que aqueles (15 e 16 horas por dia); encontram-se virtualmente prisioneiros da entidade patronal que detém as suas passagens de regresso e explora o seu estatuto precário.

Face a esta situação, o eurodeputado Barros Moura questionou a Comissão das Comunidades sobre as medidas que pretende tomar, no âmbito da Carta Social e do programa de acção social, para impedir situações degradantes como estas, que se repetem em vários países da Comunidade.

Ajuda à Jugoslávia condicionada

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, reunidos a semana passada em Dresden, condicionaram a ajuda comunitária à Jugoslávia ao «fim do caos» naquele país. Embora sublinhando não ser sua intenção interferir nos assuntos internos do país, os ministros afirmaram que as «fronteiras internas e externas da Jugoslávia não devem ser modificadas», e que o auxílio pretendido - quatro a cinco mil milhões de dólares - está dependente do «fim do caos» na Federação. O ministro luxemburgês, Jacques Poos, referiu a propósito quatro condições para o prosseguimento da ajuda europeia à Jugoslávia: o respeito pela Constituição, nomeadamente no que se refere à presidência rotativa da Federação, o respeito pelos direitos humanos e das minorias, a abertura do diálogo sobre as novas estruturas políticas e a continuação das reformas económicas. Na opinião do ministro francês Roland Dumas, «a Jugoslávia não manifesta nem razão nem vontade neste assunto».

Cimeira dos Doze

O primeiro-ministro do Luxemburgo, Jacques Santer, encontra-se hoje em Lisboa com Cavaco Silva para preparar a próxima cimeira de líderes dos Doze, agendada para 28 e 29 de Junho, e com a qual se encerrará o exercício luxemburgês das Comunidades Europeias.

Em comunicado divulgado sobre a matéria, a presidência luxemburguesa afirma que os contactos com os chefes de Estado e de Governo em curso (Lisboa é a quarta etapa da digressão de Jacques Santer) incidirão sobre questões de actualidade, designadamente a União Política e a União Económica e Monetária, bem como a aspectos sociais. Nos seus contactos, o presidente em exercício do Conselho Europeu informar-se-á ainda das questões particulares que os Doze desejam submeter à cimeira.

Gás natural na CEE

A partir do próximo ano, todos os Estados membros da CEE serão obrigados a disponibilizar as suas redes para a distribuição de gás natural no espaço comunitário. A decisão foi tomada em Bruxelas, no final do mês passado, pelo Conselho de Ministros da Energia que, por maioria, adoptaram a directiva que estabelece o direito ao trânsito de gás em todo o território da CEE. Contra votaram a Alemanha e a Holanda. Esta directiva vem na sequência de outra anteriormente aprovada, sobre o trânsito de electricidade, fazendo ambas parte do pacote de medidas para a realização do mercado interno da energia apresentado pela Comissão Europeia. No final da reunião, o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, afirmou que as directivas agora aprovadas garantem que Portugal não ficará numa «situação periférica» em termos de abastecimento de gás natural e de electricidade, ao mesmo tempo que permitem a Portugal adquirir gás e electricidade no centro e norte da Europa a preços competitivos.



A época das civilizações mais antigas do Oriente e do Ocidente é um dos períodos mais brilhantes da história mundial. Nesta época a humanidade alcançou êxitos notáveis no desenvolvimento da cultura material e espiritual: domesticou animais, começou a utilizar metais, inventou a escrita; começaram a formar-se os conhecimentos científicos. A esta época está ligado o aparecimento de religiões universais como o budismo e o cristianismo. Surgiu o Estado, estabeleceram-se relações estreitas entre os países da Antiguidade Clássica e Oriental. A obra fundamenta-se em fontes escritas, na arqueologia, na numismática. O quadro cronológico deste trabalho é imenso: desde o aparecimento do homem até ao início da época feudal; é também ampla a área geográfica: da Espanha, no Ocidente, até à China, no Oriente.

edições
Avante!

O Militante

No próximo número

MESA REDONDA SOBRE AS ELEIÇÕES

«É hora

de

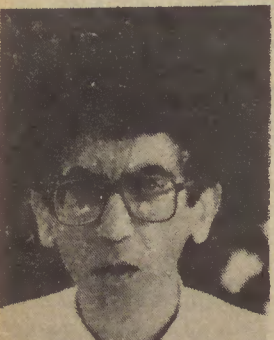
mobilizar energias»



Domingos
Abrantes



José
Casanova



Vítor Dias

Palestina Agora!

MDM apela à solidariedade com povo palestino

Palestina Agora! é o apelo lançado por organizações não governamentais para a paz na região e o respeito pelos direitos humanos do povo palestino, no âmbito de uma campanha mundial de solidariedade a que em Portugal se associou o Movimento Democrático das Mulheres.

Para além de uma série de iniciativas levadas a cabo na passada sexta-feira pela Comissão Coordenadora do Movimento «Por uma Paz Justa e Duradoura no Médio Oriente», o MDM divulgou um apelo ao Secretário-Geral da ONU, ao Conselho de Segurança e Assembleia Geral das Nações Unidas, aos embaixadores dos países árabes e de Israel em Lisboa, aos órgãos de soberania portugueses e à população em geral, que a seguir reproduzimos na íntegra.

Apelo

Terminada a intervenção militar das forças multinacionais no Golfo - centenas de milhares de mortos, colossais prejuízos materiais, económicos e ecológicos ainda hoje desconhecidos (se não mesmo escondidos) na sua real dimensão - com o anunciado objectivo de repor o Direito Internacional e fazer cumprir as resoluções das Nações Unidas, seria de esperar que idêntica atitude (referimo-nos naturalmente à determinação política) fosse tomada relativamente a muitos outros problemas há muito pendentes, como são concretamente os casos de Timor-Leste, do Curdistão e da Palestina.

Após mais de 23 anos, Israel persiste na violação e total desrespeito de muitas dezenas de resoluções das Nações Unidas condenando a ocupação dos territórios árabes e o massacre dos palestinos. Passado um quarto de século, as terras palestinianas continuam ocupadas por Israel que nos últimos meses acentuou essa tragédia com a imposição de novos colonatos e o aumento da repressão violenta.

A opinião pública internacional tem-se manifestado de forma inequívoca por uma solução justa e duradoura para os problemas do Médio Oriente, exigindo que sejam cumpridas promessas, declarações e intenções de governos e governantes quando procuravam justificar o apoio ou o envio de tropas e

material de guerra para bombardear o Iraque obrigando-o a cumprir as decisões das Nações Unidas.

Entretanto, assiste-se em toda a região a uma desenfreada corrida armamentista enquanto perduram cruéis e retrógradas ditaduras.

Ao atropelo do Direito Internacional e ao sofrimento dos palestinianos os Estados Unidos, contraditoriamente, respondem com o apoio financeiro e militar ao governo israelita, simultaneamente empenhando-se na concretização de novos planos que, visando a marginalização dos palestinianos e dos seus representantes, a OLP, constituem falsas soluções de paz destinadas a atrasar e impedir a constituição do Estado independente da Palestina.

Que esperam as Nações Unidas e toda a comunidade internacional? Quantas mais mortes, prisões, expulsões, casas demolidas e escolas encerradas serão necessárias?

Palestina Agora!

É o apelo internacional lançado pelas organizações não governamentais para a paz na região e o respeito pelos direitos humanos de todo um povo expulso e feito prisioneiro na sua própria casa.

Palestina Agora!

É o apelo do movimento internacional de solidariedade com o povo palestino e a OLP, dirigido às Nações Unidas, aos membros do Conselho de Segurança e aos governos, reclamando que:

- sob a égide da ONU seja convocada uma Conferência Internacional de paz com a participação de todas as partes envolvidas;

- seja posto fim à ocupação israelita, cumprindo-se as resoluções da ONU que assim o exigem;

- sejam aplicadas as resoluções das Nações Unidas que determinam a protecção dos palestinianos nos territórios ocupados;

- seja assegurado o direito do povo palestino à autodeterminação e à edificação de um Estado independente.

A paz no Médio Oriente só será possível quando finalmente o povo palestino vir reconhecido e garantido o direito ao seu lar.



PCP condena bombardeamentos israelitas ao Sul do Líbano

Os novos bombardeamentos do sul do Líbano, mais concretamente dos campos de refugiados palestinianos, por parte da aviação israelita constitui mais um acto demonstrativo da política agressiva e belicista dos círculos dirigentes de Israel, política que o PCP firmemente condena.

Mantendo a ocupação do sul do Líbano, e de outros territórios árabes, estes ataques visam intimidar pelo terror o povo palestino, o povo do Líbano e os restantes povos árabes na sua luta libertadora e em particular pelo reconhecimento dos direitos nacionais palestinianos. Visam ainda submeter o Líbano aos seus desígnios, o que exige da comunidade internacional o empenho para que Israel retire do sul do Líbano, respeite a soberania e integridade territorial do Líbano.

Como o PCP muitas vezes tem salientado, o prosseguimento da política agressiva de Israel não seria possível sem o apoio dos EUA, que continuam a manter e mesmo a reforçar com este país uma intensa cooperação no plano militar.

O drama do povo palestino reclama uma Conferência Internacional sob os auspícios da ONU e com a participação da OLP que leve à retirada de Israel dos territórios árabes ocupados e ao estabelecimento do Estado palestino independente.

6 de Junho de 1991

O Gabinete de Imprensa do PCP

África do Sul

Todos os presos políticos devem ser libertados

Nelson Mandela, vice-presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), lançou um apelo aos presos políticos ainda em greve da fome nas cadeias sul-africanas, para que interrompam a sua forma de protesto. «Estamos convencidos de que o ponto que os grevistas queriam transmitir ao governo e ao país já foi conseguido» — diz Mandela, sublinhando a mensagem «de que todos os presos políticos devem ser libertados imediata e incondicionalmente».

Simultaneamente, Mandela saudou os grevistas

pela «coragem demonstrada» e pela vontade que manifestaram de tudo sacrificar pela libertação do país e do seu povo.

O ANC manifestou, por outro lado, «grande preocupação» pela falta de respeito que o governo demonstrou pela vida humana, desde o início da greve da fome.

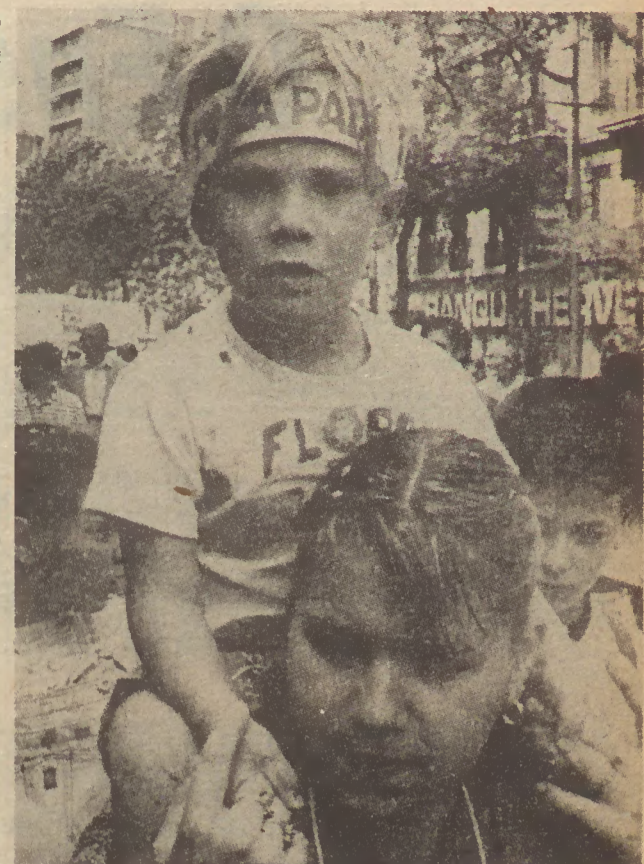
O ANC sublinha ainda que a não libertação dos presos políticos até ao final de Abril constituiu uma violação dos acordos estabelecidos e apela «à comunidade mundial para que

torne claro ao governo sul-africano que a sua atitude é inaceitável».

A libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados são questões fundamentais no processo de transformações na África do sul. Na opinião de David Moisi, do ANC, recentemente libertado da conhecida prisão de Robben Island, «o regime joga com a libertação dos presos políticos e o regresso dos exilados para fazer pressão sobre o ANC».

Nas palavras de David Moisi, em conferência de

imprensa realizada em Paris na sequência da sua libertação, «De Klerk estabeleceu uma ligação entre o abandono total da luta armada e a libertação dos presos e o regresso dos exilados, o que não estava estabelecido nos acordos de Agosto. Se suspendemos esta forma de luta, foi por nossa própria iniciativa. De Klerk serve-se ainda da arma da violência» «Tudo isso tem como objectivo levar um ANC enfraquecido à mesa das verdadeiras negociações, mas a maioria do povo sul-africano está connosco», concluiu.



Manifestações em França

«por um mundo sem armas»

Por um mundo «sem armas, sem ódio, sem guerra, um mundo humanista, fraterno, solidário», dezenas de milhar de pessoas desfilarão em Paris e outras cidades francesas nos primeiros dias deste mês de Junho.

Os manifestantes exigiram o fim dos ensaios nucleares e do comércio de armas e uma nova ordem pacífica no mundo.

Na concentração final, em Paris, foi lida a declaração adoptada pelo Apelo dos Cem, entidade organizadora deste conjunto de acções pela paz.

Na declaração é dado particular realce à guerra do Golfo e aos múltiplos problemas com que hoje a humanidade se debate.

«A guerra do Golfo pôs em perigo a paz mundial. Continua, e agrava-se mesmo, a instabilidade no Médio Oriente. Prosseguem as vendas de armas e a sua modernização. Mantém-se a preparação da guerra das estrelas. Continuam as experiências nucleares. A fome, as epidemias e outros flagelos devastadores fazem mortais razias nos países mais desfavorecidos. O peso das despesas militares continua a fazer-se sentir em detrimento das necessidades económicas, sociais e ecológicas mais urgentes», afirma-se na declaração do Apelo dos Cem.

O documento sublinha os perigos do armamentismo, denunciando: «A proliferação da arma nuclear continua a ser um perigo e uma ameaça. O sobrearmamento reforça as tentativas de resolver pela força os conflitos locais ou regionais e alimenta pretensões hegemónicas. Nunca foi tão vivamente sentida a necessidade de paz baseada em novas relações entre os povos e nações, na cooperação pacífica, na justa distribuição das riquezas do planeta».

O Apelo dos Cem conclui com um convite a unir esforços — pelo fim dos testes nucleares; pela regulamentação e mesmo a proibição rigorosamente controlada do comércio de armas; por uma nova ordem internacional baseada na desmilitarização, na cooperação e na segurança colectiva; em prol da vida; pela salvaguarda do planeta e das suas riquezas.

Delegação da SDR da Polónia

De 2 a 6 de Junho visitou Portugal, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, uma delegação da Social Demo-

cracia da República da Polónia, conduzida pelo seu secretário-geral Leszek Miller, e que incluía ainda Tadeusz Iwinski, membro do

Comité Executivo Central da SDRP.

A delegação da SDRP teve conversações com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, em que participaram igualmente Albano Nunes, do secretariado do Comité Central e responsável pela Secção Internacional, e Carlos Aboim Inglez, da Comissão Central de Controlo e Quadros.

A delegação da SDRP visitou o distrito de Setúbal, tendo tido um encontro no Barreiro com membros da Direcção Regional de Setúbal, um encontro com as ORT's da Quimigal e sendo recebida pelo Presidente da Câmara Municipal da Moita.

A delegação da SDRP vi-

sitou a Assembleia da República, onde foi recebida pela Direcção do Grupo Parlamentar do PCP, assistindo a parte de uma sessão.

Realizaram-se encontros de trabalho sobre várias áreas, nomeadamente com responsáveis do Departamento de Propaganda e da Secção Internacional do Comité Central do PCP.

As conversações e encontros permitiram uma útil troca de informações e opiniões entre os dois Partidos, que reafirmaram a sua vontade de manter e desenvolver fraternais relações no futuro, e decorreram num ambiente de franqueza e solidariedade.



O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, acompanhado de Albano Nunes e Aboim Inglez, no encontro com o secretário-geral do SDP, Leszek Miller, e Tadeusz Iwinski, da comissão executiva do mesmo partido

A difícil arte da Paz

«Está bem claro hoje que entrar pela via da violência cada vez que surge um conflito — e eles existem potencialmente por todo o planeta — significa desencadear automaticamente catástrofes humanas», afirma Albert Jacquard, um dos activistas do Apelo dos Cem — directamente empenhado nas manifestações pela paz que nestes dias decorreram em França — em recentes declarações a «Humanité Dimanche».

Sublinhando que a guerra do Golfo provocou muito mais problemas do que aqueles que resolveu, Jacquard considera ser urgente «inventar a solução não violenta para os conflitos» e pergunta-se: «Para que serve aperfeiçoar bombas ainda mais potentes, quando aquelas de que dispomos chegariam para aniquilar vinte ou trinta vezes

toda a população da Terra? É preciso reflectir, profundamente, nos meios de viver em comum», «repensar as relações entre os homens».

Trata-se, então, de uma nova ordem internacional?

A resposta de Jacquard é particularmente interessante.

Diz-nos: «A palavra "ordem" leva-me sempre a pensar na frase de Paul Valéry "Dois perigos ameaçam o mundo: a desordem e a ordem". Porque a ordem absoluta é pura e simplesmente a morte. Tenho muito medo de uma humanidade organizada em pirâmide, de que o cimo será constituído pelos príncipes ou os polícias que dão as suas instruções, e a base por todos os que obedecem. (...)

Gostaria, pelo contrário, ver uma humanidade orga-

nizada numa rede entrelaçada, em que todos se sintam solidários e interdependentes. Os homens não são feitos nem para mandar, nem para obedecer, mas para viver em conjunto. Pode-se ser tentado, em nome da paz, em nome da resolução dos problemas locais, a aceitar um governo único. Talvez que como coisa provisória isso possa ser útil. Mas sobretudo é essencial que tal não seja considerado como solução universal. Tenho medo de que progressivamente se aceite que um único país imponha a sua lei a todos».

E Albert Jacquard conclui: «A paz é uma arte difícil, é uma construção sem fim, enquanto a guerra, ao fim ao cabo, é tão simples».

Palavras em que vale a pena pensar, porque ajudam a «repensar as relações entre os homens».



O Ensino Superior em Portugal

A grave situação financeira das universidades — a extinção da PGA e o novo regime de acesso ao ensino superior que o PCP propõe

A grave situação financeira das universidades, por um lado, e o novo regime de acesso ao ensino superior que o PCP, através de um Projecto de Lei, propôs, foram o tema da conferência de imprensa, realizada ontem no CT da Soeiro Pereira Gomes. Publicamos na íntegra, dado o seu interesse e actualidade, o documento divulgado.

1. A Constituição e a Lei de Bases do Sistema Educativo justamente relevam o Ensino Superior e o seu papel fundamental para a formação de quadros qualificados e para a elevação do nível e do potencial educativo, cultural e científico do País.

As orientações legais acolhem também, nesse sentido, a necessidade de garantir a qualidade do ensino e a criação de condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o Ensino Superior de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou desvantagens sociais prévias.

Estes princípios e valores assumem uma importância tanto maior quanto, nas actuais condições históricas, marcadas por uma profunda revolução científico-técnica e pela crescente internacionalização e globalização dos problemas, a amplitude, nível e inovação dos processos educativos, em que o Ensino Superior assume um papel determinante, constitui um dos factores estratégicos para o desenvolvimento de Portugal, para a aproximação ao nível dos países desenvolvidos da CEE e para o reforço da capacidade de determinação nacional num contexto de cooperação cada vez mais extensa e aprofundada.

2. A política que tem vindo a ser realizada nos últimos anos em relação ao Ensino Superior está profundamente errada, conduziu o sistema a uma profunda crise e é a responsável pela grave degradação da qualidade do ensino em Portugal e pela frustração das legítimas expectativas profissionais, científicas e culturais de muitos jovens e das suas famílias.

O Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do PCP procedeu nos últimos meses a uma aprofundada reflexão sobre a situação deste grau de ensino, centrada em duas questões fundamentais, obviamente não exclusivas, o problema do financiamento público do sistema e a questão do regime de acesso ao ensino superior.

Os resultados dessa análise, a crítica à política do Governo nesta área e as propostas que o PCP avança para a profunda correcção da situação criada no Ensino Superior em Portugal estão consubstanciadas em dois documentos que se tornam públicos através da conferência de imprensa de hoje:

— a posição do Grupo de Trabalho para o Ensino Superior do PCP sobre o financiamento público do sistema de Ensino Superior, em que são detalhadamente analisadas a política de asfixia do ensino público, o processo privatizador do Ensino Superior que lhe está associado e os planos para a sua aceleração, e em que são apresentadas propostas do PCP para inverter o sentido da política que tem vindo a ser realizada nos últimos anos;

— e o Projecto de Lei, hoje mesmo entregue na Assembleia da República, em que se defendem e fundamentam a extinção da Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior já no próximo ano lectivo, a eliminação progressiva e até 1995 de restrições quantitativas de carácter global no acesso ao Ensino Superior público (sistema de «numerus clausus»), a adopção de medidas que garantam a qualidade dos cursos e do ensino ministrado em estabelecimentos privados de Ensino Superior, e que cria um novo regime de acesso ao Ensino Superior mais justo que o actual e concebido nos termos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo.

A poucos meses da realização de eleições legislativas, a posição do PCP sobre o financiamento público do sistema de Ensino Superior e o seu projecto legislativo para a criação de um novo regime de acesso ao Ensino Superior, assumem o carácter de contributo para o debate político nacional que é

urgente realizar em torno das questões graves com que o Ensino Superior está confrontado. Mas assumem também, claramente, o carácter de contributo para a derrota eleitoral da direita, para a constituição de um governo democrático que realize uma política democrática, para a concretização da possibilidade real que se abre nas próximas eleições de interromper a política que vem sendo realizada e de empreender a sua profunda correcção.

3. No que respeita ao novo regime de acesso ao Ensino Superior, importa destacar alguns aspectos da filosofia orientadora e algumas das inovações mais marcantes da proposta que o PCP apresenta, após um aprofundado debate em que participaram professores, pedagogos e jovens, como base para a adopção de um mais justo enquadramento legal.

Para a concretização dos princípios consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo o PCP sublinha as incumbências do Estado de assegurar a eliminação das restrições quantitativas de carácter global (sistema de «numerus clausus») no acesso ao Ensino Superior público; promover o alargamento da rede pública de Ensino Superior, de acordo com as necessidades de um harmonioso desenvolvimento regional e sectorial e com as exigências da justiça e do progresso social, económico, científico e cultural do País; e de promover o aumento significativo do número de vagas disponíveis para o ingresso nas instituições públicas de Ensino Superior, no regime geral e nos regimes especiais, (designadamente com a leccionação de cursos também em horários nocturnos) por forma a aproximar os índices nacionais de acesso aos graus mais elevados de ensino dos praticados nos demais países membros das Comunidades Europeias e a assegurar crescentemente aos cidadãos a possibilidade de frequentar o Ensino Superior.

Neste sentido é proposto, em concreto, que o Governo apresente à Assembleia da República no prazo de 6 meses um plano de desenvolvimento do Ensino Superior público que assegure a eliminação progressiva do sistema de «numerus clausus» até 1995, e que em termos globais o número de lugares disponíveis em estabelecimentos públicos no ano lectivo de 91/92 registre um acréscimo mínimo de 30% em relação ao que se verificou no ano lectivo de 90/91.

O projecto do PCP, ao mesmo tempo que defende a extinção da PGA já no próximo ano lectivo (quer pelo absurdo pedagógico que representa quer pelo seu carácter de escusada e artificial barreira no acesso ao Ensino Superior), propõe a adopção de um sistema de avaliação de capacidade para o acesso ao Ensino Superior compatível com a letra e o espírito da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O objectivo do PCP é o de introduzir mais justiça no ingresso, reparar consequências negativas decorrentes das restrições quantitativas de acesso enquanto estas subsistirem e reduzir, quanto possível, as desigualdades decorrentes da coexistência de estabelecimentos públicos e privados.

Nos termos do novo regime proposto pelo PCP, têm acesso ao Ensino Superior os indivíduos habilitados com um curso secundário, ou equivalente, que cumulativamente façam prova de capacidade para a sua frequência.

A inscrição em qualquer curso em estabelecimento de Ensino Superior, público ou privado, fica dependente da realização das provas de capacidade que lhe dêem acesso.

Estas provas de capacidade serão de âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos afins.

Das disciplinas cuja prova seja exigida para o acesso a diversas escolas realizar-se-á uma prova comum à qual poderão, no entanto, ser atribuídas ponderações diversas consoante os estabelecimentos de ensino.

É ainda proposta a correspondência programática entre os anos terminais do Ensino Secundário e as exigências para o ingresso no Superior e que no processo de elaboração e classificação destas provas de capacidade, além dos docentes e instituições do Ensino Superior, devam igualmente intervir professores do Ensino Secundário.

São definidos um regime de bonificação (enquanto o sistema de «numerus clausus» não for eliminado) e de possibilidades de melhoria de notas para os candidatos não colocados no ensino superior, e estabelecidos mecanismos de apoio pedagógico visando a sua motivação para o ingresso no ano lectivo subsequente.

A apresentação de candidatura para o ingresso em qualquer estabelecimento de Ensino Superior, público ou privado, fica dependente de uma nota de candidatura não inferior a 9,5 valores (50% correspondente à média das classificações das provas de capacidade e de 50% correspondente à média das classificações do Ensino Secundário). É prevista a correcção estatística das classificações do Ensino Secundário, mediante o confronto das respectivas médias com as obtidas pelos mesmos alunos nas provas específicas, visando corrigir as injustiças relativas que são cometidas quando se verifica a atribuição, conforme os estabelecimentos de ensino, de classificações anormalmente altas ou anormalmente baixas no Ensino Secundário.

4. No que respeita ao financiamento público do sistema de Ensino Superior, na análise do PCP destacam-se as seguintes questões:

Nos últimos anos acentuou-se a tendência restritiva em relação ao financiamento do Ensino Superior público e tornaram-se patentes, como orientações fundamentais do Governo PSD, o sentido privatizador e a desresponsabilização crescente do Estado em relação aos seus deveres na área do ensino, da ciência e da cultura.

O facto de o Governo não estar a garantir, como está consagrado na Lei de Autonomia das Universidades, as verbas necessárias ao funcionamento e à realização dos planos de investimento dos estabelecimentos públicos de Ensino Superior, está a agravar ainda mais os desequilíbrios estruturais que, na sua generalidade, estes registam e, objectivamente, a bloquear o sistema.

A título de exemplo refira-se que no PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para este ano, do total de 32,2 milhões de contos que a Assembleia da República havia aprovado em 1990 com previsão para 1991, apenas foram orçamentados 10,4 milhões de contos, cerca de um terço portanto, e ainda por cima com um congelamento à partida de 10%.

No que respeita ao orçamento de funcionamento os números mostram um crescimento inferior a 10% para o ensino universitário, o que face à inflação significa uma sensível redução do valor aprovado para 1990, agravando-se assim ainda mais o défice crónico das principais Universidades.

Na generalidade das escolas do Ensino Superior público há graves carências de instalações, de pessoal docente, de pessoal administrativo e auxiliar, e há falta de meios auxiliares por vezes elementares para o ensino e a investigação. É frequente o recurso a verbas do PIDDAC, que por natureza deveriam ser exclusivamente aplicadas em investimento, para o pagamento dos vencimentos.

O Governo procura justificar os cortes orçamentais com as verbas que os estabelecimentos de ensino podem receber do PRODEP (7 milhões de contos para 1991). Mas as verbas recebidas por essa via além de serem parcialmente desviadas para o ensino privado, não só não chegam, nem de perto nem de longe, para compensar os cortes orçamentais, como é perversa a sua utilização para financiamento corrente do sistema, uma vez que

esses recursos deveriam ser aplicados em programas estruturantes, na expansão educativa e na formação de docentes.

Os cortes e restrições drásticas praticados pelo Ministério da Educação em relação ao ensino público, não correspondem objectivamente a qualquer quadro de dificuldades financeiras do Estado, que continua a cobrar elevados impostos aos cidadãos e até com agravamento da carga fiscal, sendo apenas a expressão das opções e orientações políticas privatizadoras do Governo PSD em relação ao Ensino Superior.

É nessa linha que se inserem:

a) a crescente desresponsabilização do Estado das suas obrigações para garantir os direitos educativos do conjunto da população portuguesa, associada à política de mercantilização dos saberes e da formação e de transformação do ensino numa actividade regida pelo critério do lucro;

b) a asfixia orçamental das instituições públicas de Ensino Superior, de modo a impor-lhes transformações estruturais de sentido privatizador;

c) o apoio activo e duvidosamente responsável do Ministério da Educação à proliferação de estabelecimentos e cursos do ensino privado, na grande maioria dos casos sem qualquer qualidade e sem o mínimo de requisitos de funcionamento, que estão a parasitar as instituições do ensino público, que não abrangem áreas de expansão estrangulada como as de ensino laboratorial, científico e tecnológico, que são decisivas para o desenvolvimento do País, e que além disso é acompanhado da concessão de vultuosos fundos comunitários.

O facto de o Ministério da Educação privilegiar as instituições privadas em relação às públicas, está a alterar profundamente e num sentido negativo as características do Ensino Superior em Portugal. No curtíssimo prazo de 4 anos lectivos, de 87/88 até 90/91, o número de alunos nas escolas privadas praticamente duplicou - de 22 917 para 45 005 (previsão). No mesmo período a oferta de acesso ao Ensino Superior nas escolas privadas triplicou, de 7 359 para 21 964, quase igualando o número de vagas abertas em todo o Ensino Superior público, que se desenvolveu em Portugal desde a fundação da Universidade há setecentos anos. Até 85/86 no ensino privado eram ministrados 49 cursos - 4 mestrados, 41 licenciaturas, 4 bacharelados. Quatro anos depois, no final de Novembro de 90, o total de cursos no ensino privado, aprovados pelo Ministério da Educação, já ascendia a 268, entre os quais 113 licenciaturas e 150 bacharelados.

A encomenda por parte do Ministério da Educação a alguns professores universitários de um estudo «sobre o financiamento público do sistema de ensino superior», o «livro branco», cujo relatório preliminar, tornado público há poucos meses, aparece inspirado num «programa» de sentido privatizador elaborado pelo Banco Mundial, responde claramente à decisão, por parte do Governo, de passar a uma nova e mais avançada fase de realização dos seus objectivos políticos.

A necessidade de alteração do actual sistema de financiamento público do Ensino Superior, generalizadamente reconhecida, não significa que se possam aprovar modificações que orientariam o sistema num sentido contrário à democratização da educação e do ensino.

Ao considerar que as actuais propinas são um factor que «contribui decisivamente» para o atraso do Ensino Superior público, ao sustentar como condição de eficiência e de progressos futuros que os estudantes «contribuam significativamente para pagar os custos do ensino» e que «as receitas das propinas assegurem parte significativa do financiamento do ensino»; ao defender que essa superpropina «deve recair directamente sobre cada aluno» prevenindo apenas indefinidos e incertos esquemas de apoio social escolar para os «estudantes mais necessitados» entre os quais se incluem a concessão de «empréstimos em condições mais ou menos subsidiadas» por trás dos quais não é difícil adivinhar um lucrativo negócio bancário; - o «livro branco» toma claramente partido contra a democratização da educação e do ensino e insere-se claramente numa perspectiva elitista, que reforça ainda mais os mecanismos de selecção económica e de classe já existentes na sociedade portuguesa.



O que se passa em países mais desenvolvidos, no que respeita ao preço das propinas, também não colhe como argumento, se tivermos em conta países da CEE como a Dinamarca, que têm um produto per capita seis vezes superior ao nosso, em que não há propinas, ou como a República Federal Alemã, em que as propinas, em termos de produto per capita, se situam num nível médio próximo do que existe actualmente entre nós.

A fuga à questão de fundo, de que nas actuais condições o Estado não só não deverá diminuir, como pelo contrário precisa de aumentar o investimento no Ensino Superior público para o modernizarem adequar às necessidades do País, constitui o ponto de partida do «livro branco» para, face ao bloqueamento financeiro do sistema provocado pelo Governo, procurar defender como não tendo alternativa as orientações e medidas de sentido privatizador que apresenta. As escolas restaria assim assumirem o lado impopular da política do Governo pois «cada Universidade ou Instituto Politécnico é livre para fixar as propinas a pagar pelos alunos»...

A orientação puramente economicista e privatizadora do «livro branco», chega ao ponto de prever que o Estado conceda «financiamentos de estímulos positivos» às instituições de ensino público tanto maiores quanto mais elevadas forem as propinas que cobrarem aos alunos e maiores as receitas de serviços prestados ao exterior.

O PCP defende a necessidade de inverter o sentido da política que tem vindo a ser realizada no Ensino Superior nos últimos anos.

Isto significa, designadamente, a necessidade de serem significativamente aumentadas as dotações para o Ensino Superior público, viabilizados planos de desenvolvimento do ensino universitário e politécnico e superados rapidamente os enormes desequilíbrios e défices orçamentais que afectam este sector.

E significa, em particular, a necessidade de mobilização de recursos para um rápido e significativo aumento do número de vagas disponíveis para o ingresso nas institui-

ções públicas de Ensino Superior e a eliminação, no mais curto prazo de tempo possível, das restrições quantitativas de carácter global (sistema de «numerus clausus»), objectivo que não pode deixar de ser apontado numa perspectiva de aproximação às taxas actuais de frequência do Ensino Superior nos países desenvolvidos da CEE e que tenha também em conta a prevista continuação do seu crescimento na actual década. Importa reter, a título de exemplo, que na vizinha Espanha o número de alunos no Ensino Superior, mais de 90% frequentando escolas públicas, já há vários anos que ultrapassou um milhão, o que significa, proporcionalmente, que é duas vezes e meia superior ao de Portugal.

A ligação das Universidades e dos Institutos Politécnicos ao meio faz-se, em primeiro lugar, através dos alunos e da sua formação. A prestação de serviços ao exterior e o estabelecimento de protocolos de cooperação entre as instituições escolares e empresas, não devem ser realizados em prejuízo daquela missão, nem ser desenvolvidos fora do quadro das opções e interesses científicos de cada escola e globalmente do País.

Há reservas de eficiência e de capacidade no conjunto do sistema de Ensino Superior e de cada uma das instituições que podem e devem ser aproveitadas a curto prazo. Impõem-se, entre outras, medidas de aproveitamento integrado de recursos, planeamento plurianual, financiamento estável do Orçamento de Estado, flexibilização e objectivação da gestão orçamental, medidas de controlo de qualidade do ensino e da aprendizagem.

No que respeita ao Ensino Superior privado, cuja existência não se contesta, dificilmente se pode aceitar que, pela sua natureza lucrativa, possa ser objecto de financiamento ou de subsídio por parte do Estado. O que não significa, obviamente, que o Estado não tenha a obrigação de defender os legítimos interesses e expectativas dos estudantes que frequentam os seus cursos e de impor e fiscalizar condições mínimas de qualidade científica e pedagógica do ensino, que o mesmo é dizer, de valor dos diplomas que confere.

Acordo Económico e Social

Um sério ataque aos direitos de quem trabalha

Quando este número do «Avante!» chegar às mãos dos leitores, com toda a probabilidade a maioria PSD na Assembleia da República já deverá ter concedido autorização legislativa ao Governo PSD/Cavaco Silva para proceder à mais profunda e grave revisão da Legislação Laboral.

Neste dias difíceis para o mundo do trabalho, num momento em que o patronato poderá ver satisfeitas muitas das suas velhas reivindicações, é oportuno recordar e reflectir sobre um acontecimento que, embora já distante, em grande medida abriu caminho à situação agora criada.

O dia 19 de Outubro de 1990, seja qual for a perspectiva com que se considere o desenrolar da vida nacional, ficará assinalado no tempo como um dia negro para os trabalhadores, para o movimento sindical.

Nesse dia, na sala dos Espelhos do Palácio Foz, o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, em nome do Governo, e altos responsáveis da CIP, da CCP e da UGT, em nome das respectivas organizações, assinaram um acordo de concertação social, denominado Acordo Económico e Social.

O evento, classificado na altura pelos protagonistas da obra de acontecimento verdadeiramente histórico, deu lugar a um autêntico festival de propaganda encomiástica.

Portugal, ao ter finalmente o seu Pacto Social (para alguns o AES, apenas prefigura um Pacto Social), dava mais um passo no caminho da modernidade e da Europa.

A Comissão Política do PSD, embalada pelo sucesso do seu Governo, apressou-se mesmo a declarar (sem que tivesse sido contestado pela UGT, já que o patronato obviamente não tinha razões para o fazer) que o AES traduzia o apoio dos parceiros sociais à política do governo PSD/Cavaco Silva.

Mais recentemente o Professor Cavaco Silva descobriu uma nova virtualidade no AES, a de servir de mercadoria de exportação para governos empenhados em, «democraticamente», realizarem políticas ditas neoliberais. Foi assim que, aquando da visita a Portugal da «dama de ferro» brasileira e ex-ministra do governo do Presidente Collor de Melo e autora do programa de austeridade (para os trabalhadores e pequenos e médios empresários), o nosso Primeiro-Ministro ofereceu-lhe um exemplar do AES e ter-lhe-á recomendado muito vivamente a experiência.

Mas afinal quais são as públicas virtudes deste Pacto que tem o mérito de fazer rejubilar forças como o governo do PSD, organizações patronais como a CIP e a CCP, uma organização sindical como a UGT e, ainda, o Partido Socialista?

A posição do nosso Partido quanto à natureza e ao significado do AES é conhecida, mas será útil, sobretudo agora, quando se entrou na concretização prática dos seus objectivos, lembrar que ainda antes da sua assinatura, em comunicados da Comissão Política e do Comité Central, se alertou os trabalhadores e a opinião pública democrática para a grande operação política que estava na forja através do Conselho Permanente de Concertação Social. No comunicado do Comité Central de 10 de Outubro de 1990, chamava-se a atenção de que o governo PSD/Cavaco Silva, a pretexto da necessidade de se preparar a economia nacional para os grandes desafios e em estreita cooperação com o patronato e assumindo as suas reivindicações, desenvolvia «através do Conselho da Concertação Social, uma estratégia com vistas a prosseguir a política de contenção do crescimento dos salários e assegurar uma maior desregulamentação das relações de trabalho e a flexibilização do horário de trabalho». O Comité Central alertava ainda para os perigos que decorriam de o Governo, escudado no apoio do CPCS, se preparar para desenterrar o «machado» da revisão da legislação laboral.

Será que o Partido se enganou ou exagerou nas suas previsões? Infelizmente tal não aconteceu, como se pode comprovar pelo desenrolar dos acontecimentos. Hoje estamos em melhores condições de medir o alcance e a justeza das preocupações do Partido, preocupações que alguns atribuíram a vivermos à margem do mundo real. O distanciamento dos acontecimentos é, por vezes, indispensável para a sua compreensão. Agora é mais fácil perceber os reais objectivos que o Governo e o patronato pretendiam atingir com o AES, mas foi precisamente a não compreensão dessa questão central, associada ao facto de se partir de conclusões apriorísticas, que não tinham em conta o quadro social e político em que surgiu o AES e muito menos tinham em conta a essência do seu conteúdo, que impediu certas pessoas de dar a resposta certa a uma questão fundamental: quem ganhava e o quê, com o AES?

A acreditar na «filosofia» que embrulha o AES, os verdadeiros ganhadores são Portugal e os portugueses, pois o Acordo, no dizer dos seus protagonistas, tem como objec-

tivos» contribuir decisivamente para a modernização da economia nacional», «assegurar a competitividade das empresas» e «melhorar progressivamente e de forma sustentada as condições de vida dos portugueses».

Só que, tão nobres e elevados objectivos, para começar, deveriam ser postos ao serviço da causa patronal, impondo-se uma revisão profunda da legislação laboral que reforce os poderes discricionários do patronato e uma política de rendimentos assente na contenção do crescimento dos salários.

O balanço de quem ganhou e quê feito pelo sr. Manuel Gamito, patrão dos patrões, em entrevista ao jornal o «Público», é a vários propósitos bastante esclarecedor. Segundo ele, os patrões ganharam, com o AES, «a cessação do contrato de trabalho por inadaptação do trabalhador, o novo período experimental, o regime de trabalho em comissão de serviço e o regime jurídico da pré-reforma». Só isto seria suficiente para mostrar a importância do que o patronato ganhou.

Acontece porém que o Presidente do CNEP, como quem não quer a coisa, deixou de fora do seu prato da balança, coisas tão graves como a nova organização da duração do tempo de trabalho, o regime jurídico da contratação colectiva, as férias e a política de rendimentos.

No «prato» do ganho dos trabalhadores, o Presidente do CNEP meteu «o regime jurídico de menores, o regime jurídico do trabalho ao domicílio, a licença sem vencimento para formação, a formação profissional» e, espanto dos espantos, «os novos mecanismos de fiscalização e justiça no trabalho»!!

O patronato, com a prestimosa colaboração da UGT, alcançou uma importantíssima vitória. As principais reivindicações constantes do Pacote que apresentou em 30 de Março de 1990 acabaram por ser satisfeitas. O mesmo não poderia dizer as organizações sindicais. Mantendo-nos no campo do deve e haver deste negócio, dir-se-á que o patronato trocou um chouriço por uma vara de porcos!

As orientações seguidas pelo governo PSD/Cavaco Silva em matéria de política de rendimentos (para os trabalhadores) teve a dominância dos dois princípios orientadores basilares: a contenção do crescimento dos salários e a diminuição do peso do «factor trabalho» no Rendimento Nacional. Esta orientação política teve como consequência o agravamento das desigualdades sociais.

A acreditar-se na propaganda do Governo ou da UGT, dir-se-ia ter o AES significado uma rotura com orientações anteriores em matéria de política de rendimentos, ideia que poderia ser reforçada por uma leitura apressada do AES, o qual estabelece como objectivo assegurar «o crescimento efectivo dos salários reais em termos que nos aproximem gradualmente das médias comunitárias em condições não inflacionárias».

A generosidade do governo e do patronato em matéria de rendimentos revelou-se ser pura fumaça. O AES, ao definir a política de rendimentos como «uma das vertentes fundamentais para uma estratégia de desinflação», e atribuindo, obviamente, ao crescimento dos salários a responsabilidade pelas elevadas taxas de inflação, e tendo o Governo fixado previamente uma mirífica taxa de inflação média para 1991 de 11%, o Conselho Permanente de Concertação Social recomendou para o 1º trimestre de 1991, que o crescimento médio das tabelas de salários decorrentes da contratação colectiva deveria ser de 13,5%.

É sabido que este referencial passou a funcionar como um tecto dito psicológico e utilizado como alavanca de resistência patronal (e do Governo, veja-se o que se passou na Função Pública) à luta dos trabalhadores por melhores salários.

O mote para a política de rendimentos a estabelecer no Conselho Permanente de Concertação Social, deu-o o secretário-geral da UGT, sr. Torres Couto, em declarações ao jornal «Independente» uns dias antes da assinatura do AES: «Portugal - disse ele - não pode nem deve perder o comboio da Europa, para o que é fundamental o controlo e a redução da inflação, objectivo em cuja concretização a UGT está

disposta a empenhar-se». Os trabalhadores, mais do que ninguém, têm razões para estar com o objectivo de fazer baixar as taxas de inflação, mas não à custa dos magros salários. As teorias que responsabilizam os salários pela inflação são velhas e regra geral têm servido para limitar os rendimentos do trabalho. Na altura da assinatura do AES já se sabia que os tectos salariais anteriormente fixados não tinham impedido taxas de inflação elevadas e que a política de contenção salarial sucessivamente seguida pelo Governo, outro efeito não teve que degradar os salários.

A este respeito, o último relatório do Banco de Portugal é bastante esclarecedor: «o facto do crescimento da produtividade se ter situado sempre acima do crescimento do salário real nos últimos anos é indicador de que a aceleração do índice dos preços no consumidor a partir de 1988 não pode ser atribuído ao aumento dos custos salariais». Mas o Banco de Portugal, diz mais e diz o que já se sabia igualmente quando se assinou o AES. «Deste modo continua a verificar-se uma perda de peso do factor trabalho na repartição do Rendimento Nacional».

A novidade é que, com o Acordo Económico e Social, se procura sancionar, pela via do diálogo, da concertação, a gravosa política de rendimentos seguida pelo Governo PSD/Cavaco Silva.

A revisão da legislação laboral e a política de rendimentos para 1991, não esgotam, longe disso, os objectivos fixados no Acordo Económico e Social.

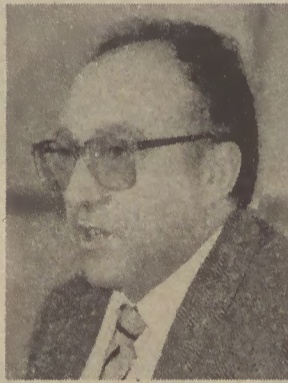
Os trabalhadores e o movimento sindical deverão ter em conta que o AES consagra de forma concentrada reivindicações estratégicas há muito tempo colocadas pelo Governo e o patronato, com vista a generalizar a flexibilização do mercado do trabalho, a dotar o patronato de novos e acrescidos poderes, a enfraquecer a capacidade de resistência dos trabalhadores, numa palavra, o patronato prepara-se para dar um salto qualitativo na ofensiva contra direitos e conquistas do período revolucionário.

A modernização de empresas e sectores, sacrificando o factor social do problema, uma modernização ditada pela necessidade de assegurar a «eficácia da organização do trabalho», a «competitividade das empresas», a «racionalização na fruição dos equipamentos» em que o trabalhador é concebido apenas como mais um instrumento laboral, não é menos grave pelos custos que pode ter para a grande massa dos trabalhadores. Veja-se a ameaça que pesa sobre o Vale do Ave.

Entretanto cabe ainda colocar uma última questão. Será que o AES não contém mesmo nada que seja favorável aos trabalhadores? A resposta é inequivocamente positiva. O AES contempla algumas e importantes reivindicações desde há muito levantadas pelo movimento sindical e que, se fossem satisfeitas, melhorariam a situação dos trabalhadores. Só que a grande questão não está aí. O que faz do AES um grande maná para o patronato está na desproporção das coisas, está numa questão de importância fundamental e que é aliás comum a todos os pactos sociais: tudo o que beneficia os trabalhadores é vago, fica no campo dos grandes princípios, exige medidas de fundo e a longo prazo, muito para além do horizonte da vida deste Governo e desta Assembleia da República, além de, na sua maior parte, não serem exequíveis, sem alterações profundas na vida política nacional.

Esta é aliás a tarefa central que se vai colocar aos trabalhadores e às forças democráticas em 6 de Outubro próximo. O significativo desenvolvimento da luta social a que se vem assistindo, mobilizando milhares e milhares de trabalhadores dos mais variados sectores por reivindicações imediatas e contra a política de direita, é um importante contributo para se conseguir derrotar a direita. É com confiança que é preciso encarar e preparar as acções políticas imediatas.

A CGTP, ao não assinar o Acordo Económico e Social, assegurou as condições necessárias para o desenvolvimento da luta contra o mais sério ataque às conquistas e direitos de quem trabalha, e manteve-se fiel às suas tradições e à sua razão de ser: a defesa dos interesses dos trabalhadores.



DOMINGOS ABRANTES
Membro do Secretariado
e da Comissão Política

O significativo desenvolvimento da luta social, a que se vem assistindo (...) é um importante contributo para se conseguir derrotar a direita



O título

Nunca como hoje a comunicação social foi tão livre em Portugal.

Albino Soares
(Secretário de Estado)

Francisco Chorão Nem Sim Nem Não, jornalista e mártir, está quase em sentido a três respeitáveis metros da secretária do chefe que brande a papeleta com a cópia do artigo.

— Este seu escrito... Não é que eu desgoste... pessoalmente, claro. A prosa é ótima, você conhece o assunto, vê-se que tem cultura, transpira cultura, vende cultura. E o título, «Os Malefícios do Tabaco», é um achado. Nota-se que tem andado a ler o Ieltsin, conhece-lhe a obra a fundo.

— Chekov — atreveu-se Chorão —, é o título de uma obra de Anton Chekov.

— Ou isso. Enfim, russos. São todos parecidos, pergunte ao Lino que é o especialista. Mas o artigo, Xico, o miolo do artigo... Já lhe gabei a cultura, a prosa, muitíssimo substancial, muitíssimo ecológica. Mas o miolo, homem, o miolo.

— O miolo?

— Pois, o miolo, a, por assim dizer, substância. Repare, eu não estou contra, isso não! O Xico conhece-me, sou democrata, sempre o fui. Mas repare: você explica que o tabaco faz mal. De acordo, embora eu fume, você fume, talvez a senhora sua sogra fume...

— Deixe de fumar há meses, chefe. Tinha que optar, ou IRS ou tabaco, e aos impostos ninguém foge a não ser investindo nas Amoreiras. Quanto a sogra, é coisa que não tenho.

— E faz muito bem em prescindir de ambas as coisas. Mas, voltando ao escrito, o amigo aborda o assunto cá de uma maneira! Ele é a bronquite, ele é a tosse, são os pulmões esburacados, o alcatrão... Tudo muito negro. Não lhe nego razão. Em parte. E digo em parte, porque no restante o Xico é um pessimista e tanto, só consegue ver o lado mau da questão.

— E existe um lado bom, chefe? Os médicos...

— Deixe lá os médicos, Xico, deixe-os que pode ser que a Beleza volte, agora que está perdoada, e vamos ao tabaquinho. É claro que há um lado bom que você ignora: nem uma só vez fala de impostos no seu artigo.

— Não falo porque não vem a propósito.

— Vem. Se o Primeiro-Ministro, que até nem fuma, fala deles na Primeira Página, é porque vem a propósito. E de resto, o que é isso de vir a propósito? Você não sabe onde

tem os pés, não vê televisão? Esguicha um fontanário em Rio de Azores, temos ministro a falar de Europa e Desenvolvimento. Cai granizo em Nanja Porisso, e é logo dez minutos de Ministro das Catástrofes a abrir o Telegiornal. E diz-me você que não vem a propósito. Não vivemos num regime totalitário, amigo. Isto é uma democracia e numa democracia vem tudo a propósito.

— Mas neste caso não vinha, chefe. Eu só queria falar dos malefícios do tabaco.

— Ai isso é que vinha! Se se fala nos malefícios, há que



LUÍS NOGUEIRA
Membro da Comissão
Concelhia de Gouveia

«Se o secretário Albino diz que sente, você não tem outro remédio senão sentir. Portanto monda a artigalhada»

falar logo de seguida nos benefícios. Dou-lhe este exemplo: toda a gente se queixa dos salários de miséria...

— Queria que cantassem, chefe?

— Pois é, mas esquecem-se que se não fosse assim o país não progredia, não havia desenvolvimento. E nisto quem tem razão é o povo quando diz que há males que vêm por bem. Você não está de acordo, é contra o povo que, por acaso, até fuma?

— Não sou, mas neste caso...

— Neste caso, precisamente. Ora vejo: o tabaco faz as suas vítimas, já se sabe, mas deixa ou não impostos?

— Se deixa!

— Pois é com esses impostozinhos que se aumentam as pensões dos velhinhos.

— E os ordenados dos ministros, e os...

— Lá está você a meter política no assunto. Não vem a propósito. Ministro é ministro, gaita! Não senhor, o amigo tem de admitir que o tabaco, pulmões e acidentes cardiovasculares à parte, traz benefícios. De maneira que, pensando bem, talvez fosse bom dar uma tosqia na prosa, dizer que o tabaco faz mal, etc., estamos de acordo, é ecológico, mas de mansinho, sem expor as vísceras que é de mau gosto.

— Mas porque é que não posso falar das vísceras? Se o secretário Albino diz...

— O que é que diz o secretário Albino, já agora?

— Diz que nunca os jornalistas se sentiram como hoje, tão-só dependentes da sua consciência profissional e moral. Veio nos jornais, deu na rádio, deu na televisão.

— E diz o Secretário Albino muito bem. Ou você não se sente?

— Não me sinto como?

— Tão-só dependente da sua não sei quê profissional, dessa coisa. Não sente?

— Bem, eu...

— Claro que sente. Se o secretário Albino diz que sente, você não tem outro remédio senão sentir. Portanto monda a artigalhada. É que o amigo não fuma, mas come. Vai dizer que o tabaquinho, ao contrário dos carros de grande cilindrada, é artigo de luxo e portanto paga, ou não viu o Primeiro na Primeira?

— Ver não vi. Li, isto é, disseram-me.

— Devia ter visto. Mas enfim, sabe, está informado e bonda. De maneira que toca a desbastar, a ajeitar. E faça-me um favor, não como chefe mas em nome da amizade. Mude o título ao artigozinho. Ponha-lhe **Os Benefícios do Tabaco**. Que diabo, um pouco de boa vontade não tira a liberdade de consciência a ninguém, não vai contra o que disse o secretário Albino.

Francisco Chorão fez meia volta, abriu a porta, andou, está quase no corredor. O chefe tosse, Xico volta-se e vê-o brandir mais uma vez a cópia do artigo. Mas agora com um sorriso de orelha a orelha:

— E olhe, Xico, uma vez que a tal consciência não sei de quê não impede a criatividade, veja lá se relaciona os impostos do tabaco com as pensões dos velhinhos. E volte cá, volte quando tiver isso acabado, talvez eu lhe possa dar mais uma ajuda...

Uma hora depois, Chorão voltou com o artigo pronto. Quase pronto. Foi só mudar o título. Ficou **Os Benefícios do Cavaco**.

O discurso contraditório dos contra-revolucionários cubanos

Eram quatro. Vieram a Lisboa em missão de propaganda e traziam jornalistas privativos na comitiva. Foram recebidos por partidos políticos hostis à Revolução Cubana, fizeram declarações à imprensa e contaram com ampla cobertura dos meios de comunicação social. Todos acumulam as funções de dirigentes de organizações contra-revolucionárias com as tarefas de empresários em Miami ou Madrid. Os cartões de visita revelam a natureza dos seus negócios como *managers*.

Na Assembleia da República, recebidos, a seu pedido, pela Comissão de Negócios Estrangeiros, solicitaram o impossível: pretendiam que o plenário aprovasse uma Declaração com um apelo ao Governo de Havana... que respondesse aos seus objectivos. Os próprios amigos do PSD explicaram-lhes que não havia precedente para tal iniciativa. Eles sabiam. Embrulharam-se quando lhes foi perguntado se, porventura, algum parlamento, europeu ou latino-americano, havia votado uma Declaração desse tipo, pois a mesma envolveria uma ingerência nos assuntos internos de Cuba. Disseram contar com promessas... Da Espanha, da Costa Rica, da Venezuela. Percebeu-se que pediam à Assembleia da República Portuguesa o que não haviam obtido de qualquer parlamento.

A «Declaração de Madrid», que distribuíram profusamente, não é um documento recente. Foi assinada em Agosto de 1990 pelas três forças políticas da chamada «Plataforma Democrática Cubana» — a Unión Liberal, o Partido Democrata Cristiano e a Coordinadora Social Democrata — que hoje preconizam o diálogo com o governo de Cuba e afirmam recusar a violência.

A contradição marcou a visita desta ruidosa delegação de representantes das principais organizações contra-revolucionárias cubanas. Por um lado insistiram na disponibilidade de um diálogo aberto com Havana e demarcaram-se dos EUA, cuja política cubana qualificaram de «muito inábil». Por outro lado, falando com deputados e jornalistas

portugueses, mentiram sobre a realidade cubana, caluniaram os seus dirigentes e fizeram profecias sobre o fim iminente do socialismo na Ilha.

Dos quatro apenas dois são conhecidos: José Rasco, que trocou as cores da ultradireita pela máscara, mais cómoda, de democrata-cristão; e Carlos Alberto Montaner, o presidente da Unión Liberal, que é hoje o mais destacado chefe das organizações oposicionistas cubanas na Europa.

Montaner desempenhou, como editor, um papel importante na promoção de duas destacadas personalidades da contra-revolução cubana: Armando Valladares, o falso parálítico que Reagan guindou a embaixador dos EUA e chefe da delegação norte-americana à Conferência anual dos Direitos Humanos em Genebra, e Ricardo Bofill, o plagiário que ganhou fama internacional como autor de uma novela que, afinal, como ele próprio confessou posteriormente, era da autoria de um escritor cubano que lhe emprestara o manuscrito original.

*
* *

A «Declaração de Madrid» é menos esclarecedora da estratégia do sector mais dinâmico da oposição cubana do que um texto de Carlos Montaner que a delegação divulgou durante a sua permanência em Portugal. Esse documento de 4000 palavras, intitulado «Cuba, el camino de la razón», redigido em linguagem mais comedida do que a utilizada nas suas entrevistas lisboetas, foi preparado para **impressionar** o povo cubano.

Montaner **explica** à sua maneira as consequências para Cuba da crise soviética e dos acontecimentos que fizeram ruir o socialismo no leste europeu. A **explicação** revela desconhecimento da realidade social cubana. Montaner recorre a paralelos absurdos e analogias descabidas, sobretudo quando sustenta que os dirigentes cubanos serão forçados a seguir o caminho dos regimes africanos que renunciaram a projectos de construção do socialismo e se demarcaram do marxismo-leninismo.

Astucioso, não nega, contudo, globalmente, a obra da Revolução. Admite que Cuba se colocou na vanguarda da América Latina no tocante a Saúde e Ensino. Mas passa sobre o tema como gato sobre brasas. Não aprofunda o contraste. Seria muito incómodo para ele reconhecer que foi graças ao socialismo que Cuba se transformou no único país da América Latina que erradicou o analfabetismo e no qual é mais elevada a percentagem de população universitária. Muito desagradável seria também dar respostas a uma questão: como pôde o país que diz estar tão mal governado construir um sistema de saúde gratuito que na opinião da OMS é dos mais perfeitos do mundo?

*
* *

Na opinião de Montaner, Cuba, privada da ajuda dos países do leste europeu e perante a drástica redução



Miguel Urbano Rodrigues
Jornalista

A esmagadora maioria dos cubanos exilados nos EUA exige hoje o fim do bloqueio norte-americano

dos fornecimentos de petróleo soviético (mais de 85% do Comércio Externo fazia-se com o bloco socialista), não tendo condições para se manter como Estado socialista. A redução do consumo, a promoção do turismo e o plano tendente à auto-suficiência na produção da maioria dos alimentos básicos levam o líder contra-revolucionário a ironizar. Chama a Cuba «o país das bicicletas e dos bois»; simula não entender o significado militante do desafio assumido pela juventude. É verdade que 500 mil bois substituíram no trabalho dos campos milhares de tractores parados por falta de gasóleo. É também verdade que a bicicleta voltou a ser nas cidades cubanas um meio de transporte popular. Essas formam, no entanto, respostas revolucionárias de um povo forçado a reduzir para quase um terço o seu consumo de combustíveis.

*
* *

Os signatários da «Plataforma» sabem muito bem que a esmagadora maioria dos cubanos exilados nos EUA e na Europa exige hoje o fim do bloqueio norte-americano. A comunidade cubana nos EUA (quase três milhões) é, depois da judaica, a mais influente e rica de todas as minorias. Inquéritos realizados revelam que 86% desses cubanos (muitos descendentes de exilados) não pretendem regressar a Cuba, qualquer que seja ali o regime instalado. Mas os laços sentimentais não desapareceram. Essa gente quer poder viajar para a Ilha sem retrições e manter com ela relações comerciais sem discriminações, não aceita que o açúcar, o tabaco, o rum, as frutas cubanas estejam proibidos nos EUA.

José Cruz, presidente da Coligação Cubana-Americana, sintetizou recentemente o espírito da nova geração de cubanos nascidos no estrangeiro num desabafo: «Hoje não tem qualquer sentido perguntar-lhes se são contra ou a favor de Castro (...) O essencial é perguntar-lhes se querem uma solução pragmática e pacífica»⁽¹⁾.

Os ultras, partidários da violência, ou seja da agressão armada contra Cuba, agrupados na Federação Americano-Cubana, constituem uma parcela da comunidade cada vez menor e menos escutada.

O novo discurso de Carlos Montaner aparece assim como resultante da atitude das comunidades cubanas no exílio, que rejeitam a velha e agressiva estratégia dos contra-revolucionários históricos. Entretanto, os documentos e iniciativas da «Plataforma» reflectem uma hipocrisia mal disfarçada. Os dirigentes ditos «moderados» falam de abertura ao diálogo, manifestam-se desejosos de iniciarem «negociações» com o governo, mas simultaneamente formulam exigências inaceitáveis e caluniam a Revolução Cubana mundo afora.

Quem são e que representam esses senhores (além de prósperos empresários) para se apresentarem como interlocutores de Havana e reclamarem do Estado Cubano, como condição primeira, «uma imediata reforma constitucional»?

A grande cobertura publicitária que foi dispensada pelos **media** portugueses à caravana contra-revolucionária cubana não foi suficiente para esconder uma evidência: Carlos Montaner, Rasco & Cia não obtiveram em Lisboa o que pretendiam. Receberam os abraços da direita portuguesa e os seus votos de boa sorte. Pouca coisa.

(1) «Les cubains de Miami pour le dialogue avec la Havane», de Francis Pisani, in «Le Monde Diplomatique», Paris, Maio de 1991.



Produções Santana Lopes

Peça em 3 actos/Lisboa, 1991

A Brigada do Reumático (re)entra em cena

1.º Acto

14 de Março de 1974 — Alarmado com os crescentes rumores do descontentamento que grassava nas Forças Armadas e com eventuais tentativas sediosas de o afastar do poder, Marcelo Caetano recebe no Palácio de S. Bento os oficiais generais dos três ramos das Forças Armadas que ali foram manifestar-lhe o seu incondicional apoio. Era a vassalagem da «brigada do reumático». O 25 de Abril acabaria por chegar um mês depois, confirmando que nenhuma encenação é capaz, só por si, de inverter o rumo da História.

À data, ele não teria vinte anos. No entanto, não seria a verdura a impedi-lo de reter aquelas imagens. Guardou para si a comoção, o sobressalto, o impacto. Talvez um dia, quem sabe, fosse ele o centro, o alvo, o móbil de tamanha solicitude. Deixou escorrer o tempo, sonhou, planeou, aguardou. Não perderia a primeira oportunidade.

2.º Acto

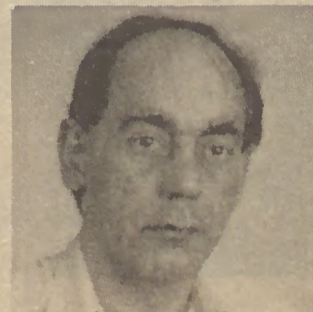
15 de Maio de 1991 — Santana Lopes recebe um grupo de actores que, quais peregrinos de Maio, se

deslocaram ao Palácio da Ajuda para apoiar e agradecer a política do senhor doutor. Finalmente chegara o momento, era a sua consagração. Ficaria — também ele, na História, com a preciosa ajuda dos «flashés» dos fotógrafos e das câmaras de televisão, casualmente presentes em cerimónia de indisfarçável e insuspeita espontaneidade.

No seu íntimo, sentia-se desagradado e, por isso, recomposto do incidente de Évora, desse insuportável atrevimento que durante uns minutos lhe cortara a respiração. Ainda por cima na presença do próprio Primeiro-Ministro. Uma deselegância, que aguentara com um elegante sorriso nos lábios. Longe iam os tempos da faculdade, da cacetada nos estudantes comunistas. Hoje, era um homem público, de Estado, um governante.

Habituar-se, a custo, a reprimir esses impulsos que marcaram a sua juventude. A matraca, a «porrada», dera lugar às boas maneiras. Até ver!

Mas, Évora era águas passadas! Afinal, e era isso que contava, o sonho acabara por se realizar. O reconhecimento, mais, o agradecimento pela obra feita acabara por lhe bater à porta. Emocionado, diria tratar-se do «momento mais bonito» desde que ocupara o cargo.



JOÃO SEMEDO
Membro suplente
do Comité Central

Longe iam os tempos da faculdade, da cacetada nos estudantes comunistas. Hoje era um homem público, de Estado, um governante.

E acrescentaria «serem raros os momentos de reconhecimento por aquilo que se fez». Não terminaria sem prometer mais obra, novos projectos e benesses.

3.º Acto

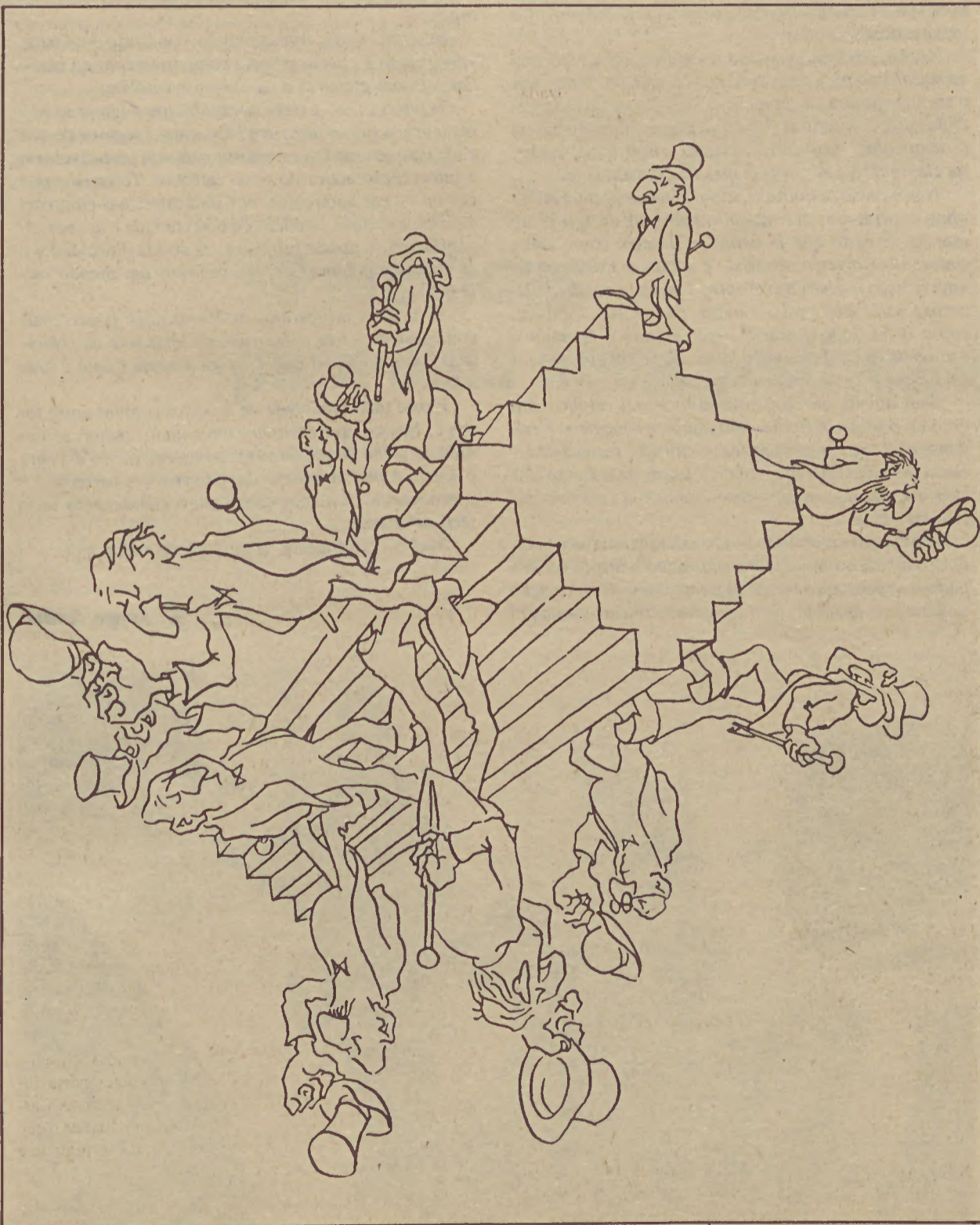
Mais tarde, já sozinho, passou em revista o mundo de ingratos e mal-agraçados que o rodeiam, perseguem e afrontam. Estava indignado, com tudo e com todos: os músicos portugueses da Régie, armados em patriotas, e os da Ópera, que só servem para «tocar greves»; os deputados, que não desistem de o ver no parlamento; os linguistas, que discordam e protestam contra o Acordo; os editores e livreiros, que não lhe perdoam ter-se esquecido das feiras do livro; os bailarinos do S. Carlos, que não querem dançar; os do teatro, que ainda acham pouco e continuam a reclamar mais apoios; o pessoal dos museus, que só pensa em aumentos e em direitos; os do Porto, que querem o Teatro S. João e a Cadeia da Relação, como se não bastasse a nova ponte para os comboios; e, pasme-se, até os das empresas públicas não param de lhe mandar as facturas da água e da luz. Quanta ingratidão, quanta pequenez, concluiu. Mas nada o atrapalhara!

Sentia-se vitorioso. O destino cumprira-se e satisfizera a sua ambição. A pouco e pouco, a sua memória mergulhava nos idos de 74. Percorrido pela emoção, deixa-se dominar por aquelas velhas imagens cuja nitidez o tempo não abalara. Lá estava S. Bento, os oficiais generais, a ANI, a Emissora Nacional e a TV. A um canto, para não ofuscar o actor principal, o Moreira Baptista e o Silva Cunha. E ele, o senhor doutor. Apoio e fidelidade era o que ali os trazia, tão obrigados e agradecidos que estavam.

Ontem como hoje... Subitamente inquieta-se, sente-se ameaçado, algo lhe desperta o instinto de defesa e sobrevivência. Agita-se, revolve-se no sofá, sente-se inseguro. Faz um esforço para se acalmar e perceber o que lhe inflamou as meninges. Amedronta-se — o Largo do Carmo, o Chaimite, o 25 de Abril, o povo, o fim! E se a «coisa» volta a repetir-se? Terá ele igualmente os dias contados? Sucumbir também ao mesmo «reumatismo»? Então tudo fora teatro e apenas teatro, com a última representação marcada para 6 de Outubro?

Reage, procura convencer-se a si próprio — não, a História não se repete. Liberta-se de medos e fantasmas, afasta o pessimismo. Dispõe-se a resistir, a combater, a prosseguir a «obra». Sim, ele era talhado para «situações com sal e pimenta», como recentemente confidenciara ao Expresso. Não, definitivamente não — com ele não haverá Abriladas, muito menos fora de época!

Tem quatro meses. Agarra-se à secretária, atira-se ao trabalho — esperam-no mais meia dúzia de cartas de demissão, umas quantas exonerações e outras tantas nomeações, antes de se deixar adormecer ao tentar, pela 34.ª vez, acertar as contas do Centro Cultural de Belém!





BALADA DO SOLDADO

Realização: Grigori Tchukhrai

Após ter destruído um tanque inimigo, Aliocha obtém seis dias de licença.

O tempo de um salto a casa e de um beijo à mãe. Também o tempo de dramáticos encontros e do nascer de um primeiro amor com a meiga Shura que a guerra cortará de imediato.

Impiedosa visão das misérias da retaguarda recusando heroísmos balofos e acentuando problemas humanos, este trabalho de Grigori Tchukhrai é excelente exemplo da rejeição dos «modelos estalinianos» que tinham imperado no cinema soviético durante mais de duas décadas.

O cineasta atinge aqui um dos pontos altos da sua carreira, justamente galardoado com o «prémio da melhor realização» no Festival de Londres.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

O elo quebrado

Para quantos olham com interesse crítico as encíclicas sociais publicadas após o Concílio Vaticano II, não deixa de despertar a curiosidade ao assinalarem uma omissão que, em si mesma, pode conter potencialidades altamente construtivas.

Com efeito, da leitura desses documentos ressalta a existência de um espaço quase lacunar, situado entre o diagnóstico que a igreja faz dos actuais desequilíbrios e injustiças, e o esboço ideal que fugazmente propõe de uma comunidade futura baseada na solidariedade e na reconciliação. É como se, num dado sítio certo, um elo da doutrina social católica se quebrasse.

Não é preciso forçar-se a nota para se reconhecer que quando um comunista observa os textos pastorais pós-conciliares encontra neles reflectida uma parte importante da sua visão pessoal do mundo. É que os novos textos doutrinais católicos são de raiz socialista...

Documentos semelhantes às recentes cartas pontificias — sobretudo a «Solicitude Social da Igreja» e a «Centésimo Ano» — reconhecem explicitamente a existência de mecanismos de exploração do homem pelo homem, o parasitismo das sociedades ricas e a necessidade dos Estados condicionarem a apropriação desmedida dos lucros e os abusos da propriedade privada dos meios de produção. Tal como Marx e Engels propuseram.

Esta leitura aprendeu-a a igreja com o socialismo, enquanto o criticava. Confirmou-a a prática real do convívio diário com os povos das dioceses e das paróquias. E não choca constatar-se, deste modo, que na conclusão das cartas pastorais as propostas que a hierarquia avança — como a reforma internacional do comércio e do sistema monetário-financeiro, o saneamento dos circuitos das trocas tecnológicas Norte/Sul ou a profunda reestruturação das organizações mundiais — em nada excedem as reivindicações, operárias e populares, dos movimentos socialistas.

Assim, em todo o mundo, os episcopados recorrem ao socialismo para descreverem as realidades temporais e para proporem aos homens as vias de acesso às sociedades utópicas futuras. Mas que papel entende a igreja desempenhar, activamente, como corpo social coeso, na elaboração das novas etapas da Humanidade?

Neste passo, a doutrina social católica prefere sublinhar o primado da vocação espiritual da igreja no mundo. É certo que já define o Homem como «uma síntese do Universo material» e admite a existência de uma relação indestrinçável entre a pessoa e a sociedade: mudar uma, será mudar a outra. Reconhece, também, como o faz João Paulo II, «ser grande e fecundo o campo de empenhamento e luta» que se abre perante os sindicatos e as acções dos trabalhadores.

Sem dúvida que o pensamento social católico deu grandes passos em frente. Mas também é inegável e evidente que a igreja institucional continua a recusar-se ariscar na «batalha dos pobres» parte importante das suas imensas disponibilidades — sejam de prestígio, sejam materiais.

É este, para muitos de nós, o «elo quebrado» do edifício doutrinário católico. Se a leitura moderna do episcopado é socialista, os enraizados interesses da instituição milenar reclamam um não comprometimento assumido

nos conflitos que dividem a sociedade. Mesmo que o preço a pagar seja o de um relativo afastamento entre o povo católico trabalhador e os seus guias espirituais.

Tudo aponta, no entanto, para o carácter transitório destas posições aparentemente irredutíveis. Os bispos não podem deixar de ter, mesmo quando o negam, uma consciência moral e histórica das suas responsabilidades face aos direitos que são negados aos povos. Também compreendem, inevitavelmente, que por muito poderosa que a igreja possa ser, ela jamais terá forças para, por si só, extirpar a injustiça da face da Terra. E sentem um desagrado profundo por confrontarem, diariamente, as teses da igreja triunfante com o crescente descalabro moral das sociedades modernas. Também esses bispos estão «condenados» a avançar para posições mais sãs.

Não é por acaso que, na Encíclica «Centésimo Ano», João Paulo II retoma o tema esquecido do diálogo com os não crentes: «A disponibilidade para o diálogo e para a colaboração vale para todos os homens de boa vontade» — declarou o Papa, em nome da igreja mundial — «de modo particular para as pessoas e grupos com responsabilidades específicas no campo político, económico e social, tanto a nível nacional como internacional» (CA, N.º 60).

Terá a hierarquia portuguesa lido esta encíclica com a devida atenção? Não se preparará para fazer ouvidos moucos como aconteceu em 1965, quando os bispos sinodais proclamaram: «A igreja respeita absolutamente os não crentes e afirma, com sinceridade, que todos os homens — crentes ou não — devem colaborar na construção do mundo no qual vivem, em comum, o que naturalmente não é possível sem um diálogo leal e prudente» (Constituição Pastoral «A Igreja no Mundo Contemporâneo»)?

Veremos o que irá, no futuro, acontecer em Portugal.

Importa, ainda, acrescentar em conclusão duas palavras quanto ao nosso próprio comportamento no plano das relações efectivas com o mundo católico.

Teremos, nós, a clara noção de que a igreja se não resume aos rituais litúrgicos? Estaremos seguros de que nada do que urge fazer no nosso país será praticável sem a intervenção activa do povo católico? Teremos como norma — nas autarquias, nos sindicatos, nas empresas — comunicar aos católicos de boa vontade e às suas organizações os nossos projectos, as nossas dificuldades e as nossas esperanças de construirmos um mundo melhor?

Se apenas criticarmos as hierarquias pouco mais conseguiremos que o exercício da liberdade de crítica. Mas o campo social que se rasga à nossa frente é bem maior.

Existe uma infinidade de aspectos comuns entre todos os homens que aspiram a um mundo melhor, sobretudo no plano moral. Se se esboroassem, de um dia para o outro, o obscurantismo das palavras e a barreira dos preconceitos, veríamos como este entendimento seria fácil de alcançar.

Mas isto acontecerá. É uma questão de tempo.

■ Jorge André



Um direito a concretizar

O PCP apresentou publicamente um documento em que faz a análise da actual situação da habitação no nosso país e propõe um largo conjunto de medidas para solucionar o problema

O documento divulgado em conferência de imprensa, quinta-feira da semana passada, refere que «todos os portugueses aspiram e têm direito a uma habitação digna». Contudo, ao longo dos anos, «os sucessivos governos, com a participação do PS e do PSD, têm revelado completa incapacidade e mesmo falta de vontade política para enfrentar o problema, apontar caminhos e concretizar políticas que permitam a sua solução». Particularmente grave, considera-se, é o facto de «um partido, o PSD, que dirige sozinho o governo há seis anos consecutivos, não tenha definido uma política ou tomado uma única medida tendente a alterar a situação».

Salientando que a solução dos problemas exige tempo, «mas quem o teve desperdiçou a oportunidade», os intervenientes denunciaram que «a situação habitacional agravou-se, há mais dificuldades de acesso a uma casa para comprar ou arrendar». «A habitação transformou-se num gravíssimo problema social e está no centro das preocupações dos portugueses, dos mais desfavorecidos economicamente, mas também, e crescentemente, de outros sectores sociais.»

Mais adiante referiu-se que «no quadro constitucional e institucional português não só o Estado tem pesadas responsabilidades na resolução do problema habitacional, como essas responsabilidades recaem por inteiro sobre a administração central».

Sobre a prática dos sucessivos governos, e em particular dos governos chefiados por Cavaco Silva, «os números, que muitas vezes ajudam a esquecer os dramas irreversíveis que afectam pessoas concretas, são também, neste caso, suficientemente claros». Em relação aos fogos construídos desde 1980, o sector público nunca ultrapassou os 14,8 por cento, em 1980, e tem vindo a decrescer atingindo 2,6 por cento em 1988 e 7 por cento em 1989. O sector cooperativo atinge cerca de 6 por cento e o sector privado tem assegurado cerca de 90 por cento da habitação nos últimos anos.



Na conferência de Imprensa participaram Lino Paulo, vereador da CM de Sintra, Agostinho Lopes, da Comissão Política, Carlos Vicente e Álvaro Pato

Actualmente a administração central não promove a construção de um único fogo, e dos fogos construídos apenas 17 por cento se destinaram a arrendamento, com o consequente estrangulamento do respectivo mercado. Por outro lado a produção de habitação de custos controlados, prevista no Plano de Desenvolvimento da Habitação, lançado em 1988, tem um volume de investimento de 56 por cento do previsto.

A aquisição de habitação é feita quase exclusivamente com o recurso ao crédito, com elevadas taxas de juro, mas este serve, cada vez mais apenas famílias de média e alta solvência. É de assinalar que o número de contratos em 1990 corresponde apenas a 60 por cento dos contratos celebrados em 1987. Por outro lado, um agregado familiar, em 1989, para ter acesso a um empréstimo de montante igual a outro contraído em 1987, necessitava de ter um acréscimo de rendimento da ordem dos 80 por cento, relativamente ao que auferia em 1987, e obteria, mesmo assim uma habitação de menor valor.

Segundo foi salientado, a carência habitacional no nosso país situa-se entre os 500 mil e os 800 mil fogos; existe uma procura anual de dezenas de milhares de fogos para novos agregados familiares (por ano são registados 70

mil casamentos); existe uma degradação permanente e acentuada do parque habitacional que, estima-se, atinge 20 mil a 25 mil fogos por ano.

É possível afirmar também que por ano se constroem ou recuperam, em Portugal, apenas 50 mil fogos, segundo a média registada entre 1987 e 1989. Deste modo, em Portugal não se constrói sequer por ano o necessário para corresponder às novas necessidades de habitação, e muito menos para diminuir o actual défice habitacional.

A situação criada no sector da habitação é mais um exemplo da completa falência da política do Governo PSD que deixa em aberto e em condições de mais difícil solução, duas questões essenciais:

- a criação de condições para a construção intensiva de habitações;

- a criação de condições familiares para que estes possam ter acesso à habitação, quer em regime de arrendamento, quer pela aquisição de casa própria.

Atendendo a que mais de metade dos portugueses, segundo dados oficiais, auferem rendimentos *per capita* inferiores a 45 mil escudos e que tem vindo a verificar-se perda de poder de compra de largos sectores sociais, torna-se claro que a grande maioria das famílias não tem de facto acesso à habitação nas actuais condições.

18 medidas para uma nova política de habitação

O PCP apresentou, a semana passada em conferência de imprensa, dezoito medidas, que considera como «linhas essenciais de uma política alternativa para o sector da habitação». Este conjunto de propostas destina-se a ser aplicado «por um futuro Governo» de modo a actuarem «em simultâneo nas várias componentes do processo - desde a política de solos e de ordenamentos do território, à promoção habitacional, à reabilitação do parque habitacional, ao arrendamento, ao apoio à indústria de construção, ao financiamento e à fiscalidade».

A primeira define um Plano Nacional de Habitação que, conferindo uma dimensão nacional ao problema, «seja assumido como peça essencial da política nacional de habitação a adoptar».

Como segunda medida, é preconizada a adopção de uma legislação de solos e de um quadro legal ligado à prática urbanística, adequados ao Plano Nacional de Habitação, de modo a que «o Estado seja o verdadeiro motor e orientador, em termos do interesse público, do crescimento urbano». Esta proposta visa igualmente «a coexistência dos interesses públicos e privados, garantindo aos primeiros a criação de reservas fundiárias destinadas a fogos para estratos de menores recursos, e possibilitando aos segundos a justa renda pela participação na criação de solo urbano».

Outra medida visa «garantir às autarquias efectiva capacidade institucional de intervir na política de solos, simplificando os processos de expropriação e dando a este nível competências às autarquias».

Seguidamente o PCP defende «a concretização pelo Estado e pela administração central, em cooperação com outros níveis da administração, instituições públicas, privadas e cooperativas, de um vasto programa de construção de habitação destinada aos estratos de menores recursos (arrendamento e compra apoiada).

A descentralização de competências na promoção de habitação para os municípios e regiões administrativas (ou Associações de Municípios, até à sua criação), desde que acompanhadas de meios financeiros adequados e da assunção da responsabilidade essencial da administração neste domínio, é outra medida considerada indispensável.

A sexta medida prevê a instituição de novos sistemas de financiamento às cooperativas e às empresas que pretendam construir fogos de custo controlado, e o apoio à auto-construção. Para isso é necessário tornar menos pesado o crédito na aquisição de fogos produzidos pelas cooperativas, impedindo a especulação em segundas transmissões.

O PCP vê igualmente necessário «redimensionar e reestruturar os actuais organismos estatais de âmbito nacional (INH e IGAPHE), adaptando-os à necessária descentralização e regionalização».

Por outro lado, defende-se a criação de medidas institucionais e de financiamento que possibilitem e motivem a recuperação de áreas degradadas, sejam elas centros e núcleos históricos ou sejam resultantes de loteamentos ilegais, e a conservação e reabilitação do parque habitacional degradado.

Preconizada é também a «participação das populações nas operações de reabilitação, garantindo que a expulsão dos habitantes não seja o preço social a pagar pela reabilitação».

A décima medida aponta para a substituição do RE-CRIA por outros instrumentos de financiamento dotados de meios e abertos quer ao parque habitacional arrendado quer ao de habitação própria.

Mais adiante, o documento propõe «promover o desenvolvimento do mercado de arrendamento e redefinir todo o esquema actual de subsídios, alargando a sua concessão a estratos sociais e a valores de renda que hoje se encontram afastados dos mesmos».

O PCP propõe ainda «promover a criação de parque habitacional para arrendamento em fogos de custo controlado e a institucionalização de um subsídio através do qual a administração central compense o diferencial entre a técnica e a renda social, nos programas para arrendamento social promovidos por autarquias cooperativas e outras instituições».

O apoio do Estado à renovação, redimensionamento e reapetrechamento das empresas de construção, assegurando frentes de trabalho por um período suficientemente largo, o apoio à formação profissional no sector e a aplicação de recursos financeiros da CEE ao sector da construção de edifícios e habitações, são igualmente medidas preconizadas pelos comunistas.

Segue-se a reformulação do crédito bonificado para a aquisição de habitação, com o aumento significativo do volume de crédito disponível a juros mais baixos, com o objectivo de alargar o acesso à habitação a um número maior de pessoas e que os subsídios inerentes às bonificações (dinheiros públicos) tenham uma maior eficácia na sua aplicação.

O PCP considera igualmente necessário uma «política de subsídios amplamente incentivadora da construção de habitação com controlo de custos, eventualmente diferente da actual, procurando incentivar os promotores e construtores a optar por habitações com preços mais acessíveis aos portugueses».

Por fim, a décima oitava medida, exige que para a alteração radical da grave situação da habitação em Portugal, além da intervenção e investimento do Estado, se adopte um pacote legislativo que corrija e complemente alguns aspectos da legislação actual, mas que sobretudo crie um novo quadro legislativo susceptível de contribuir para a solução dos problemas do sector.

■ Lino Lima

Crescer para quê? e para quem?

O sr. Cavaco Silva e os seus asseclas enchem o peito e a boca com o «crescimento» da nossa economia e lançam aos quatro ventos números reveladores da evolução favorável do produto interno bruto, da produtividade, do investimento e do crescimento do emprego, etc. E, no recente debate na Assembleia da República sobre a situação económica do país, promovido pelo nosso Partido, os seus ministros revelaram até, cheios de euforia, as altas percentagens de portugueses que, graças à sábia política governamental, dispõem de fogão e outros utensílios domésticos. Mas excluíram destes os penicos apesar de tais objectos serem de uma importância não displicente, dada a enorme percentagem de habitações que, em Portugal, não dispõem de retrete. Isso torna-os indispensáveis para garantir a limpeza doméstica, salvo naquelas casas em que se pode «ir à horta». Diante dos penicos, porém, o ministro Silva Peneda manteve um envergonhado silêncio, escusando-se a revelar números que, por certo, deixariam toda a gente atônita com tanta abundância penical, devida à deslumbrante e sábia política do PSD e do seu chefe.

Na análise da situação económica de um país não são para desprezar os índices invocados pelo governo para afirmar o crescimento da nossa economia. Mas a economia não é um fim em si mesmo. Ela destina-se a servir os homens, a proporcionar-lhes um melhor nível de vida material e espiritual. No caso de Portugal, ela deve destinar-se a servir «todos» os portugueses, a dar-lhes «alegria de viver». Isto não é novidade para ninguém, embora seja esquecido com uma lamentável frequência porque, regra geral, as classes dominantes não têm qualquer interesse em evidenciar essa finalidade da economia. No seu egoísmo — que os argumentos intelectuais, morais e religiosos até aqui se mostraram incapazes de dominar — a economia só serve para proporcionar-lhes o máximo lucro e, com essa intenção, abocanham o mais possível dos rendimentos do trabalho daqueles que trabalham. Detentores dos meios de produção, põem a economia ao seu serviço e não ao serviço do Homem.

Quase chega a ser pretencioso dizer estas coisas, de tão sabidas que elas são. Mas os partidários do novo liberalismo económico, como o sr. Cavaco Silva e os seus amigos da alta finança e dos grandes grupos económicos, obrigam a lembrá-lo para desmistificar os pretensos sucessos económicos de que se gabam sem receio.

Não é indiferente para os trabalhadores que a produtividade suba ou não suba, que o investimento e o emprego aumentem ou não. Uma ou outra coisa têm para si efeitos diferentes ou podem tê-los. Também não

lhes é indiferente que, em consequência do aumento da produtividade e do investimento, entre outros factores, o produto interno bruto cresça ou não cresça, pois só em consequência do seu crescimento se pode aumentar o rendimento nacional que há-de ser repartido pelos portugueses. Mas não basta atirarem-nos à cara com tais índices, como faz o governo e os seus partidários. É preciso acrescentar-lhes um outro, sem o qual nenhum de nós sabe se está a trabalhar em benefício da generalidade dos portugueses ou em benefício de uma pequena minoria deles. Já não é, para nós, uma novidade **empobrecer a fazer crescer** a economia.

Efectivamente, na década de 50, quando se instalaram em Portugal a siderurgia, a petroquímica, a construção naval, etc., o produto interno bruto cresceu a níveis superiores aos actuais. E, contudo, nessa mesma ocasião, verificava-se um empobrecimento tão acentuado da generalidade dos trabalhadores que, na década de 60, não lhes restou outro caminho senão o de fugirem em massa para o estrangeiro. Milhão e meio a dois milhões de portugueses, alguns legalmente e a maioria «a salto», foram para outros países, não por espírito de aventura, mas porque as condições de vida na sua terra se tinham tornado miseráveis. Ao contrário da regra, o senso de 1970 mostrou que havia, nesse ano, menos portugueses em Portugal do que em 1960. Aldeias inteiras despovoaram-se. O capital tinha-se alambazado com a maior parte do rendimento nacional.

Os argumentos do sr. Cavaco Silva e da alegre rapaziada que o acompanha só terão seriedade se, nos índices que ele normalmente cita com a vaidade de um outro «salvador», acrescentar o da divisão do rendimento nacional. Só com esta indicação ficaremos habilitados a saber se os portugueses que trabalham o fazem também em seu proveito ou o fazem só em proveito do capital, isto é, de uma minoria privilegiada pela política do governo. Só com o conhecimento desse índice se poderá saber a qualidade do governo que temos, se é um governo a governar para a generalidade dos portugueses ou um governo a governar para que alguns portugueses «se governem». Então ficaremos a saber quem tira vantagem do tão apregoado «crescimento da economia, alcançado através do aumento da produtividade, do aumento do investimento e do crescimento do em-

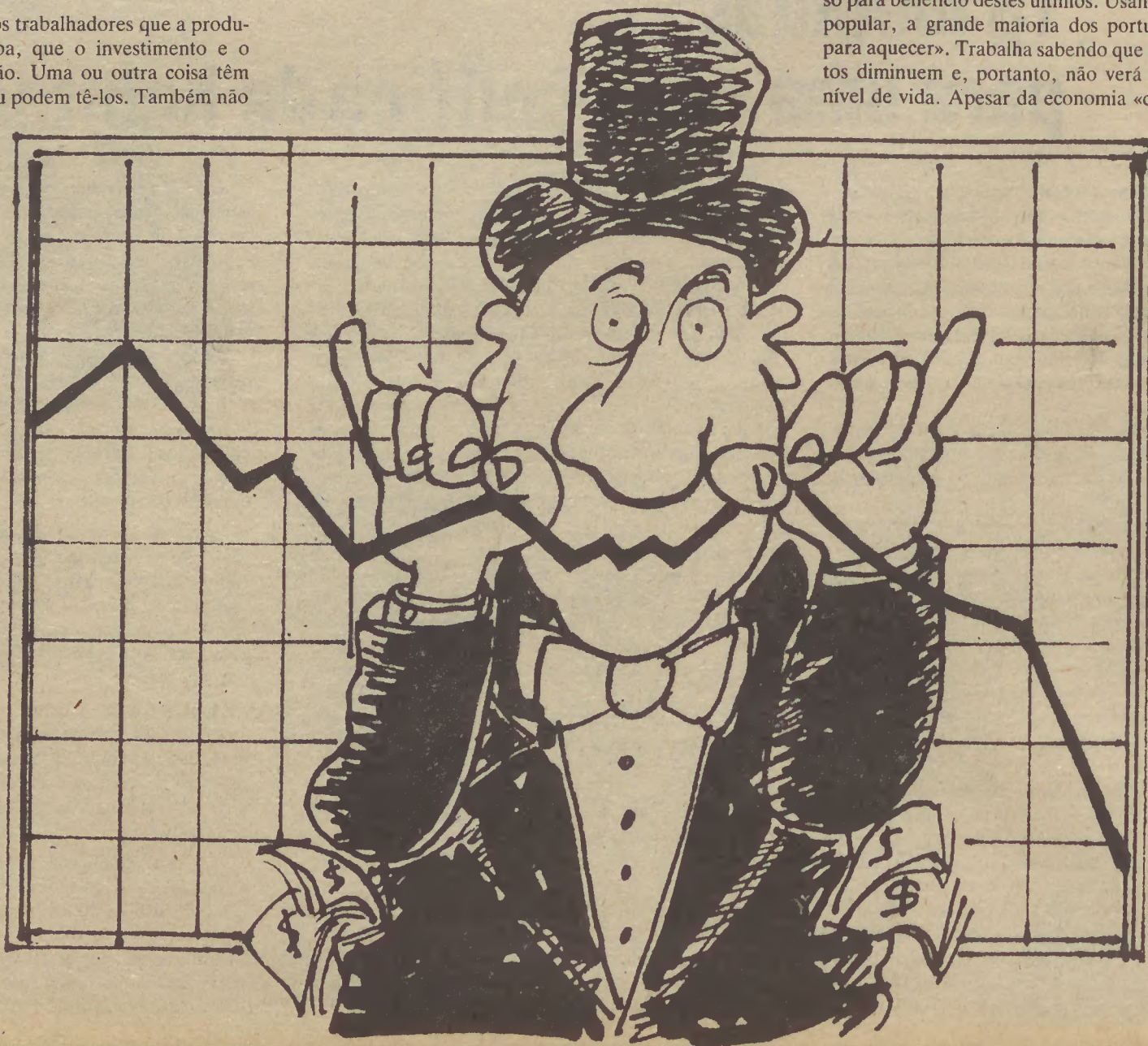
prego, etc.». Ficaremos a saber se os portugueses não andam «a trabalhar p'ro bispo»...

Desconfio que o sr. Cavaco Silva aqui engasga. Talvez considere isso «segredo de Estado» e entenda ter de o guardar consigo *in pecto*, como se fosse uma daquelas «vergonhas da família» que a ninguém podem ser reveladas e se levam para a cova escondidas no caixão.

Com efeito, é de fazer corar um político com vergonha a forma como se processa, em Portugal, a distribuição do rendimento nacional. Estamos a seguir a par e passo o que sucedia no tempo do sr. Salazar que, como é sabido, nunca teve nesta matéria dez réis de vergonha. De ano para ano aumenta a proporção do rendimento nacional distribuído pelo capital e mingua aquela que é reservada ao factor trabalho. Como se disse no debate promovido pelo Grupo Parlamentar do PCP, a comparação do «peso dos salários» com o «peso dos lucros» no rendimento nacional é bem ilustrativa de que o crescimento económico do país tem beneficiado largamente os detentores do capital. A parte dos lucros no rendimento nacional subiu de 6,9% em 86 para 12,8% em 90. Ora, sabendo-se que o lucro é apenas parte do rendimento recebido pela classe não trabalhadora, o significado destas cifras mais se esclarece lembrando que, nesse mesmo rendimento nacional, a parte dos salários desceu de 46,9% em 85 e 44,8% em 86 para 42% em 1989. Exemplificando, os nossos camaradas deputados referiram que se em 1990 os salários tivessem tido uma comparticipação, embora baixa, de 46,9% do rendimento nacional, isto é, aquela que tiveram em 1985, os trabalhadores assalariados tinham recebido, nesse ano, mais cerca de 350 milhões de contos, o que significaria, em média, mais 110 contos por cada trabalhador.

Perante tais números, o sr. Cavaco Silva e o seu liberalismo económico, o seu «menos Estado e melhor Estado», bem podem limpar as mãos à parede e, depois, escondê-las atrás das costas. Não são mãos com limpeza suficiente para se apresentarem aos trabalhadores portugueses, que «não só ganham menos que os dos restantes países comunitários, como são os que mais trabalham», disseram também e provaram os deputados comunistas na Assembleia da República.

Eis-nos assim numa situação idêntica à que se verificou em Portugal durante a ditadura salazarista: — uma maioria esmagadora de portugueses trabalha para que uma ínfima minoria deles enriqueça. A economia cresce só para benefício destes últimos. Usando uma expressão popular, a grande maioria dos portugueses «trabalha para aquecer». Trabalha sabendo que os seus rendimentos diminuem e, portanto, não verá melhorado o seu nível de vida. Apesar da economia «crescer»...



Processo de Paz em Angola

Percurso dos protagonistas

Parece lógico que alcançado um determinado objectivo ou quando se está prestes a alcançá-lo que se olhe o caminho andado. E se o objectivo a alcançar tiver a legitimá-lo dois ou mais protagonistas é ainda natural que se olhe o caminho de cada um até ao acordo.

Ao cabo de tantos anos de guerra, de tanto sonho sonhado e de tanta frustração, Angola e o seu povo iniciam um processo de paz que se pretende duradouro.

Esse desejo é profundamente sentido por todo o tecido social angolano. Vivendo em guerra há mais de 30 anos, não podem caber dúvidas em ninguém que a aspiração a viver em paz bate à porta do coração das angolanos e dos angolanos.

Este anseio nasce da força da realidade angolana e da realidade mundial. Mais que em qualquer outra ocasião a paz é sentida e querida pelos povos como condição de desenvolvimento. As propostas soviéticas, o dinamismo da política externa soviética, particularmente da perestroika, que perderam, entretanto, o fulgor devido à crise profunda que hoje atravessa a URSS e de que os EUA tiram vantagens, como foi evidente na guerra do Golfo e não só.

A República Popular de Angola viveu desde a independência em circunstâncias muito especiais, e a História a escrever ser-lhe-á muito mais lisonjeira do que pretendem hoje certos comentaristas apressadíssimos na glorificação da Unita e de Jonas Savimbi.

A RPA soube defender a integridade territorial face ao hegemonismo e ao belicismo da África do Sul racista. A independência de Angola, a maior das suas conquistas, não é hoje discutível.

A RPA para defender a sua integridade territorial teve de bater-se no sul de Angola contra o exército racista, um dos mais poderosos do mundo.

A partir da Namíbia que manteve ocupada até ao final da década de 80, a África do Sul nunca deixou viver Angola em paz. Foi a RPA que se bateu contra a África do Sul. Foi a Unita que veio pela mão dos sul-africanos instalar-se na Jamba.

A RPA defendeu a independência de Angola. A Unita aliou-se ao ocupante estrangeiro.

Um país recém-independente com uma enorme exten-

são, pediu ao abrigo da Carta das Nações Unidas ajuda militar a Cuba. É um direito que lhe assiste. Ao cabo de 16 anos os cubanos regressavam a Cuba por acordo entre os dois governos, tudo conforme o direito internacional.

Mas ao cabo de 40 anos os mais de 50 000 soldados dos EUA não saíram ainda da Coreia do Sul, enquanto na Coreia do Norte não há qualquer soldado estrangeiro.

A RPA manteve uma posição de grande dignidade face à luta dos povos da África do Sul e da Namíbia. Quer o ANC, quer a SWAPO, contaram com o apoio de Angola, enquanto a Unita combatia ao lado dos racistas contra o ANC e a SWAPO.

A RPA estava com Sam Nujoma, Oliver Tambo, Nelson Mandela e Savimbi esteve com Vorster e Botha.

A posição da RPA ajudou a Namíbia a ser independente mais cedo, e a posição da Unita a prolongar a ocupação militar ilegal do território.

A posição da RPA ajudou a acelerar as reformas na África do Sul, a posição de Savimbi ajudou os racistas a prolongarem o seu reinado.

A libertação da África Austral deve muito à RPA e ao MPLA. Savimbi esteve contra este processo.

No que se refere a Angola, Savimbi, é bom afirmá-lo, em nome da verdade, notabilizou-se pelo seu desbragado terrorismo.

Savimbi considerou os cooperantes portugueses como alvos estratégicos da sua guerra. Emboscou, raptou, assassinou, portuguesas e portugueses. Moveu uma guerra que atingiu religiosas e religiosos, comerciantes, enfermeiros, postos da Cruz Vermelha, hospitais.

Savimbi não olhou a meios para atingir os seus

fins, o que é ou deve ser estranho a qualquer movimento de libertação. O que fez mover Savimbi não foi a democracia. Foi o poder. Vezes sem conta a rádio «Voz do Galo» anunciou a entrada em Luanda...

A força de Savimbi não foi só a sua própria força. Foi também a força dos seus aliados. Foi a obstinação dos EUA no que respeita ao apoio militar à Unita para derrubar o governo da RPA. Foi a força económica dos EUA, do FMI, do Banco Mundial e a fraqueza das enormes dificuldades em que se encontram os países socialistas, aliados da primeira hora de Angola.

Contando Savimbi com a África do Sul, com o Zaire (depois da independência da Namíbia) com os EUA, a RPA procurou poupar o seu povo a maiores sofrimentos e encentou o processo em curso.

Savimbi terá dificuldades em adaptar-se ou em viver em democracia. Protegido pela PIDE, pelos racistas, por Mobutu e outros parecidos, Savimbi não tem lições de democracia a dar.

A RPA tem de ser vista como já se disse no contexto regional e mundial dos anos 70 e 80.

O MPLA soube defender a independência e tentou arrancar com um processo político virado para o progresso social e o socialismo. Por este «crime» os EUA e os racistas deram tudo à Unita para ela travar e inverter este processo. Como não bastasse, a própria África do Sul decidiu intervir e ocupar militarmente Angola. Esta foi, é e será a verdade dos factos. Os EUA ainda não reconhecem a República Popular de Angola, que, diga-se o que disser, tem um profundo significado, pois não só reconhecem a África do Sul racista como com ela colaboraram, incluindo no ataque a Angola.

O multipartidarismo já chegou a Angola, mas ainda não chegou à África do Sul nem ao Zaire.

É evidente que a liberdade e a democracia são elementos universais. Foi o MPLA quem iniciou o processo que conduziu à situação actual.

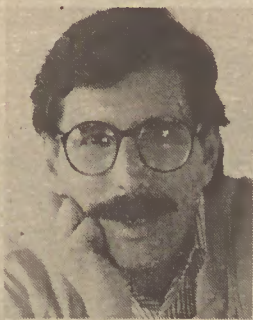
Não se quer com isto dizer, e ousa afirmá-lo, que o multipartidarismo é o remédio santo para o atraso económico e subdesenvolvimento. Em muitos casos é a forma de pretender afastar do poder os «incómodos» para os interesses dos EUA, sobretudo nos países progressistas de África mantendo cumplicidades com ferozes ditaduras de partido ou pessoa única.

Não se pretende apagar erros, mais e menos graves do MPLA e do governo. Não se pretende passar uma esponja por abusos, autoritarismos e coisas inerentes ao tipo de poder estabelecido. De modo nenhum. Mas também não se pode esquecer o que cada um dos protagonistas fez. E a História da Unita é muito a História de um movimento que se dizendo nacionalista se aliou à PIDE, aos racistas e a outros estrangeiros para combater o povo angolano, sul-africano e namibiano. O que é verdade é para se dizer. Sem medo. Como deve ser em democracia.

Angola iniciou um processo cujos pressupostos são alcançar a paz e possibilitar ao seu povo manifestar-se livre e democraticamente.

Se assim for, estou em crer que o povo angolano sem esquecer problemas que o governo não resolveu e podia ter resolvido, sem esquecer atrasos, erros, abusos, não esquecerá entretanto que a Unita atacou os seus compatriotas e ajudou a destruir seu próprio país. Até lá, muita água vai continuar a passar sob as pontes que a Unita não destruiu.

Angola iniciou um processo cujos pressupostos são alcançar a paz e possibilitar ao seu povo manifestar-se livre e democraticamente



DOMINGOS LOPES
Membro Suplente
do Comité Central



PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Pacote laboral

Famigerado, o tal pacote laboral...

O Governo ouviu os inquiridos. Ouviu-os, sim senhor. Mas depois fez ouvidos de mercador...

Pensa já aprová-lo. Não querem? Deixá-lo. O deputado-yes já o motor aquece...

Contra tal intenção há quem se cale. Então preciso é que se diga nesta intriga isso que o povo diz sabiamente: quem não se rala quem se cala... consente.

Mais uma derrota

Os enfermeiros — diz o Provedor — estão com a razão e ter razão é máxima virtude. O Governo perdeu no terreno legal. É natural, é natural... .. houve quem lhe tratasse da saúde...

Isto é uma alegria!

Sou um pobre desgraçadinho. Sofro eu, sofro sozinho, metido na minha cave. «O País é um maná...» diz Cavaco. Então vou já vou para o Vale do Ave...

Pois aqui o meu vizinho como eu desgraçadinho («Portugal é um jardim...») ouviu dizer e pensou: — Para a agricultura vou decerto há lugar para mim...

Um operário no seu caminho sente-se desgraçadinho sofre de noite e de dia. «É só a ti que te dói...» (diz Cavaco) e o operário foi trabalhar na Siderurgia...

Portugal, belo cantinho e tão, tão desgraçadinho no paço da sorte avara... Diz Cavaco: «É grande o bolo...» mas o país é tão tolo, coitado, que nem repara...

O nariz de Pinóquio

Escuto na TV: «Crescimento aumentou...» E eu pergunto: O povo, o que ganhou?...

Sim, sim, cresceram certas algibeiras e alguns tachos debaixo das torneiras...

Certas contas no Banco galoparam. O povo as contas fez — e não chegaram...

O crescimento? O desenvolvimento? Pra todos foi um grande choque. E o nariz do professor, neste momento, já sofre do complexo do Pinóquio...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



A visita do Primeiro

Cavaco Silva foi anteontem à Assembleia da República por sua vontade e ao abrigo de um mecanismo expressamente criado para o efeito pela maioria PSD. Compreende-se. Um Primeiro-Ministro do gabarito de Cavaco Silva não vai à Assembleia da República quando os deputados querem, mas apenas quando o entende - e se o entender. E que ninguém se queixe, porque isto já é uma prebenda democrática de alto coturno: o professor Salazar, nem chamado nem por livre vontade punha as botas no hemicírculo de S. Bento. Tratou-se de uma exibição que não surpreendeu quem quer que seja: o auto-elogio desembestou no nível de descaramento a que Cavaco Silva nos habituou e, se fosse levado a sério, ficaria toda a gente sem perceber como é que este País pôde sobreviver para cima de oito séculos sem a intervenção deste homem.

A novidade esteve no mise en scène. Embora de penteado sempre primorosamente esculpido e em fatinho de meter inveja ao homem da Regisconta, o Primeiro-Ministro esbracejou, agitou os dedos e as mãos, balanceou no lugar, procurou tirar o que pôde da rouquidão da voz e

até riu. Trata-se de uma alteração de tomo: do indiscutível ar sério que cultivou durante quatro anos, Cavaco Silva já se vê forçado a... brincar.

A fuga do vulcão

O vulcão de Pinatubo, nas Filipinas, entrou em erupção após 600 anos de inactividade, lançando lava e densas nuvens de fumo num raio de vários quilómetros. A base aérea norte-americana de Clark fica a 20 km do vulcão, pelo que as autoridades dos EUA já ordenaram a retirada dos 16 000 militares e civis norte-americanos que lá vivem, transferindo-os para a base naval de Subic Bay, 50 km a leste da base de Clark. Sendo suposto que estas bases militares norte-americanas em território filipino têm por objectivo proteger este aliado do Pacífico, não se compreende por que se retiram os EUA tão rapidamente de ao pé do vulcão deixando lá... os amigos.

Tabacos

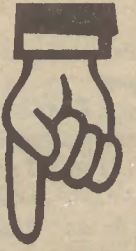
Segundo um relatório da «Economist Intelligence Unit» (mais um organismo que se dedica a fazer boas as contas do capitalismo), o consumo do tabaco aumentará a uma média anual de 2,5% na América Latina, 3,2% no Médio Oriente, 4,1% no Norte de

África, 4,7% na África sub saariana e 7,1% nos países asiáticos em vias de desenvolvimento, enquanto a tendência registada nos países industrializados aponta para uma diminuição de consumo de cerca de 0,5% ao ano. É claro que, com dados tão animadores, a produção de tabaco (controlada pelos tais países industrializados que cada vez fumam menos) vai crescer até ao ano 2000, como também prevê o relatório. É que, para os pobrezinhos (a maioria dos habitantes do planeta), há que lhes dar «para tabaco».

Inaugurações

Ferreira do Amaral, ministro dos Transportes e Comunicações, foi mais uma vez aos troços de auto-estrada que o Governo anda afanosamente a abrir ali para as bandas do Estoril e Sintra a ver se ainda se vê alguma coisa até às eleições, e não foi de moto, como consta que o faz tão frequentemente que os trabalhadores já o apedrejam. Agora levou a Comunicação Social atrás e falou tão bem que, quem o viu, ouviu e leu, julgou estar a assistir a mais uma inauguração. A este ritmo, quando o ministro inaugurar, efectivamente, estes troços de auto-estrada, o problema vai ser descobrir espaço para tanta rodovia já inaugurada...

frases da Semana



«A RTP conta por igual um minuto de provocação a Cunha, um minuto de Sampaio ou Freitas à distância e em voz-off com um minuto do depoimento imperturbado do presidente do PSD, acrescido de um minuto de loas ao Primeiro-Ministro. É uma burla que só não vê quem não quer: a maioria do PSD e, passe a tautologia, o PRD.»

*** Nuno Brederode Santos, «O Independente», 12.06.91.

«O cansaço em que já todos estão vai permitindo que os jornalistas se vão chegando junto às portas da sala e vão também, eles próprios, ouvindo algo daquilo que se está lá a passar.»

*** Isabel Horta, repórter do Canal 1, em directo da sede do CDS, «Jornal de Sábado», 25.05.91.

«Os critérios dos políticos, tanto no poder como na oposição, não se identificam com os dos jornalistas. É difícil fazer entender que cada acontecimento vale pelo interesse que tem e que os jornalistas não são gestores de tempos de antena.»

*** Manuel Menezes, «pivot» do «Telejornal», 23.05.91.

«A RTP, ao proceder como faz, dá a impressão de que quer inculcar no público a ideia de que há pessoas naturalmente destinadas a governar, e são os que interessa mostrar; depois há outras, que protestam, por vã cobiça, e não convém muito mostrá-las.»

*** Rogério Martins, «Público», 2.06.91.

«É evidente que as Comissões (de Inquérito) continuarão a trabalhar e, se chegarem à fase (e esperamos que sim) de conclusão dos seus trabalhos e de aprovação de um Relatório, nada impedirá (nada impedirá!) que seja convocado um Plenário para a sua aprovação e debate.»

*** Guilherme Silva, deputado do PSD, «Encontro à Uma», RTP 1, 8.06.91.

«Sr. Deputado (António Barreto) aí está um caso em que o senhor dá mais confiança ao Tribunal de Contas do que eu, eventualmente pelo facto de o seu Presidente (digo isto frontalmente) ter tido nos últimos tempos um comportamento que se me afigura por vezes mais de guerrilheiro do que, propriamente, de um fiscalizador.»

*** Silva Marques, deputado do PSD na AR, «Telejornal», 7.06.91.

«Quem não conhece a música «A Garota de Ipanema»? O seu autor, o saxofonista Stan Getz, faleceu ontem em Malibu, na Califórnia.»

*** Fátima Matos Silva, «pivot» do «Jornal da Tarde», RTP 1, 7.06.91.



Álvaro Cunhal no distrito do Porto

Sábado às 14.30

Encontro-convívio com trabalhadores na Junta de Freguesia do Bonfim

- Os problemas dos trabalhadores do distrito
- A política laboral e social do Governo
- As propostas do PCP para uma vida melhor

No encerramento:

Convívio no CT da R. Barão de S. Cosme

Sábado às 16.00

Festa da CDU da Maia

no Mercado-Feira
de Pedrouços

Às 21.00

Comício com intervenção de
Álvaro Cunhal

Domingo a partir das 12.30

Festa da CDU de Matosinhos

em Leça da Palmeira

Almoço-convívio

Jogos populares

Música ao vivo

Intervenção de Álvaro Cunhal

III Assembleia da Organização Regional de Viseu

No Salão da Assembleia Municipal (Solar dos Peixotos) realiza-se no próximo domingo a III Assembleia da Organização Regional de Viseu do PCP, convocada para fazer o balanço do trabalho do Partido e discutir a evolução da situação social no distrito desde a última Assembleia da Organização, há dois anos.

O camarada Carlos Carvalhas participa na Assembleia e intervém no seu encerramento.

Encontro distrital de Aveiro da CDU

Neste Encontro, que terá lugar no próximo sábado, a partir das 15.00, no Auditório da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, será apresentada publicamente a lista da CDU pelo círculo de Aveiro e discutidos aspectos da intervenção eleitoral, com destaque para as propostas a apresentar à população.

I Assembleia da Organização de Odivelas

A I Assembleia da Organização de Freguesia de Odivelas tem lugar no próximo domingo, a partir das 14.30, no Pavilhão Polivalente de Odivelas.

Estará presente o camarada José Casanova.

Assembleia da célula da TAP

A célula da TAP reúne-se em Assembleia no próximo dia 19, a partir das 19.00, no CT António Serpa, para eleição do novo secretariado e discussão e aprovação do plano de trabalho eleitoral.

Célula da Siderurgia

Como anunciámos no último número, realiza-se na sexta-feira no Centro de Trabalho de Paio Pires um plenário da Célula da Siderurgia Nacional, para discussão da situação política e social e tarefas imediatas da organização.

Debates JCP

Integrado na série de iniciativas «Transformar — Juventude anos 90» que a JCP está a promover, realiza-se amanhã, dia 17, como habitualmente às 18.00 e no Bar Novo da Faculdade de Letras de Lisboa, um debate subordinado ao tema Precariedade no emprego e direitos da Juventude.

Zona sul de Vila Franca

Eleitos das três freguesias desta zona — Póvoa, Vialonga e Forte da Casa — reúnem-se na sexta-feira às 21.30, no Centro de Trabalho de Vialonga do PCP, com activistas locais para discussão de problemas comuns.

Iniciativas no distrito de Lisboa

Sessão de esclarecimento em Mafra — nos Bombeiros Voluntários, às 21.30, com o camarada Domingos Lopes;

comício na Venda Nova — no sábado às 21.30, no Largo da Falagueira, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa;

sessão em Oeiras — na Pedreira Italiana, domingo às 15.00, promovida pela organização de Oeiras;

almoço-convívio em Carnaxide — no domingo a partir das 13.00, com a participação do camarada Alexandre Teixeira.

Domingo
no Apeadeiro de Sarilhos

Convívio alentejano no Montijo

Desporto

Jogos populares

Rancho e grupo coral alentejano

às 16.30

Intervenção sobre a situação política
por

Octávio Teixeira

Peniche

Encontro da Juventude CDU de Leiria

Convívio na praia, de manhã,
piquenique às 13.00

desporto às 15.00

debate sobre as eleições às
17.00

Espectáculo às 21.30

(no Anfiteatro

junto ao Jardim Público)



Tapeçaria na Casa do Adro

Graciete Rosa Rosa volta a expor algumas das suas tapeçarias e esculturas, combinações originais de pano e outros materiais. Na Casa do Adro, um espaço do Museu Municipal de Loures, até 30 de Junho.

Dança em Lisboa

Termina amanhã com um espectáculo às 21.00 o ciclo de representações que a Companhia Nacional de Bailado programou para o início deste mês de Junho: duas coreografias de Balanchine para partituras de Tchaikovsky e Stravinsky e uma outra de Kenneth MacMillan para música de Chostakovich.

Entretanto, na Gulbenkian tem início na segunda-feira uma série de programas de bailado pela Nederlands Dans Theater - coreografias de Jiri Kylian para peças musicais de Britten, Webern, Mozart, Stanvinsky, entre outros. Nos dias 17, 19, 20 e 22 às 21.30, nos dias 18 e 21 às 18.30, sempre no Grande Auditório.

O novo Chiado

A partir da próxima segunda vai estar patente na Faculdade de Arquitectura de Lisboa uma exposição de trabalhos de Siza Vieira sobre a reabilitação do Chiado. Esta exposição, com entrada livre, estará aberta até ao fim do mês.

Televisão

Quinta, 13

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Deixem-nos Viver
14.00 Sem Legendas
14.45 Ponto Por Ponto
15.30 A Menina dos Fósforos
(ver «Filmes na TV»)
17.25 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.20 Twin Peaks
22.20 Marchas Populares de Lisboa
01.20 24 Horas
01.55 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis Show
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.45 Aventura
16.15 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.10 A Vida é Dura
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 A Família Forsythe
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Palco de Estrelas
21.55 Fora de Jogo
22.55 O Medo
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 14

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.15 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 À descoberta do Mundo
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto por Ponto
15.35 Os Revoltados do Cano
(ver «Filmes na TV»)
17.10 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Sassá Mutema
21.20 Não Há Dois sem Três
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Cheers, Aquele Bar
23.55 24 Horas
00.30 Remate
00.55 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.45 O Século dos Cirurgiões
16.10 É Já Amanhã
16.35 Recreio do 2
17.10 Stan Laurel
18.00 Eterno Feminino
18.40 Direito de Amar
19.10 Via Rápida
19.25 Campeonato Mundial de Futebol Júnior - Abertura
20.45 Portugal-Irlanda
23.00 Roseanne
23.30 Rotações

Sábado, 15

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 Operação Mozart

14.20 The Cure
15.05 Espiral de Violência
(ver «Filmes na TV»)
16.45 T & T
17.10 Memórias da Humanidade
18.00 A Ilha do Sol
18.50 Futebol-Sub/20 - Inglaterra-Espanha
19.45 Totoloto
21.00 Jornal de Sábado
21.50 Claxon
22.25 Casa Cheia
23.00 Hercule Poirot
00.10 O Génio do Mal
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 Cidades Mágicas
11.50 Forum Musical
13.10 Agarra o 2
14.10 A Estreante Endiabrada
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.50 Outras Músicas
21.15 Mundial de Juniores - Brasil-Costa do Marfim
23.30 O Mundo é Pequeno
00.20 Patricia Kaas

Domingo, 16

Canal 1

09.00 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Dick Turpin
13.40 O Mundo de Audubon
14.30 Mapa Cor de Rock
15.30 Se o Meu Carro Falasse
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Mãe à Força
17.45 Regresso ao Passado
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
21.00 Kananga do Japão
22.25 Domingo Desportivo
23.55 Controvérsias

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.20 Competir
13.00 Troféu
19.00 Nós 2
19.50 Palavra Puxa Palavra
20.40 Fórmula 1 - Grande Prémio do México
23.00 O Destino Bate à Porta
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 17

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Sem Legendas
14.40 Ponto por Ponto
15.50 O Vingador Solitário
(Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.00 Mundial de Juniores - Brasil-México
20.50 Sassá Mutema
21.45 Telejornal
22.20 O Preço Certo
23.50 Praia da China
00.50 24 Horas
00.25 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
12.45 Bate, Bate, Coração
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.45 Expedição
16.30 Recreio do 2

17.00 O Livro dos Recordes
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
19.55 Pelé
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Mundial de Juniores - Portugal-Argentina

Terça, 18

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Sem Legendas
15.05 A Dança da Morte
(ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.30 Roda da Sorte
19.00 Mundial de Juniores - Espanha-Uruguai
20.50 Sassá Mutema
21.45 Telejornal
22.20 A Lei das Ruas
22.20 1ª Página
00.10 A Mansão dos Marblehead
00.40 24 Horas
01.15 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Variedades no Apollo
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
16.10 A Minha Avó Yaya
16.35 Recreio do 2
17.05 Tribunal de Júri
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 Cinemadois
23.45 Universidade Aberta

Quarta, 19

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Medicamentos
14.00 Sem Legendas
14.50 Ponto Por Ponto
15.35 As Amazonas de Ouro
(Ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.40 Roda da Sorte
19.00 Telejornal
20.20 Sassá Mutema
21.20 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Desculpe, Onde Fica o Farwest?
(Ver «Filmes na TV»)
23.35 24 Horas
00.10 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Açores - Gente Nossa
16.40 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Clássicos da TV
20.50 Nome de Rua
21.00 Jornal das Nove
21.30 Joaquim Letria
23.00 Pop-Off
23.35 Universidade Aberta

Filmes na TV



O Destino Bate à Porta Domingo, 23.00, Canal 2

A Menina dos Fósforos

«The Little Match Girl» (telefilme, EUA/1987). Realização de Michael Lindsay-Hogg. Cor, 100 minutos.

Presume-se que se trate de uma adaptação (bastante ligeira) de um conto de Hans Christian Andersen sobre as desventuras-venturas de uma rapariguinha abandonada que acaba por conquistar as boas graças de uma família abastada.

Quinta, 15.30, Canal 1

O Medo

«La Paura» (Itália-Alemanha/1954). Realização de Roberto Rossellini, interpretação de Ingrid Bergman, Mathias Wiemann, Renate Mannhardt. P/B, 80 minutos.

Da história sombria de uma mulher casada que tem um amante e é vítima de uma chantagista que ameaça denunciá-la ao marido, tolhida passo a passo pelo medo até à beira do suicídio, parte Rossellini para encenar com o despojamento que lhe vem sendo habitual nos últimos filmes a angústia, a crueldade, a culpa, emoções humanas limite que de novo projecta para o plano da metafísica.

É o seu último filme com Ingrid Bergman, de quem pouco depois se divorciaria, e é-se levado a relacionar essa circunstância (e o drama que foi afinal toda a sua relação) com a maneira sublime como um e outro souberam interpretar esta outra história de uma relação em crise.

Quinta, 22.55, Canal 2

Os Revoltados do Cano

«Carry on at your Convenience» (GBR/1971). Realização de Gerald Thomas, interpretação de Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey. Cor, 87 minutos.

É, nem mais nem menos, mais um dos disparates da série «Com Jeito Vai...» com que a RTP teima em massacrar os seus telespectadores. A evitar absolutamente.

Sexta, 15.35, Canal 1

Não Há Dois sem Três

«The Goodbye Girl» (EUA/1977). Realização de Herbert Ross, interpretação de Richard Dreyfuss, Marsha Mason, Quinn Cummings. Cor, 106 minutos.

Comédia sentimental em torno da tempestuosa relação entre um homem, uma mulher e uma garota obrigados a partilhar um apartamento em Manhattan, «Não Há Dois sem Três» tem a seu favor a agilidade da história e dos diálogos, do dramaturgo Neil Simon, e o talento dos seus actores. Richard Dreyfuss conquistou aliás com este filme o Oscar para o melhor actor desse ano.

Sexta, 21.20, Canal 1

A Estreante Endiabrada

«The Reluctant Debutante» (EUA/1958). Realização de Vincente Minnelli, interpretação de Rex Harrison, Kay Kendall, Sandra Dee, Angela Lansbury. Cor, 91 minutos.

Minnelli traz quase sempre à lembrança o grande musical norte-americano e nomeadamente obras-primas como «Um Americano em

Paris», resultado da sua associação com Gene Kelly. Mas ele foi também um notável autor de comédias, e «A Estreante Endiabrada» é disso um bom exemplo, vivendo das situações cómicas ou irónicas resultantes das «liberdades» e espírito de independência de uma jovem americana em Londres, face ao aristocrático snob da sua família britânica. A grande tempestade resulta do facto de se ter apaixonado por um músico sem outros meios de vida e sem pergaminhos, mas tudo se resolve a contento de todos quando ele herda uma fortuna e um título.

Minnelli, que aqui recorre mais uma vez a um *scope* em que foi mestre, dirige com o saber habitual os seus actores, «feitos» para os papéis que aqui desempenham: à época, que melhor «aristocrata inglês» do que Rex Harrison?

Sábado, 14.10, Canal 2

Espiral de Violência

«Circle of Violence» (Telefilme, EUA/1986). Realização de David Greene, interpretação de Tuesday Weld, Geraldine Fitzgerald. Cor, 94 minutos.

Uma história dramática sem qualquer outra referência além de ser dirigida por um conhecido autor de televisão e interpretada por duas famosas atrizes.

Sábado, 15.05, Canal 1

O Génio do Mal

«The Omen» (EUA/1976). Realização de Richard Donner, interpretação de Gregory Peck, Lee Remick, David Warner. Cor, 109 minutos.

Cinema

Table with 5 columns: Classification (A-F), Title, Director (David Lopes, M.M. Luz, Manuel Neves, Paulo Torres), and Rating (stars).

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Woody Allen - King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) - Lisboa.
B - Real. Tim Burton - Plaza/2 (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00), Xenon (14.15, 16.30, 19.00, 21.30) - Lisboa.
C - Real. Kevin Costner - Amoreiras/3 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Borna/3 (15.00, 21.00) - Lisboa.
D - Real. Leonardo Bertolucci - Amoreiras/8 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Londres (14.00, 16.30, 21.30, 19.00), Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 22.00) - Lisboa.
E - Real. Peter Weir - Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
F - Real. Luchino Visconti - King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) - Lisboa.

Filme de terror; de Donner, com Peck e Remick - podia ser um filme estimulável. Não é.

Conta a história de um casal americano que, tendo-lhe morrido um filho à nascença, adopta uma criança que se revela a personificação da perversidade, uma emanação satânica...

Sábado, 00.10, Canal 1

Se o Meu Carro Falasse

«The Love Bug» (EUA/1968). Realização de Robert Stevenson, interpretação de Dean Jones, Michael Lee, David Tomlinson. Produção Estúdios Disney. Cor, 103 minutos.

Herbie: as crianças que viam cinema nos anos 60 lembram-se decerto desse endiabrado Volk-



O Medo Quinta, 22.55, Canal 2

swagen, um carocha mágico que faz do seu azarento dono um corredor com sorte e um amante de sucesso. As crianças dos anos 90 acharão a mesma graça?

Domingo, 15.30, Canal 1

O Destino Bate à Porta

«The Postman Always Rings Twice» (EUA/1946). Realização de Tay Garnett, interpretação de Lana Turner, John Garfield. P/B, 107 minutos.

Esta é a mais famosa versão cinematográfica do famoso romance de James Cain «O Carteiro Toca Sempre Duas Vezes», considerada um clássico do erotismo no cinema. Tay Garnett consegue contornar as limitações da época, os códigos moralistas vigentes em Hollywood e que nomeadamente proibiam o sexo explícito...

Domingo, 23.00, Canal 2

O Vingador Solitário

«Malone» (EUA/1987). Realização de Harley Cockliss, interpretação de Burt Reynolds, Cliff Robertson, Cynthia Gibb. Cor, 92 minutos.

Este tal Malone é, ao que parece, um assassino ao serviço da CIA, sob contrato, que pretende retirar-se; mas o dever chama-o...

Segunda, 15.40, Canal 1

A Dança da Morte

«La Danse de Mort» (França/1982). Realização de Claude Chabrol, interpretação de Michel Bouquet, Niels Aerstrup, Julliete Car. Cor, 124 minutos.

Chabrol retoma de Strindberg «A Dança da Morte», que já antes fora objecto, em França, de uma apreciada adaptação cinematográfica realizada em 1946 por Marcel Cravenne, com Eric von Stroheim no principal papel.

Terça, 15.25, Canal 1

As Amazonas de Ouro

«Gold of the Amazon Women» (EUA/1979). Realização de Mark L. Lester, interpretação de Bo Stevenson, Anita Ekberg, Donald Pleasence.

Aventura na Amazônia, com pesquisadores de ouro e Amazonas voluptuosas, espécie de western descaído...

Quarta, 15.35, Canal 1

Desculpe, Onde Fica o Farwest?

«The Frisco Kid» (EUA/1979). Realização de Robert Aldrich, interpretação de Gene Wilder, Harrison Ford. Cor, 122 minutos.

Uma paródia aos westerns que foi na altura da estreia um enorme êxito de público. Ao contrário do que hoje sucederia, a «estrela» foi então Gene Wilder, no papel de um rabi polaco que aporta aos Estados Unidos por meados do século passado, fazendo amizade com um jovem assaltante de bancos e vivendo com ele uma sucessão de aventuras mais ou menos hilariantes.

Quarta, 21.55, Canal 1

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. CONFISSÃO AO LUAR, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

CLUBE ESTEFÂNIA

Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. CORAÇÃO NA BOCA, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

COMUNA

Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cucha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

TEATRO ABERTO

Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. O SUICIDÁRIO, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Cruz, Fernanda Montemor, entre outros.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. COMÉDIA DE RUBENA, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Cornucópia.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. O PECADO DE JOÃO AGONIA, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 372629. De 3ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria, interpretação do elenco do Teatro Nacional e dos actores convidados José Jorge Duarte, Rita Ribeiro e Simone de Oliveira.

TEATRO DO SÉCULO

Rua do Século. Tel. 3423009. De 4ª a dom. às 21.30. VESTIR OS NÚS, de Luigi Pirandello. Encenação de Amadeu Neves, interpretação de ex-alunos da Esc. Sup. de Teatro e Cinema.

SALA DO POVO PORTUENSE

Porto. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. MARATHONA, de Ricardo Monti, encenação de Júlio Cardoso, pelo Seiva Trupe.

Para crianças

TIL

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 339974. Bilhetes: 750\$00. Sáb. às 16 e 21.30, dom. e fer. às 16. A GRANDE AVENTURA, de Fernando Gomes, pelo TIL.

PAPA-LÉGUAS

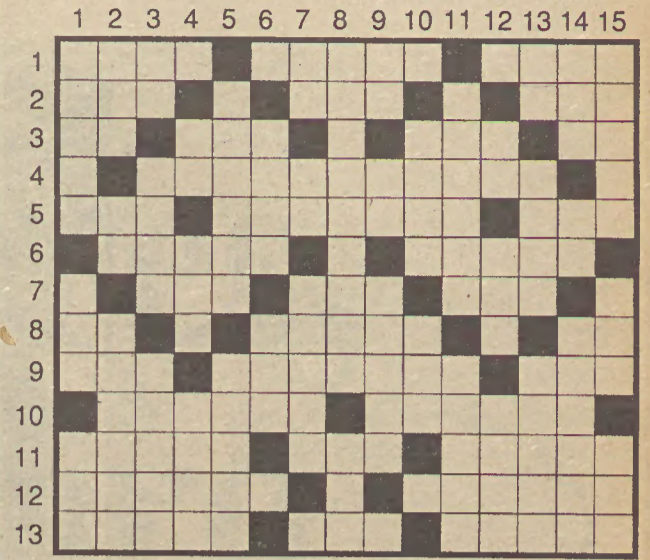
R. Prof. Santos Lucas, 26-A. Tel. 7141823. Sáb. às 16, dom. às 11. SOPA E COISAS SELVAGENS, adaptação de um livro de Maurice Sendak por Mário Jorge, pelo Teatro Papa-Légua.

Tempo



Céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco. Neblinas matinais.

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais 1- Homem de casta inferior entre os egípcios; apto; mal parecida; 2- cólera; enigma; calamidade; 3- aqui; cruéis; corcovo; Magnésio (simb.); 4- desobedeçam; 5- congrejo; conjunto de cortiços; quaisquer; 6- anuo; liga de cobre e zinco; 7- flanco; madre; maior; 8- Prata (simb.); vagabundo; nota musical; 9- rente; auxilia; monarca; 10- rejeita; distraídos; (fig.); 11- ordenem; art.; esfarelar; 12- pregador; vestígio deixado pela roda; 13- pouco frequentes; ensino; quantias em dinheiro.

Verticais 1- Sobejou; casal; sofrimento; 2- época determinada; Sódio (simb.); administrara; 3- nesse lugar; cabo mais ocidental da Europa; ceifar; 4- pron. pess.; gavinha; pron. indef.; 5- golpe com faca; sucos; 6- batráquio; pron. pess.; 7- grito de dor; Lítio (simb.); província portuguesa na China; 8- cauteloso; fruto da nogueira; 9- cont. prep. e art.; partir; terrenos lajeados onde se desgrenham os cereais; 10- proveitoso; reze; 11- dirigem a proa para certa direcção; solitários; 12- em partes iguais; sirga; quinteiro; 13- prep.; da raça dos mus; suplicam; 14- partiam; laço apertado; prejudicada; 15- talófitas que vivem nas águas; progenitor; chefe etíope.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

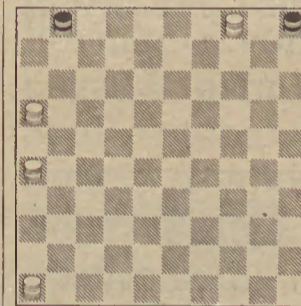
Horizontais 1- Cães; Saturno; fez; 2- alor; sépia; nade; 3- melão; ias; fuzil; 4- im; idem; ciem; Sá; 5- Noé; amo; ler; 6- olas; prosa; nota; 7- Ac; mi; ou; Ge; 8- proa; achas; gamo; 9- sim; rol; más; 10- la; rafa; aral; fá; 11- irias; vim; levar; 12- demo; fados; Sila; 13- amo; famosas; lãs.

Verticais 1- Camilo; pálida; 2- além; lar; arem; 3- Sol; nacos; imo; 4- raios; airão; 5- ode; mas; 6- as; pia; fá; 7- teimar; cravam; 8- upa; molho; ido; 9- riscos; alamos; 10- na; aos; só; 11- fel; mal; 12- numem; galés; 13- faz; rogas; vil; 14- edis; tem; fala; 15- zelava; oraras.

DAMAS

CCCVIII - 13 de Junho 1991 Proposição nº 308 Por: Cornelis Blankenaar - 1911

Pr.: [2]: (1)-(5) Br.: [4]: (4)-(16)-(26)-(46)

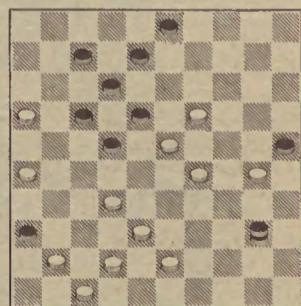


Branças jogam e ganham

Golpe nº 308

Por: Etienne Boissinot - 1922

Pr.: [10]: 3-7-8-12-17-18-22-25-36-(40) Br.: [12]: 16-19-23-26-29-30-32-38-41-42-43-47



Branças jogam e ganham

**

Soluções do nº CCCVIII

Nº 308 (C.B.): 1. 4-26, (1-45); 2. 26-48, 45-1; 3. 48-43, (1-45); 4. 27-36, (45-1); 5. 36-41, (1-45); 6. 43-48, (45-1); 7. 48-37, (1-45); 8. 16-32, (45-1); 9. 41-36, (1-45); 10. 32-37, (5x41) 11. 46x23 (45x31); 12. 36x27+ Se: 9. ... (1-6); 10. 36-18, (6-50); 11. 18-45, (50-6); 12. 32-16, (5x41); 13. 46x23, (6-22); 14. 16-11, (22x6); 15. 45-50 e ganham. Golpe Nº 308 (E.B.): 1. 19-14, (25x34); 2. 26-21, (17x26); 3. 32-27, (22x31); 4. 43-39, (34x32); 5. 42-37, (31x42); 6. 47x27, (36x47); 7. 16-11, (47x9); 8. 11-22, (20x18); 9. 22x4+

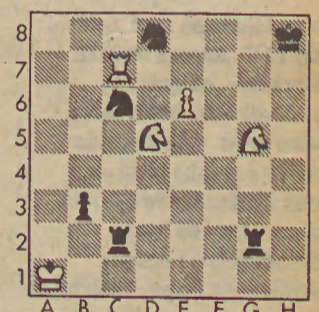
A. de M.M.

XADREZ

CCCVIII - 13 de Junho de 1991 Proposição nº 308/A

Por: Anónimo - sem data Manuscrito As-ad Efendi nr. 39

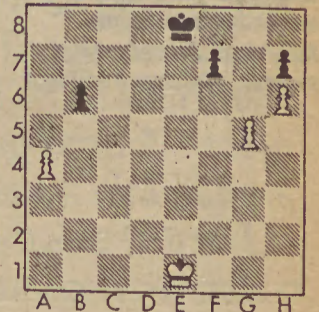
Pr.: [6]: Pb3-Cs.c6, d8-Ts.c2, g2-Rh8 Br.: [5]: P6-Cs.d5, g5-Tç7-Ral



Mate em 5 lances

Proposição nº 308/B Por: K.Ebersz 1º & 2º Prémio Magyar Sakkvilág, 1935

Pr.: [4]: Ps. b6, f7, h7-Ré8 Br.: [4]: Ps. a4, b5, h6-Ré1



Branças jogam e ganham

Solução do nº CCCVIII

Nº 308/A (A.): 1. Th7+, Rg8; 2. Cf6+, Rf8; 3. é7+, C=é7; 4. Tt7+, C=f7; 5. Cé6++ Nº 308/B (K.E.): 1. Rd2! [se: Ré27, Rd8=], 1. ... Rd8; 2. Ré2, Rç8; 3. Rf3, Rç7; 4. Ré3, Rç8; 5. Rd4, Rd8; 6. Ré4, Rd7; 7. Rd5 e g.

A. de M.M.



«Lanterna Mágica» — 12 de Junho de 1875

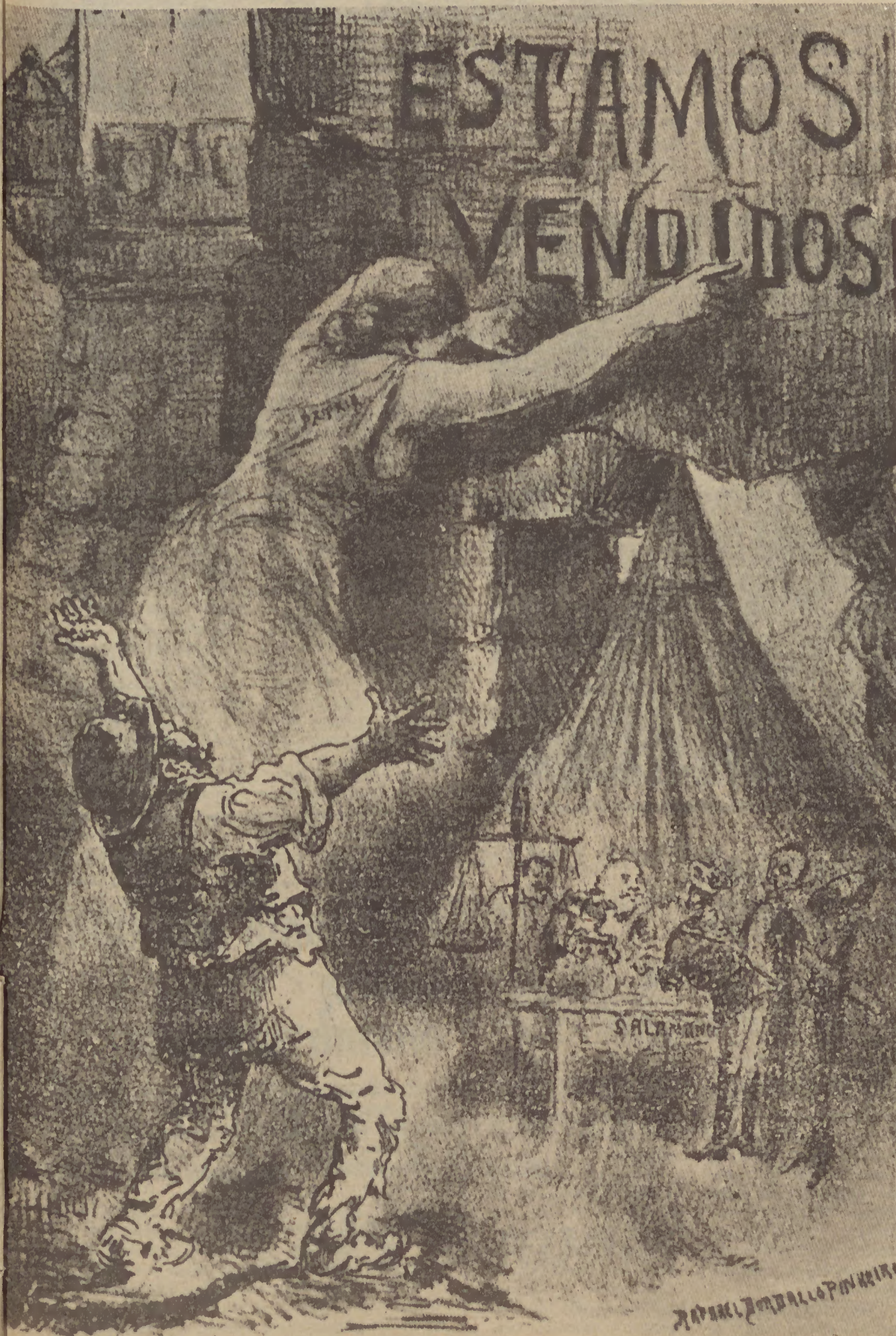
Na véspera do Sant'António de 1875, nasceu «seu Zé Povinho», calças remendadas, botas rotas, olho alvar, mão coçando aflita a grenha farta — a outra estendendo dez réis para a cera do Santo. O peditório é feito por António de Serpa, ministro da Fazenda — e no altar está Sant'António Maria Fontes Pereira de Melo, chefe do Governo «regenerador»; tendo ao colo, como o Menino-Deus, o senhor D. Luís, rei de Portugal. Ao lado, vigia o barão do Rio Zêzere (ou «do chicote»), comandante da Guarda Municipal. Pelo ar voejam moscas, ministros e políticos



E nenhuma dúvida lhe resta de que ele e a Pátria estão vendidos. A um canto, sob velhas muralhas em ruína, os dois reis da Península, Hintze, Burnay e Fontes, de um lado e do outro do balcão da «salamancada» — história de caminhos-de-ferro, de obras públicas e de sindicato financeiro

«Lanterna Mágica» — 26 de Junho de 1875

Zé Povinho, Santos Populares, Bordalo Pinheiro — e não só!



Em 12 de Junho de 1875 (datado por engano de 19), o número 5 d' *A Lanterna Mágica, Revista Ilustrada dos Acontecimentos da Semana*, por Gil Vaz (isto é, Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro, autor colectivo de uma peça que fará escândalo e será proibida em 1879, *A Viagem à roda da Parvónia*), publicou um desenho do jovem Rafael Bordalo Pinheiro em que veio à luz uma personagem destinada ao mais brilhante destino — imagem e símbolo que seria do povo português. Chamou-se «seu Zé Povinho» e começou a vida pagando para a cera do Sant'António. Recebe-lhe a esmola António de Serpa Pimentel, ministro da Fazenda do dito santo, que, no seu altar popular, tem as feições do presidente do Conselho António Maria Fontes Pereira de Melo, chefe do Partido Regenerador. Ao colo, o Menino tem o rosto do rei D. Luís I e a sua coroa. Zé Povinho identifica-se pelo nome que lhe corre ao longo das calças remendadas e dá, com sacrifício, os «reais» que não tem. Na série dos santos populares virá depois São João (de Andrade Corvo), ministro dos Estrangeiros, mas o Zé Povinho só reaparece a 26 de Junho, na imagem do terceiro santo, «São Pedro... Paio», que é António Rodrigues Sampaio, ministro do Reino, com uma história de renegação atrás. O Zé é igual ao anterior, mas sentou-se no chão, sem por isso fechar a boca ou perder o espanto dos olhos.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Ó gesto, ó história!

A história constrói-se em gestos largos e frases simples.

Moisés, riscando o solidéu do milagre, apontou ao mar Vermelho o bordão e a voz a ordenar às águas que se apartassem e assim se fez.

Alexandre, interceptado às portas da Ásia Menor pelo sofisma do nó górdio, desembainhou o problema no gume da espada gritando para a eternidade: «Está desatado!»

Farto de hesitar nas margens do Rubicão, também Júlio César abriu as portas ao Império na ponta de uma frase que até tem certificado de garantia de historiador — cujo, lá por ser um contador de anedotas como consta que Suetónio o era, não retira brilho ao «Alea Jacta Est» de todas as nossas citações.

Invocamos deliberadamente três exemplos clássicos porque, no fluir dos nossos 800 anos de existência confirmada, vários émulos se afirmaram tanto no protagonismo desta metodologia histórica que os seus exemplos, mais que clássicos, são, entre nós, corriqueiros.

Veja-se, logo nos alvares da nacionalidade, a decisiva locução de D. Tareja a amaldiçoar as pernas do filho Afonso em favor dos braços do amante Trava: o filho partiu realmente as pernas mas, entretanto, já fundara um Reino — por sinal o mais antigo da Europa.

Ou recorde-se os fidalgos de dois séculos depois, que transpuseram patrioticamente a fronteira para dela regressarem aos gritos «Sus! Por Castela!» — essa frase decisiva que, na crise de 1383, nos levou a concretizar a primeira revolução popular burguesa da Europa (continente, como se vê, para que há muito estamos vocacionados).

Para não falar de uns outros fidalgos que, pouco tempo depois, alvorearam a luz dos Descobrimentos nos olhos zangados do Príncipe ao imporem (inda ele não era nascido) a escuridão de Alfarrobeira — isto com frases que não fizeram história, pois bastou o gesto que nem teve de ser largo — foi-lhe suficiente a curteza.

Na nossa história recente parecia estar decidido a quem atribuir o mérito do gesto largo a vestir a frase decisiva.

Não ao almirante Tomás — que nunca sabia, por muito que esbracejasse, quantas vezes ia ali — mas ao professor Salazar que, num simples agitar de dedinho, apontava tanto aonda ia como o que queria.

Foi assim que nos levou «para África e em força!» até nos deixar «orgulhosamente sós!» e prontos a virar tudo outra vez de pantanas, a começar pelo regime que ele por aqui instalou.

Mas, em história, o que parece nem sempre é — ao contrário do que, para a política, igual e sabiamente definiu Salazar.

Hoje, outras frases se levantem na ponta de novos gestos.

«Vamos mudar Portugal!», garantiu há quatro anos a cabeça de outro professor — por sinal também de Economia — cujo rigor começa no próprio penteado e onde o gesto se torna suficiente na elegante inclinação de quem espregueia.

Quatro anos depois, já devidamente mudados, vemos outra vez avançar o professor, sempre de cabeça ao lado, alma de marujo ao léu, oferecendo novos mundos ao mundo no convés de outras frases. «Com o meu Governo, deixámos a cauda da Europa!»

«Na CEE, vamos apanhar o pelotão da frente!»

É assim que se faz história. Agora, com Cavaco Silva prevendo já o próprio futuro ao, simultaneamente, nos mudar de sítio e nos enfiar na tropa.

Onde, como se sabe e ele próprio legislou, só temos de o aturar mais quatro meses.

■ HC

Inter no Parlamento contra o pacote

A semana de luta contra o pacote promovida pela CGTP mobilizou um milhão de trabalhadores.

Os trabalhadores continuam a lutar contra o pacote laboral, apesar de o Governo tentar fazer aprovar leis contra os interesses daqueles

Dirigentes sindicais da CGTP-IN estiveram ontem a assistir à votação que estava marcada na Assembleia da República sobre a autorização legislativa pedida pelo Governo sobre matéria laboral e que diz respeito a matérias como horários de trabalho, despedimentos, férias, período experimental, comissões de serviço e trabalho de menores.

Em todo o país o dia de ontem foi marcado por um conjunto de iniciativas de protesto às intenções do Governo em acções promovidas por aquela central sindical.

Na véspera, à noite, os sindicalistas fizeram uma vigília no largo fronteiro à Assembleia da República. Duas acções promovidas pela USL e que se seguiram a uma semana de luta que en-



volveu milhares de trabalhadores contra o Pacote Laboral e pela redução dos horários de trabalho.

Greves, concentrações, desfiles, vigílias foram algumas das formas de luta adop-

tadas em empresas por todo o país.

Um primeiro balanço a essas acções de luta foi feito pela Comissão Executiva Nacional da CGTP na passada sexta-feira: adesões superiores a 80 por cento, movimentando para cima de um milhão de trabalhadores com cerca de meio milhão a escolher a greve como forma de luta são alguns dos números avançados.

Resultados práticos começaram também a aparecer: em pelo menos uma quinzena de empresas, a semana passada, os trabalhadores obtiveram a garantia da introdução de horários mais curtos.

Durante o fim-de-semana, já depois de concluída a semana de luta que decorreu entre 3 e 8 do corrente, as iniciativas nela integradas continuaram em empresas de laboração contínua, na Panificação do Porto e no sector da Hotelaria.

«Os trabalhadores portugueses estão firmemente decididos a não parar até que o objectivo das 40 horas, como limite máximo legal para os horários de trabalho, seja cabalmente conseguido», diz a Inter.

O comunicado da CGTP afirma também que «foi manifesta e frontal a rejeição por parte dos trabalhadores da tentativa do Governo em

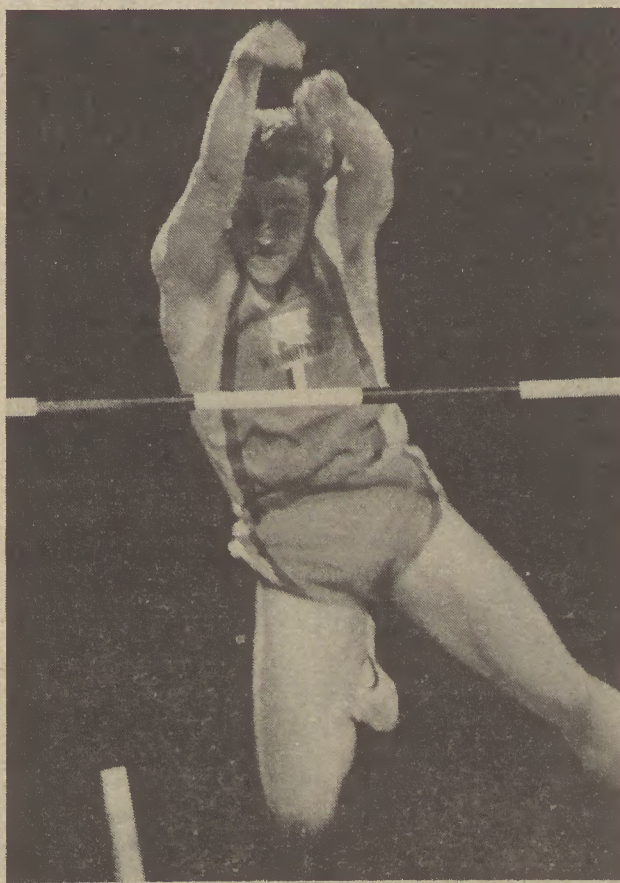
fazer aprovar os diplomas que constituem o pacote laboral «quer às propostas de diploma contempladas pela autorização legislativa», quer «às que o Governo colocou à discussão pública».

A CGTP-IN reafirma estarmos «perante o maior conjunto de leis laborais alguma vez apresentado em bloco» e que a sua aprovação causará «um desequilíbrio a favor do patronato nas já desiguais relações de trabalho e repercutir-se-ia de forma muito negativa em toda a vida social e económica do país».

A central sindical acusa o Governo de «defraudar o direito de participação dos trabalhadores» na elaboração da legislação laboral, conforme determina a Constituição e de não levar em consideração os 780 pareceres entregues no Conselho de Concertação Social que reafirmam as posições da CGTP por alegados compromissos assumidos com o patronato.

A este propósito a Inter lamenta que em todo o processo de discussão pública desta matéria a RTP e alguns outros grandes órgãos de comunicação social não tenham dado ao debate as propostas em confronto.

Finalmente alerta para o facto de se acentuar o carácter autoritário e agressivo da política governamental.



Serguei Bubka diz que vai a Alvalade tentar bater o seu record do mundo

Bubka hoje em Lisboa

A presença do soviético Serguei Bubka, recordista mundial do salto em altura, no III Meeting Internacional de Santo António que hoje se realiza a partir das 18 horas no estádio José Alvalade é um dos atractivos de uma prova que o vereador do pelouro do desporto na Câmara Municipal de Lisboa, Rego Mendes, considerou poder vir a constituir «o momento de lançamento» de uma grande prova de pista em Portugal e a «afirmação de Lisboa no circuito de meetings das grandes cidades europeias».

Na conferência de imprensa de apresentação desta competição, a semana passada, o vice-presidente da Fe-

deração Portuguesa de Atletismo, Carlos Manuel, e o presidente da Associação de Atletismo de Lisboa, Rui Trincadeiras, assinalaram o apoio dado pela edilidade, através do pelouro de Rego Mendes, sem o qual, afirmaram, «seria impensável» a realização de uma prova deste nível.

Diga-se que ao aceitar vir a Lisboa, Bubka afirmou que tentará chegar ao seu próximo objectivo: seis metros e vinte, marca que o soviético disse estar ao seu alcance depois de recentemente ter atingido o máximo mundial do salto com vara, fixado em seis metros e sete centímetros.

PCP toma posição sobre ensino superior

O ensino superior em Portugal foi tema para uma conferência de imprensa do PCP, ontem, para uma exposição sobre a grave situação financeira das universidades, a extinção da PGA e o novo regime de acesso ao ensino superior proposto pelos comunistas.

Na sede nacional do PCP em Lisboa, Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, António Filipe, deputado comunista na Assembleia da República e Eduardo Chitas, professor da Universidade de Letras de Lisboa e membro do Organismo para o Ensino Superior de Lisboa do PCP apresentaram aos jornalistas o documento que publicamos nas páginas centrais desta edição do «Avante!»